

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	4
Título: O conservador e o atrasado	4
Título: Para evitar a repetição	5
Título: Uma porta giratória da Vale para o governo	6
Título: MPF: Vale terá que firmar metas	7
Título: A ida de Bolsonaro a Davos poderia ter sido inútil	9
Título: Esta dor também é nossa	9
Título: Depois da catástrofe	11
Título: Governo vai priorizar fiscalização de 3,3 mil estruturas	13
Título: Cinco são presos por rompimento de barragem	15
Título: TÜV SÜD atua como uma espécie de Inmetro alemão	17
Título: Ibama multa, mas Vale e Samarco driblam sanções desde 2015	18
Título: Maquinário pesado nas buscas	20
Título: Perguntas e respostas	20
Título: Plano B	21
Título: ‘Milhares devem aderir ao processo’, diz advogado	24
Título: Governo só quer ficar com BB, Caixa e Petrobras	25
Título: Sanções petrolíferas preocupam Rússia e China	26
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	28
Título: O olavismo e as reformas	28
Título: Efeito colateral	29
Título: O conservador e o atrasado	30
Título: O atraso bárbaro mata e custa caro	31

Título: Governo federal, acionistas e agências de risco intensificam cerco à Vale.....	33
Título: Mercado minimiza, mas teme troca de comando	36
Título: Veja o que fazer com as ações da Vale após tragédia	38
Título: Foto-legenda	40
Título: Tragédia em MG põe em xeque teto para indenização por dano moral.....	41
Título: Secretário diz que governo só quer Petrobras, Caixa e BB.....	43
Título: Venda da Eletrobras é uma necessidade, diz presidente da estatal	44
Título: Bolsonaro pretende acabar com braço de participações do BNDES	45
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	48
Título: » Ponto.....	48
Título: BRUMADINHO.....	48
Título: Reação do governo em MG é criticada no setor privado	49
Título: Enquanto isso.....	49
Título: Só Petrobrás, BB e Caixa seguirão estatais, diz Mattar	50
Título: Governo não pode intervir na Vale, diz Mourão	51
Título: Minoritários devem entrar na Justiça	52
Título: Ação nos EUA cita presidente e diretor da Vale	53
Título: Papel tem alta de 0,85% após tombo recorde.....	54
Título: Após 84 mortes e 5 prisões, Vale anuncia desativação de barragens	55
Título: Plano deve reduzir em 10% produção anual da companhia.....	56
Título: Engenheiros vão responder por homicídio	57
Título: Pelo corpo, as marcas de um desastre	58
Título: Saúde alerta para risco de contato com a lama	60
Título: Famílias choram seus desaparecidos.....	61
Título: País tem apenas 35 fiscais de barragem de mineração.....	63
Título: Governo quer vistoriar 3,3 mil estruturas	64
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	65
Título: PF e MP fecham o cerco a funcionários da Vale	65
Título: Em Mariana, multas a pagar	68
Título: Executivo anuncia fim de barragens.....	69
Título: Governo descarta interferência na empresa	71
Título: Ações fecham em alta.....	73
Título: Voluntários incansáveis	75
Título: Dona da pousada é enterrada	76

Título: Israelenses devem ficar.....	79
Título: Mau cheiro na beira do rio	80
Título: Pataxós ficam sem peixe.....	81
Título: Animais são abatidos	82
Título: “O TCU avisou sobre tragédia”	84
Título: Paracatu teme risco de contaminação por arsênio	88
Título: O massacre de Brumadinho.....	90
Título: Governo deseja manter só Petrobras, BB e Caixa	92
Título: Investidores americanos no calcanhar da Vale.....	94
VEÍCULO: Valor Econômico.....	95
Título: Curtas	95
Título: Siderurgia pede a Guedes 'cuidado' com abertura.....	95
Título: O fetiche do gás natural no setor elétrico	97
Título: Como vai a transição energética?	100
Título: Governo desiste de intervenção na Vale e vai esperar apurações.....	102
Título: Estrutura "sem dono" deixa administradores expostos	103
Título: Advogados nos EUA e no Brasil estudam ações contra Vale	106
Título: Deputado vai retomar discussão de PL que cria regras mais rígidas em Minas	108
Título: Responsáveis por laudo da barragem são presos.....	110
Título: Vale tem substituto para Schvartsman.....	111
Título: Vale apresenta plano para barragem e corta 10% da produção.....	113
Título: Onyx garante que não há intenção do governo de intervir na mineradora	115
Título: União tem R\$ 800 milhões para ações de apoio em MG	117
Título: Trabalho de resgate acelera e total de mortos chega a 84	117
Título: Venda da Braskem para LyondellBasell volta a avançar	119
Título: Petrobras terá cerca de dez mudanças no alto escalão	121
Título: PetroRio compra fatia da Chevron no campo de Frade	123
Título: Privada, Cesp não prevê crescer no médio prazo.....	124
Título: Cemig avalia retomar oferta da Light nos próximos meses.....	126
Título: Só BB, Caixa e Petrobras devem escapar de privatização, diz Mattar	130

VEÍCULO: O Globo**Data: 30/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Elio Gaspari****Título: O conservador e o atrasado**

Fernando Henrique Cardoso gosta de relembrar uma cena na qual o historiador Sérgio Buarque de Holanda discutia o tamanho de algumas figuras do Império e ensinou: "Doutora, eles eram atrasados. Nós não temos conservadores no Brasil. Nós temos gente atrasada."

Foi a gente atrasada que levou o Brasil a ser um dos últimos países a abolir a escravidão e a adotar o sistema de milhagem para os passageiros de aviões, deixando a rota Rio-São Paulo de fora. É agente atrasada quem trava os projetos de segurança das barragens que tramitam no Senado, na Câmara e na Assembleia de Minas Gerais. Essa gente atrasada estagnou a economia durante o século XIX e no XX faliu as grandes companhias de aviação brasileiras. No XXI, produziu os desastres de Mariana e Brumadinho.

Jair Bolsonaro elegeu-se presidente da República com uma plataforma conservadora, amparado pelo atraso. Sua campanha contra os organismos defensores do meio ambiente foi a prova disso. Não falava em nome do empresariado moderno do agronegócio, mas da banda troglodita que se confunde com ele. Felizmente, preservou o Ministério do Meio Ambiente. Outra bandeira de sua ascensão foi a defesa da lei e da ordem. A conexão dos "rolos" de Fabrício Queiroz com as milícias do Rio de Janeiro ilustrou quanto havia de atraso na sua retórica. O Esquadrão da Morte do Rio surgiu em 1958 e anos depois alguns de seus "homens de ouro" tinham um pé no crime.

Nos anos 70, o presidente da Scuderie Le Cocq era contrabandista, e o delegado Sérgio Fleury, grão-mestre do esquadrão paulista, ilustre janízaro da repressão política, protegia traficantes de drogas. Ronald Reagan e Margaret Thatcher foram conservadores, já os patronos do esquadrões foram e são simplesmente atrasados. Por isso, Nova York e Londres são cidades seguras, enquanto o Rio é o que é. O detento Sérgio Cabral dizia que favelas eram fábricas de marginais.

As mineradoras nacionais moveram-se nos escurinhos do poder e, mesmo depois do desastre de Mariana, bloquearam as iniciativas que aumentariam a segurança das barragens. Deu Brumadinho. As perdas da Vale nas Bolsas e com as faturas dos advogados superarão de muito o que custaria a proteção de Brumadinho. Será a contado atraso.

Com menos de um mês de governo, Jair Bolsonaro foi confrontado pela diferença entre conservadorismo e atraso. Seu mandato popular ampara-se numa plataforma conservadora com propostas atrasadas. Muita gente que votou nele pode detestar o Ibama e as ONGs do meio ambiente. Também pode achar que bandido bom é bandido morto. Quando acontecem desgraças como Brumadinho ou quando são expostas as vísceras das milícias e seus mensalinhos, essas mesmas pessoas mudam de assunto, e o presidente fica só, como ficou o general João Figueiredo depois do atentado do Riocentro.

O atraso é camaleônico. Escravocratas do Império tornaram-se presidentes na República Velha. A Federação das Indústrias de São Paulo financiou o DOI, aderiu à Nova República e varreu os crimes da ditadura para a porta dos quartéis. Trogloditas do agronegócio e espertalhões das mineradoras sabem o que querem. Conviveram com o comissariado petista esperando por um Messias. Tiveram-no. Quando a Vale caiu na frigideira, fizeram o que deviam e, num só dia, venderam suas ações derrubando em R\$ 71 bilhões o seu valor de mercado.

Durante a campanha eleitoral, quando confrontado com os problemas que encontraria na Presidência, Bolsonaro repetia um versículo do Evangelho de João:

“Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”

Brumadinho e suas relações com Fabrício Queiroz mostraram a Jair Bolsonaro o verdadeiro rosto do atraso.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Zuenir Ventura

Título: Para evitar a repetição

O vice-presidente Hamilton Mourão disse com razão que “essa conta” — do rompimento da barragem de Brumadinho — “não pode vir para nós porque assumimos faz 30 dias”. Aliás, o atual governo agiu com presteza e tomou logo as devidas providências, o que não foi feito por ocasião do desastre de Mariana, em 2015.

Em compensação, a tragédia serviu para desmentir a falsa imagem do país que Bolsonaro vendeu ao mundo em Davos. Observando agora pela televisão a devastação produzida pelo nosso tsunami de lama, a plateia que ouviu seu discurso não deve ter esquecido o nosso presidente encher o peito e desafiar: “Somos o país que mais preserva o meio ambiente”.

Não somos e estamos longe de ser. Segundo o Banco Mundial, ficamos atrás de 51 nações no ranking de áreas protegidas. Nem protegemos —a prova é o desmatamento da Amazônia — nem prevenimos: somos capazes de produzir duas catástrofes em cerca de três anos, uma pior do que a outra em termos humanos e ambientais.

O desassossego não termina, pode vir mais por aí. Um relatório da Agência Nacional de Águas (ANA) revelou que apenas 3% das 24.092 barragens cadastradas no país foram vistoriadas em 2017. O resultado é que há 723 estruturas classificadas como de risco e de potencial alto.

Tomara que esse choque de realidade, cujos efeitos Bolsonaro viu de perto, sirva para corrigir a política de afrouxamento da legislação ambiental que ele pretendia implantar. É pouco conhecida a palestra que, ainda candidato, ele fez para produtores rurais prometendo “segurar” as multas: “não vai ter um canalha de fiscal metendo a caneta em vocês”.

Na mesma ocasião, o presidente da UDR, Nabhan Garcia, convocou o amigo: “Quando você se tornar presidente, vê o que fará com essa gente da Funai, do Ibama, do Ministério Público, que não respeita a propriedade privada”.

Se houve algo de positivo na tragédia de Brumadinho foi a reação do Ibama, que, tão desprestigiado, surpreendeu, fazendo valer seu poder de fiscalizar e de punir. Seus fiscais “meteram a caneta” na Vale em R\$ 250 milhões. É um bom remédio contra essa repetição de tragédias.

Que o presidente volte logo à atividade.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Bernardo Mello Franco

Título: Uma porta giratória da Vale para o governo

Não é só no Congresso que as mineradoras contam com a bancada da lama para defender seus interesses. As gigantes do setor também exercem forte influência sobre o governo federal e a Agência Nacional de Mineração, que substituiu o antigo DNPM.

Nos últimos anos, o segundo escalão **do Ministério de Minas e Energia** foi dominado por quadros da Vale. Ao longo do governo Temer, eles chefiaram os principais postos da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, responsável por definir as políticas públicas para a área.

O órgão era comandado por Vicente Lôbo. O engenheiro dirigiu a Vale Fertilizantes até 2015 e assumiu a secretaria no ano seguinte. Só saiu em outubro passado, um dia depois do segundo turno das eleições.

Dos quatro diretores abaixo de Lôbo, três também atuaram na Vale. Fernando Ramos Nóbrega passou 28 anos na empresa. Lilia Sant'Agostino foi consultora da Vale Fertilizantes. Maria José Gazzi Salum prestou consultoria à mineradora e ao Ibram, entidade de lobby do setor. O Serviço Geológico do Brasil foi entregue a Eduardo Ledsham, que ficou na Vale de 1986 a 2011.

O pesquisador Bruno Milanez, da Universidade Federal de Juiz de Fora, diz que o fenômeno da porta giratória se tornou comum no setor. As grandes mineradoras emplacam representantes no governo e contratam gente da burocracia estatal. A prática é vista como um convite ao conflito de interesses.

“Os órgãos reguladores não podem ser capturados pelas empresas reguladas. O que é bom para a Vale não é necessariamente bom para o país”, afirma Milanez.

O professor diz que é cedo para medir a influência das mineradoras no governo Bolsonaro. A secretaria que lida com o setor foi entregue a um ex-juiz, e três das quatro diretorias continuam vagas.

Apesar da indefinição, outras portas continuam a girar. O deputado Leonardo Quintão, líder da bancada da lama, ganhou abrigo na Casa Civil. O general Franklimberg Freitas reassumiu o comando da Funai. Ele estava no conselho da mineradora Belo Sun e responde a processo na Comissão de Ética da Presidência.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão Com Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro (interinos)

Título: MPF: Vale terá que firmar metas

A decisão da Vale de interromper a produção em todas as minas que ainda utilizam o sistema de barragens a montante é correta e vai na mesma direção do que pretendia o Ministério Público Federal (MPF). Dessa forma, a empresa se adiantou ao próximo passo do órgão de fiscalização. Metade da produção de minério de ferro da empresa vem dos chamados sistemas Sul e Sudeste, que têm minas mais antigas, mas segundo o presidente da companhia, Fábio Schvartsman, apenas 19 utilizam o mesmo modelo de barragens de Brumadinho e Mariana, e nove delas já estavam desativadas. A empresa perderá 10% de sua produção anual por um período de três anos, cerca de 40 milhões de toneladas, e investirá R\$ 5 bilhões para modernizar essas minas. Na visão do procurador da

República José Adércio Leite Sampaio, que atuou em Mariana e conduzirá o caso de Brumadinho, o anúncio é positivo, mas o MPF quer que a empresa assine um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para estabelecer prazos e metas nesse processo: "Nós já iríamos fazer essa recomendação e, se não fosse aceita, ajuizaríamos uma ação. Então o anúncio público do presidente da Vale é positivo. Mas queremos também um TAC para que tudo seja amarrado juridicamente e não ocorra apenas pela obrigação moral da companhia", explicou o procurador. O MPF ainda vai analisar os casos de minas operadas por outras empresas e que possam oferecer o mesmo tipo de risco de Brumadinho.

SEM REFORMAS, O COLAPSO FISCAL

O governo federal fechou no vermelho pelo quinto ano seguido em 2018, com um rombo de R\$ 120 bilhões. O gráfico mostra como as chamadas despesas obrigatórias estão desequilibrando as contas públicas. Enquanto os gastos "discricionários", que podem sofrer cortes pelo Executivo, voltaram ao nível de 2009, os "obrigatórios" não caíram porque dependem de mudanças do Congresso. A Previdência é a principal despesa obrigatória e consumiu 48% das receitas em 2018. O INSS fechou no vermelho em R\$ 195 bilhões enquanto a previdência dos servidores federais teve rombo de R\$ 90 bi.

ALIVIO TEMPORÁRIO

O governo apresentou metas ousadas para a venda de ativos. Só neste ano, o secretário de privatizações e investimentos, Salim Mattar, pretende levantar até US\$ 30 bilhões negociando estatais. "Esses recursos trazem um alívio para as contas públicas. Mas são eventuais, não diminuem a necessidade de um ajuste nos gastos" conta Alvaro Bandeira, economista-chefe do Modal Mais. Em algumas dessas operações, o Congresso ainda terá que ser convencido. A intenção de Salim é que ao final do governo só Petrobras, Caixa e BB fiquem sob o controle da União, mas até elas terão que vender subsidiárias.

ANEEL DE MÃOS ATADAS

A Aneel afirmou que a usina de Angra 3 está fora da sua regulação e por isso não pode ser punida em caso de atraso nas obras, como acontece em outros projetos do setor elétrico. A construção de Angra 3 foi autorizada por um decreto de 1975, ainda na ditadura militar, e redefinida pelo Conselho Nacional de Política Energética em 2013, com acompanhamento pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. "Dessa forma, não há como a fiscalização da Aneel aplicar penalidades administrativas por descumprimento dos marcos do cronograma de obras dessa usina, tal como são aplicadas aos empreendimentos que possuem tais marcos estabelecidos nas outorgas reguladas pela Agência", disse

em nota. É mais um ponto polêmico em torno do projeto que se arrasta desde os anos 80.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: A ida de Bolsonaro a Davos poderia ter sido inútil

Teve dedo da equipe de Paulo Guedes no recuo do presidente interino Hamilton Mourão, que aventou a hipótese de usar a influência do governo para afastar a diretoria da Vale. Uma semana depois de a caravana rolidei, chefiada por Bolsonaro, ter ido a Davos atrair investidores, uma intervenção direta na gigante da mineração, cujas ações são negociadas lá fora, seria um sinal contrário ao que foi dito na Suíça. No fim, prevaleceu o bom senso, o que não quer dizer que a diretoria da mineradora não possa ser, eventualmente, punida pela Justiça.

Perguntar não ofende

A Vale, como se sabe, decidiu que o diretor de pelletização Cláudio Alves será o responsável pelas atividades relacionadas à tragédia de Brumadinho. Não seria o caso de ser um contratado externo com total independência?

No mais

Alguém duvida que mesmo com todo o luto por Brumadinho deve ter gente, por exemplo, construindo neste momento casa em área de alto risco, sem fiscalização da prefeitura?

Ou seja: aqui, o estado é inepto na fiscalização, do pastel da feira a uma barragem. É triste.

Ontem, foi a vez de manifestar tristeza pela morte de Vavá, irmão de Lula, e pedir que o ex-presidente possa ir ao enterro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/01/2019

Seção: Artigos

Autor: Mônica Santos, Mauro Lucio Santos Pinto, Romeu Geraldo, Douglas Krenak e Joice Miranda

Título: Esta dor também é nossa

Irmãos e irmãs de Brumadinho,

Hoje partilhamos a dor e o sofrimento de vocês. Há três anos também fomos devastados pela lama que levou consigo a vida que havíamos construído até então. As imagens que hoje circulam como novidade têm para nós o gosto amargo de notícia velha—uma história que conhecemos bem e jamais esqueceremos.

Contudo, não podemos dizer o que vocês estão sentindo neste momento. No limite, a dor é individual, de cada um, indizível, incompartilhável. Gostaríamos de dizer que este sentimento desolador vai passar. Mas não podemos. O sofrimento muda, mas não passa. Para nós, o dia 5 de novembro de 2015 ainda é uma ferida aberta, que voltou a sangrar com a renovação trágica de um desastre tão semelhante àquele a que fomos submetidos.

O que sabemos e podemos atestar é que o tempo leva embora a urgência dos fatos e o interesse pelas consequências do desastre tanto por parte das autoridades e da imprensa quanto da sociedade. Os holofotes vão, e nós ficamos com essa dor que só a gente sabe o tamanho. Entre os nossos, vimos a lama levar muita gente no decorrer do tempo, adoecidos pela tristeza, pelo medo, pelo desespero.

Na retomada impossível da vida, perdemos o que amamos todos os dias, na ausência deixada pelas pessoas, lugares e objetos de nosso apreço. De repente, você acorda em uma casa que não é a sua, vivendo um cotidiano difícil de ser reconhecido. À dor do abraço que não pode mais ser dado, somam-se outros pesares, incalculáveis neste primeiro momento de desamparo: a carteira de trabalho, a foto que iluminava as boas memórias, o pé de fruta, o fim de tarde ao redor da praça, o banho de rio...

Com a Vale fechada, talvez muitos de vocês sejam responsabilizados pelas dificuldades financeiras que Brumadinho poderá enfrentar. Em Mariana, fomos alçados à condição de culpados em poucas semanas. Infelizmente, em um estado economicamente dependente da mineração —que é hoje uma atividade predatória, sem legislações mais duras e fiscalização séria —, o fechamento de uma empresa deste porte gera desemprego e muitas pessoas miram sua insatisfação para o alvo errado.

Nossa esperança é que a empresa e o poder público, ambos responsáveis por estes crimes, tenham aprendido com a tragédia de Mariana e garantam um processo justo de reparação para as vítimas. Gostaríamos de confortá-los com a garantia de que isso acontecerá. Mas nossa experiência mostrou que o compromisso maior é com a geração de riquezas, não com a vida humana ou com o meio ambiente.

Até quando? Quantas vítimas mais se farão necessárias para explicitar a falência desse modelo de mineração? Quantos terão que ser sacrificados para despertar medidas concretas de fiscalização e regulamentação dessas indústrias? Quantos desastres criminosos serão necessários para que os responsáveis sejam punidos?

Justamente por não sabermos essas respostas é que precisamos buscá-las. Por isso, para nós, vítimas que ficam quando as atenções se vão, a luta se faz imperativa e cotidiana. Por nós e por todos.

As circunstâncias em breve vão torná-los “atingidos” — condição que, infelizmente, se propaga no tempo, atualiza-se a cada dia, em cada violação de direito que faz da tragédia um dano contínuo.

Vocês não estarão sozinhos. Nossos caminhos, hoje cruzados pela lama, poderão contar com aquilo que trazemos de uma trajetória de mais de três anos de luta por direitos. As mineradoras podem não ter aprendido nada com o crime do Rio Doce, mas nós aprendemos.

Contem conosco.

Mônica Santos, Mauro Lucio Santos Pinto, Romeu Geraldo, Douglas Krenak e Joice Miranda são vítimas do rompimento da Barragem de Fundão

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/01/2019

Seção: O País

Autor: MANOEL VENTURA E BRUNO ROSA

Título: Depois da catástrofe

A TRAGÉDIA SE REPETE

Vale anuncia que vai acabar com as barragens do modelo de Brumadinho

No dia em que o número de mortos em Brumadinho (MG) subiu para 84, além dos 276 ainda desaparecidos, o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, disse ontem que a empresa vai acabar com todas as barragens de rejeitos de mineração do modelo a montante, o mesmo que desabou na última sexta-feira na Mina do Feijão, e em Mariana, há três anos, ambas em Minas Gerais. O processo deve demorar de um a três anos.

— A decisão da companhia foi que não podemos mais conviver com esse tipo de barragem. Tomamos a decisão de eliminar todas as barragens a montante, descomissionando (esvaziando) todas elas, com efeito imediato. Para tanto,

será necessário paralisar as operações de mineração em todos os sites (locais) que estão na proximidade dessas barragens. A única maneira de fazer o descomissionamento é fazer a parada —anunciou o presidente da Vale.

Schvartsman e diretores da mineradora se reuniram por mais três horas com o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. O anúncio foi feito após o encontro.

O presidente da Vale disse que os projetos para a medida estão prontos e serão enviados para licenciamento junto aos órgãos ambientais nos próximos 45 dias.

MODELO MENOS SEGURO

O modelo a montante é uma tecnologia de construção comum em projetos de mineração pelo mundo, mas por ser uma opção menos segura já foi banida em países como o Chile. Ele permite que o dique inicial seja ampliado para cima quando a barragem fica cheia de rejeitos de minério, usando o próprio material descartado —uma lama formada por ferro, sílica e água—como fundação.

Segundo especialistas, ele é comumente usado por ser mais barato e ocupar menos espaço, mas tem mais riscos de romper devido à inexistência de uma base sólida.

Das vítimas resgatadas ontem em Brumadinho, três estavam em um ônibus soterrado e duas na região em que estava o refeitório da empresa.

Com a desmontagem dessas barragens, todas em Minas Gerais, a Vale vai paralisar a produção de até 40 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, durante três anos. Isso representa 10% da produção total da mineradora.

A Vale informou que tinha 19 barragens do tipo a montante até o desastre de Mariana. Naquele momento, decidiu paralisar todas e iniciar o processo de “descomissionamento”, que esvazia o reservatório. Nove dessas barragens passaram pelo processo. O trabalho anunciado pela empresa será feito nos dez reservatórios restantes, inclusive de Brumadinho.

— Elas vão deixar de ter característica de barragem. Serão devolvidas à natureza — afirmou Schvartsman.

O executivo disse ainda que não haverá demissões:

— Temos aproximadamente 5 mil trabalhadores nos locais das barragens. Esses 5 mil serão absorvidos no plantel da Vale, que é de 80 mil trabalhadores.

A Vale utiliza barragens basicamente no chamado Sistema Sul-Sudeste, segundo analistas do mercado, concentradas em Minas Gerais. No “Quadrilátero Ferrífero”, no estado, são três complexos de mineração: Itabira, Minas Centrais e Mariana. No sistema Sul, também em Minas, há o complexo Minas Itabirito, Vargem Grande e Paraopeba.

Estima-se que a empresa tenha ao todo 143 barragens que usam diversas técnicas. O ministro de Minas e Energia descartou, por enquanto, a possibilidade de proibição do método de barragens a montante no Brasil: — Primeiro tem que ser analisado tecnicamente. Chegada à conclusão que nós devemos aperfeiçoar aquilo que já existe no nosso ordenamento de segurança de barragens, será feito, mas temos que ter um pouquinho de paciência para que a gente possa analisar isso — disse Albuquerque, em coletiva.

O ministro informou ainda que cerca de 70 barragens de mineração que utilizam a técnica a montante podem ser desativadas ou receber uma nova barragem de contenção para evitar acidentes.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/01/2019

Seção: O País

Autor: KARLA GAMBA, BRUNO ABBUD* E JUSSARA SOARES

Título: Governo vai priorizar fiscalização de 3,3 mil estruturas

País tem mais de 24 mil barragens cadastradas, e ministro diz que vistorias vão começar por 205 locais que armazenam rejeitos

O ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, disse ontem que, das 24.092 barragens cadastradas no país, 3.386 serão fiscalizadas de forma prioritária, por serem classificadas como estruturas com dano potencial alto ou risco alto. As vistorias vão começar por 205 barragens de rejeitos minerais.

— Como não temos condições de fiscalizar todas ao mesmo tempo, então há necessidade de priorizar algumas. O foco inicial serão 205 barragens de resíduo de mineração que estão com dano potencial alto ou risco alto — disse o ministro.

O prazo de execução para a fiscalização dessas barragens, no entanto, não foi definido nem apresentado pelo governo:

— Quanto ao prazo para a execução da fiscalização, são diversos órgãos fiscalizadores e cada um tem suas limitações. A não existência de um prazo definido é porque cada órgão, dentro de suas competências e condições, vai priorizar a lista do que deve ser feito antes. Mas vamos enviar esforços, tanto

de recursos, como de pessoal, para que seja feito o mais rápido possível — explicou Canuto.

O ministro também destacou a importância da proibição de construções na área 1, região próxima a barragem que, no caso de Brumadinho tinha refeitório e prédios administrativos.

Os números das barragens foram repassados durante uma coletiva de imprensa no Palácio do Planalto, após uma reunião entre ministros e o presidente em exercício, Hamilton Mourão. A coletiva teve a presença, além de Gustavo Canuto, dos ministros da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, **de Minas e Energia, Bento Albuquerque** e do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

PROBLEMAS NA CONTENÇÃO

Na região da tragédia, os funcionários terceirizados pela Vale contratados para instalar uma rede de contenção no Rio Paraopeba e tentar impedir o avanço da lama que desce pelo leito do rio encontraram dificuldades na tarde de ontem. A ideia de fazer uma barreira, com cabos de aço que atravessam o rio de margem à margem, foi revista após a constatação de que isso poderia atrapalhar o trânsito de barcos de pescadores, que costumam passar por ali durante a noite.

O risco de acidentes por falta de sinalização, a forte corrente e o fundo irregular do rio obrigaram os técnicos da empresa Comando Ambiental a convocar uma reunião com engenheiros da Vale e reavaliar a situação.

A instalação da barreira, às margens de uma estação de captação de água no distrito de Trindade, em Pará de Minas, estava prevista para acontecer na tarde de ontem, mas acabou postergada para a manhã desta quinta-feira.

O material — que inclui a rede, boias e âncoras — foi enviado de São Paulo e, na tarde de ontem, tinha sido transportado até Belo Horizonte. Outro problema encontrado pelos funcionários foi a forte corrente do rio Paraopeba, que deve exigir uma ancoragem de concreto mais pesada do que se imaginava antes.

Segundo a empresa Águas de Pará de Minas, responsável pelo abastecimento do município, por volta das 17h de ontem a lama liberada pela barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, estava a cerca de 40 quilômetros do local onde a barreira de contenção deve ser instalada. A uma velocidade de um quilômetro por hora, a lama deve chegar ao local até quinta-feira. (*enviado especial)

VEÍCULO: O Globo**Data: 30/01/2019****Seção: O País****Autor: ANA CAROLINA TORRES DIMITRIUS DANTAS, TIAGO, DANTAS E CIÇA GUEDES****Título: Cinco são presos por rompimento de barragem**

Polícia deteve dois engenheiros de prestadora de serviço da Vale e três funcionários da própria mineradora

Cinco pessoas foram presas ontem por ligação com a tragédia de Brumadinho (MG). Em São Paulo, a polícia deteve dois engenheiros da TÚV SÚD, empresa que atestou a segurança da barragem 1 da Mina do Feijão no fim do ano passado. Em Minas, foram presos um geólogo e dois gerentes da Vale responsáveis pela administração da obra e pelo licenciamento ambiental.

Também foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão. Um dos endereços visitados pela polícia foi o escritório da empresa alemã TÚV SÚD na capital paulista. Todos os mandados de prisão valem por 30 dias.

Os dois engenheiros presos em São Paulo são Makoto Namba e André Yum Yassuda. Eles assinaram laudos feitos pela TÚV SÚD em junho e setembro de 2018, garantindo que a barragem que rompeu na sexta-feira estava em segurança. Em Minas, foi preso o geólogo da Vale César Augusto Paulino Grandshamp, que também atuou nos relatórios da empresa alemã.

O laudo de setembro, obtido pelo GLOBO, foi assinado por Makoto Namba e César Augusto Paulino Grandshamp. No documento, eles afirmam que realizaram as inspeções de segurança e atestam a estabilidade da barragem. Para o professor Evandro Moraes da Gama, do Departamento de Engenharia de Minas da UFMG, o documento demonstra a fragilidade do processo de controle dessas estruturas.

—O laudo tem uma página, na verdade um parágrafo. E afirma que atesta a estabilidade da barragem em consonância com portaria do DNPM (atual Agência Nacional de Mineração). Uma barragem só pode ser considerada estável se é monitorada constantemente, se tem manutenção constante, se tem um corpo técnico responsável por ela. Há anos insisto nisso: não há barragem estável ad eternum. A carga de rejeito é dinâmica. É preciso mapear fissuras e instalar sensores — afirma o professor.

No despacho em que determinou as prisões, a juíza Perla Saliba Brito criticou o acompanhamento técnico: “A tragédia demonstrou não corresponder o teor desses documentos com a verdade, não sendo crível que barragens de tal

monta, geridas por uma das maiores mineradoras mundiais, se rompam repentinamente, sem dar qualquer indício de vulnerabilidade’!

Outros dois detidos em Minas são gerentes do Complexo Minerário Paraopeba, do qual faz parte a barragem da Mina do Feijão: Ricardo Oliveira, gerente de meio ambiente, saúde e segurança; e Rodrigo Arthur Gomes de Melo, gerente executivo operacional.

Os dois são responsáveis pelo licenciamento e funcionamento das estruturas, incluindo “o monitoramento das barragens que se romperam”, segundo a juíza. De acordo com o despacho, a prisão é “imprescindível para a elucidação dos fatos e apuração da prática, em tese, de homicídio qualificado, além dos crimes ambientais e de falsidade ideológica.”

AUTOVISTORIA

Para o advogado Marcellus Ferreira Pinto, consultor da Unido, agência de desenvolvimento industrial da ONU, o caso apresenta uma das principais brechas na legislação ambiental, que coloca na mão das empresas boa parte da responsabilidade de atestar a segurança de suas barragens. No caso das mineradoras, esse tipo de inspeção, como a feita pela TÚV SÚD, é equivalente a inspeções particulares feitas em edifícios.

—A empresa que escolhe quem vai executar o serviço e qual o método que vai ser utilizado. Pode contratar um escritório de engenharia e pedir para fazer uma inspeção visual, ou um escritório e pedir uma análise profunda — diz o advogado.

Cabe ao governo checar os relatórios e, embora não seja obrigado a fazer vistorias complementares, pode pedi-las. A juíza frisou que a apuração da responsabilidade pela tragédia de Brumadinho é complexa pois alguns delitos foram “perpetrados na clandestinidade” Por isso, ela determinou a apreensão de celulares para que a polícia possa checar mensagens trocadas entre os cinco detidos.

Em nota, a Vale disse que está colaborando “plenamente” com as autoridades e dando apoio “incondicional” às famílias atingidas. A TÚV SÚD afirmou que “lamenta profundamente o rompimento da barragem” e que está “colaborando com as autoridades”. A empresa diz que fez duas avaliações da obra a pedido da Vale: uma revisão periódica da segurança da barragem (junho de 2018) e uma inspeção regular da segurança da barragem (setembro de 2018).

VEÍCULO: O Globo**Data: 30/01/2019****Seção: O País****Autor: JAN NIKLAS****Título: TÜV SÜD atua como uma espécie de Inmetro alemão**

Empresa fez duas inspeções no ano passado na barragem que se rompeu em Brumadinho (MG) e atestou que ela era segura

Os alemães costumam dizer que “com o TÜV não tem perdão”, quando levam seus carros para a vistoria que ocorre a cada dois anos. O serviço é um dos vários prestados pela TÜV SÜD, uma das maiores empresas de auditorias técnicas do mundo, com atuação em setores que vão desde alimentos, até energia e inspeção de dutos. Porém, o mesmo rigor e precisão com a segurança no trânsito alemão parece não ter ocorrido na análise da barragem da Vale em Brumadinho (MG).

Atestada como estável pela empresa em duas inspeções ocorridas em junho e setembro de 2018, a estrutura se rompeu na última sexta-feira. A companhia foi alvo de operação policial ontem.

Essa não é a primeira vez que a companhia alemã é cobrada por sua atuação em inspeções de segmentos que demandam alta segurança, como a construção de barragens. Em 2010, o canal de TV alemão ARD revelou que, por décadas, a empresa não realizou o controle necessário em uma usina nuclear no estado de Baden-Württemberg, no sul da Alemanha. Segundo a reportagem, o motivo pode ter sido um conflito de interesses na realização das inspeções, já que a TÜV SÜD, uma empresa privada, poderia ter seu lucrativo negócio de vistorias na usina afetado, caso ocorresse o desligamento definitivo da unidade.

Outro episódio ocorreu em 2014, quando foi descoberto que na Coreia do Sul usinas nucleares estavam utilizando peças com certificados de segurança falsificados. Segundo o jornal sul-coreano “Hankyoreh”, a responsável pela fraude foi a empresa Kocen, que fazia parte do grupo TÜV SÜD.

SELO DE QUALIDADE

Ainda assim, a empresa é reconhecida na Alemanha como um selo de garantia e qualidade. Além da consultoria de segurança para grandes obras, indústrias e automóveis, a companhia atua como uma espécie de Inmetro naquele país.

Apesar das normas de segurança serem estabelecidas por agências reguladoras estatais, são empresas privadas como a TÜV SÜD e suas duas maiores

concorrentes — TÜV Rheinland e a TÜV Nord — que realizam os testes em produtos que vão desde brinquedos infantis até próteses mamárias ou escovas de dente.

O logotipo da empresa é um dos mais reconhecidos pelos consumidores alemães, e visto como sinônimo de confiabilidade e segurança.

Sediada em Munique, no sul da Alemanha, a TÜV SÜD começou a se formar em 1866, quando operadores de caldeira a vapor da cidade de Mannheim decidiram criar a primeira agência reguladora privada de instalações industriais. TÜV é uma abreviação para “Technischer Überwachungsverein” (Associação de Inspeção Técnica). Atualmente ela possui mais de 24 mil funcionários e atua em mais de 800 cidades pelo mundo. Em 2016, seu faturamento foi de 2,6 bilhões de euros, dos quais 43% provém dos negócios no exterior, segundo o site do grupo. No Brasil, a empresa possui aproximadamente 500 funcionários.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/01/2019

Seção: O País

Autor: MANOEL VENTURA E MATEUS COUTINHO

Título: Ibama multa, mas Vale e Samarco driblam sanções desde 2015

Juntas, empresas devem mais de R\$ 730 milhões. Órgão ambiental recebe apenas 14% dos valores de todas as multas aplicadas nos últimos três anos

Responsável pela barragem de rejeitos de mineração que rompeu em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, a mineradora Vale recebeu R\$ 389 milhões em multas aplicadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) desde 2015. Nada pagou até agora. A conta já inclui os R\$ 250 milhões de sanção pelo desastre na cidade mineira.

A Samarco é outra mineradora que não quitou um centavo sequer de multas aplicadas pelo Ibama, passados três anos do rompimento da barragem do Fundão, na cidade mineira de Mariana, considerado o maior desastre ambiental da História do país. A empresa, que tem a Vale como uma de suas acionistas, junto com a anglo-australiana BHP Billiton foi alvo de 25 autos de infração que resultaram em sanções totalizando R\$ 350,7 milhões, todas ainda não quitadas.

MADEIRA ILEGAL

O valor de mais de R\$ 730 milhões devidos pela Vale e Samarco sintetiza o baixo percentual de recolhimento do Ibama em relação às multas que aplica. De 2015

até hoje, o órgão expediu 63.021 sanções econômicas a infratores. Mas só 9.257, ou 14,6%, foram pagas.

— O setor extrativista, principalmente, sempre aposta na anistia dessas multas em algum momento. Só são pagas as pequenas multas. Existe uma aposta na impunidade e na anistia — diz Nilo DAvila, diretor de campanhas do Greenpeace.

O histórico de receber um baixo percentual de multas aplicadas tem relação com a possibilidade de recursos no âmbito do próprio Ibama e também longos processos que se arrastam na Justiça.

No caso das 22 multas da Vale, que somam R\$ 389 milhões, há processos administrativos para apuração não apenas de casos de desastres ambientais. Uma das autuações, por exemplo, é pela apreensão de madeiras nativas da Amazônia que seriam utilizadas de forma ilegal na construção de trilhos para ferrovia da companhia.

Como a empresa apresentou recursos, nada foi pago. O Ibama alerta, porém, que medidas legais e necessárias para a cobrança “serão tomadas oportunamente”, inclusive a remessa dos débitos para a Dívida Ativa da União.

O número total de débitos ambientais na conta da Vale, porém, tende a ser maior, já que, nos dados do Ibama, não estão incluídas as multas estaduais. Procurada, a empresa não se manifestou.

As últimas sanções direcionadas à Vale foram por causado desastre de Brumadinho. Nesse caso, a empresaterá20 dias para recorrer, a partir da notificação. Os danos ao meio ambiente decorrentes do rompimento de barragem da mina Córrego do Feijão resultaram, até o momento, em cinco autos de infração no valor de R\$ 50 milhões cada.

A Vale está envolvida em processos ambientais que podem resultar em condenações de R\$ 7,93 bilhões, sem contar a tragédia de Mariana, há três anos, e a atual, segundo dados disponíveis no último balanço da empresa. Apesar desse número, a companhia prevê em seu caixa somente R\$ 13 milhões para custear perdas nessas ações no curto prazo — 0,16% do total.

No caso da Samarco, além das multas ainda não pagas, o Ibama expediu 73 notificações para exigir a adoção de medidas de regularização e correção de conduta relacionadas à barragem do Fundão. A mineradora também firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com órgãos federais e estaduais. O TAC prevê que uma ação civil cobrando R\$ 20 bilhões da mineradora seja extinta e que outro processo, movido pelo Ministério Público Federal cobrando R\$ 155 bilhões, fique suspenso por dois anos. Em troca, a mineradora deu

garantia à Justiça do cumprimento de obrigações, como apoio aos atingidos e ações ambientais, no valor de R\$ 2,2 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/01/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Maquinário pesado nas buscas

As equipes do Corpo de Bombeiros retomaram ontem as buscas no local onde foi encontrado um ônibus soterrado pela lama vazada da barragem da Vale. Nessa área, as forças de resgate começaram a usar uma retroescavadeira em busca de corpos dentro do veículo. A lama no córrego do Feijão ainda permanecia instável, mas já permite a entrada das máquinas. Além do local onde foi encontrado um ônibus, os bombeiros também concentraram os trabalhos no local onde foram encontrados móveis identificados como sendo do refeitório da barragem, que se rompeu na sexta-feira. Os objetos foram arrastados pelo mar de lama de rejeitos e foram localizados a um quilômetro da barragem.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/01/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Perguntas e respostas

> O que provocou o acidente?

Ainda não se sabe a causa do rompimento da barragem 1 da Mina do Feijão, que não recebia rejeitos há três anos. No ano passado, a Vale obteve autorização para descomissionar (desativar) a barragem e reaproveitar os minérios existentes ali, além de ampliar as atividades de mineração no complexo da mina, mas a empresa não confirma se o local estava em obras. Não houve registro de tremor de terra ou chuva forte no momento do acidente. A Agência Nacional de Mineração afirma que a Vale apresentou, no ano passado, três relatórios técnicos que garantiam a estabilidade da barragem.

> Porque as sirenes de alerta não tocaram?

De acordo com o balanço socio-ambiental e econômico da Vale em 2018, foram instaladas sirenes em Brumadinho, e moradores foram cadastrados e treinados. No entanto, o alarme não foi disparado no dia do acidente. Willy Lacerda, professor de engenharia geotécnica da Coppe/ UFRJ, diz que o controle de risco de rompimento, feito por meio da medição, geralmente manual, da pressão da água no interior da barragem, deveria ser acrescido de um instrumento chamado de inclinômetro, que mede a deformação do interior da barragem em vários níveis. Segundo ele, esse instrumento identifica se há movimento, um sinal mais fiel de que há chance de a estrutura ruir.

> Porque a Vale utiliza até hoje barragens a montante, como a de Brumadinho, construídas com uma tecnologia considerada menos segura?

A barragem da Vale em Brumadinho usava uma tecnologia de construção comum em projetos de mineração pelo mundo, mas, por ser uma opção menos segura, já foi banida por países como o Chile. O método, chamado de alteamento a montante, é o mesmo da barragem da Samarco em Mariana, que rompeu em 2015. Permite que o dique inicial seja ampliado para cima quando a barragem fica cheia de rejeitos, usando o próprio material descartado - lama de ferro, sílica e água — como fundação. Segundo especialistas, é comumente usado por ser mais barato e ocupar menos espaço, mas tem mais riscos de romper devido à inexistência de base sólida. Há quem defenda que esse modelo não seja mais usado no país.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/01/2019

Seção: Economia

Autor: GERALDA DOCA, JUSSARA SOARES, KARLA GAMBA, BRUNO ROSA, RAMONA ORDOÑEZ E ALEXANDRE RODRIGUES

Título: Plano B

Governo avalia troca de comando da Vale se empresa for responsabilizada

Preocupado com os desdobramentos da tragédia provocada pelo rompimento da barragem da Mina do Feijão, em Brumadinho (MG), o governo já prepara um plano B para lidar com a crise da Vale. Informalmente, começou a conversar com alguns dos principais acionistas a respeito de uma eventual troca no comando da companhia e já consultou a Advocacia-Geral da União (AGU) sobre como esse caminho poderia ser trilhado. Também houve contato com a Polícia Federal sobre o andamento das investigações para identificar os culpados.

Qualquer ação efetiva só será tomada se houver indícios concretos de responsabilidade da empresa. A preocupação do Palácio do Planalto é não passar uma imagem de intervencionismo, o que vai na contramão do discurso do governo.

REUNIÃO MINISTERIAL

Ontem, um dia depois de o presidente em exercício, Hamilton Mourão, levantar a hipótese de afastamento da diretoria da Vale, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, veio a público minimizar o episódio, embora reitere que é possível agir em caso de responsabilidade da empresa. Segundo Onyx, primeiro é preciso apurar as causas da tragédia para depois tomar providências:

— O governo tem que ter duas coisas necessárias: humildade para saber que não pode tudo e prudência para saber que o que está em jogo é, além e principalmente da vida e das segurança dos brasileiros e brasileiras, um setor econômico que é muito relevante para o nosso país.

Onyx admitiu que uma ingerência do governo na empresa seria uma sinalização ruim para o mercado: —Não há condição de haver qualquer grau de intervenção, até porque esta não seria uma sinalização desejável ao mercado, em um país que deseja receber parceiros que possam usar essa fantástica biodiversidade que nós temos. Então, é preciso respeitar, e o governo sabe que tem limitações. O ministro defendeu que o governo aguarde o andamento das investigações.

Segundo ele, não cabe ao Estado apoiar empresa ou diretoria, mas admitiu que, em caso de falhas da mineradora, poderá convocar reunião do conselho da Vale: —Se a investigação mostrar que há problema, que houve falha, é evidente que o governo vai exercer seu direito —disse Onyx. Nas conversas com a AGU, o governo quis saber quais são as possibilidades legais para afastar a diretoria ou integrantes dela, considerando que a companhia foi privatizada em 1997.

A União ainda detém uma classe especial de ação, a chamada golden share, que dá ao Estado poder de veto em algumas decisões, mas não na troca do comando da companhia. A saída seria trabalhar dentro do conselho para conseguir o apoio da maioria dos conselheiros da empresa. Segundo fontes que acompanham o caso, há um desconforto no conselho da companhia. A avaliação é que o que aconteceu é muito grave e exige uma ação dessa natureza.

AÇÕES SOBEM 0,85%

O eventual afastamento da diretoria foi discutido em reunião ministerial ontem. O ministro da Justiça, Sérgio Moro, teria sido indagado se já seria possível falar

em responsabilidade, mas teria afirmado que o assunto ainda está sob investigação. Caso o governo decida, de fato, articular uma mudança no controle, o caminho mais provável seria um alinhamento com fundos de pensão ou com o BNDES.

Investidores estrangeiros são donos de 47,7% do capital da Vale. Os fundos de pensão Previ, Petros, Funcef e Funcesp são donos de 21% das ações por meio da Litel. Em seguida, aparecem BNDESPar (braço de investimentos do BNDES), com 6,7%, Bradespar, com 5,8%, e a japonesa Mitsui (5,6%). Desde a tragédia, alguns dos principais investidores mantêm rodadas de conversas, mas ainda não há uma decisão sobre o caminho a seguir. Entre os fundos de pensão, a Previ é a que tem maior participação. Sua fatia corresponde a 80,62% da Litel, seguida de Funcef (11,50%), Petros (6,94%) e Funcesp (0,94%). O investimento da Previ na Vale corresponde a aproximadamente 25,45% do patrimônio total do Plano 1, o mais antigo.

Segundo fontes, o acidente pode interferir nos planos dos maiores fundos de pensão, que previam se desfazer de parte de seus papéis a partir de 2020. Em 2017, a Vale decidiu migrar para o Novo Mercado da Bolsa. Para isso, fez um acordo de acionistas, que previa um caminho para que a mineradora passasse a ter apenas ações ordinárias (ON, com direito a voto), sem um controlador definido. Os fundos de pensão acordaram que poderiam vender parte de seus papéis em duas etapas: a partir de 2018 e de 2020.

— Assim, os fundos estavam se programando para vender as ações em partes e de forma conjunta. Dessa forma, seria possível reduzir os investimentos em renda variável, um fator importante para equilibrar os planos de previdência — disse uma fonte do setor. A Previ, por exemplo, tem a meta de reduzir o investimento em ações de 46,9% para 30% em cinco anos.

— O clima entre os acionistas não é dos melhores. Algumas iniciativas serão revistas, já que a venda de ações da Vale será sempre feita de forma coordenada com os acionistas — afirmou uma fonte próxima aos acionistas. Procurada, a Previ disse que desconhece divergências entre sócios que fazem parte do acordo de acionistas da Vale, bem como conversas para a troca da diretoria executiva.

A entidade afirma que não tem necessidade de vender as ações da Vale no momento e que possíveis vendas de papéis vão acontecer de forma planejada e organizada, de acordo com sua política de desinvestimento. Outra fonte próxima aos acionistas avalia que um dos principais problemas é que os sócios ainda não dispõem de elementos para avaliar se houve uma quebra de confiança na gestão da companhia.

Entre as dúvidas sem resposta, destacou que ainda não se sabe de quem é a responsabilidade pelo fato de a barragem de Brumadinho não figurar numa lista de estruturas em estado crítico, com alto risco de rompimento. A Petros disse que sua participação na Vale está preservada. "Compras e vendas de ativos fazem parte do dia a dia da gestão", mas não comentou sobre a possibilidade de troca no comando.

Procurados, Bradespar, BNDES, Mitsui, Funcef, Funcesp, Petros e Vale não responderam sobre o assunto. Um dia depois de registrar a maior queda de valor de mercado de uma empresa brasileira em um único dia, a Vale encerrou o pregão com leve alta de 0,85%, cotada a R\$ 42,74. A agência de classificação de risco Moody's informou que colocou a nota da mineradora em revisão para possível rebaixamento. Na véspera, a Fitch já havia reduzido a nota da mineradora.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/01/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: 'Milhares devem aderir ao processo', diz advogado

Escritórios abrem ação coletiva contra a Vale nos Estados Unidos e alegam que companhia prestou informações enganosas

A mineradora Vale já é alvo de ação pública coletiva (class action) nos Estados Unidos, acusada de mentir aos investidores sobre seu comprometimento em garantir a segurança de seus trabalhadores, por causa do rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais, na semana passada.

Um dos escritórios que já entraram com ação é o Rosen Law. A ação tem como alvos não só a empresa, como o presidente da companhia, Fabio Schvartsman, e o diretor financeiro, Luciano Siani.

— Acreditamos que os investidores perderam dinheiro devido a supostos delitos alegados em nosso caso e pretendemos buscar a maior recuperação legal possível. Milhares de investidores devem aderir ao processo. O caso inclui todos os acionistas da Vale com ações listadas entre 13 abril de 2018 e 28 de janeiro de 2019. Outros escritórios de advocacia estão seguindo o nosso processo. Quando os investidores se juntarem a um caso aberto, estarão em todos eles — afirma Phillip Kim, sócio da RosenLaw.

Em casos como este, é comum que vários escritórios entrem com ações. O que tiver maior número de investidores passa a liderar o caso. Outros pedidos de ação coletiva foram feitos pelo Bragar Eagel & Squire e pelo Bernstein Lieb-hard

LLP. As ações argumentam que a Vale falhou na avaliação de riscos e no dano potencial da mina, e que seu programa para mitigar incidentes de segurança era insuficiente, o que resultou em mortos e desaparecidos. A avaliação é que as declarações da empresa sobre suas operações eram falsas ou enganosas e os investidores foram prejudicados.

Há ainda escritórios articulando a entrada na Justiça, como Pomerantz, Schall Law e WolfPopper.

Nos EUA, ações coletivas podem resultar em grandes indenizações contra empresas com papéis ou recibos de ações na Bolsa americana.

Em 2018, a Petrobras pagou US\$ 2,95 bilhões para encerrar uma ação coletiva de investidores que acusavam a empresa de prejuízos pelo escândalo de corrupção revelado na Operação Lava-Jato.

Investidores no Brasil já preparam ações contra a empresa, mas o caminho é uma ação civil pública. Aurelio Valporto, presidente da Associação de Acionistas Minoritários, afirma que o grupo acompanha o caso e pretende entrar com uma ação civil pública contra os administradores da mineradora, mas a recomendação é esperar o avanço das investigações para ter mais clareza sobre as causas do rompimento da barragem e seus responsáveis.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/01/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Governo só quer ficar com BB, Caixa e Petrobras

O governo Bolsonaro pretende reduzir muito o portfólio de estatais. De acordo com o secretário especial de Privatizações e desinvestimento do Ministério da Economia, Salim Mattar, em até quatro anos a administração federal terá sob seu controle apenas Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e, ainda assim, mais enxutos. Para completar, afirmou que toda a carteira de ações que a BNDESpar, subsidiária de investimentos do BNDES, possui atualmente deverá ser vendida até o fim do mandato do presidente.

—Não existe razão para que o governo tenha uma carteira de ações de empresas. No último governo vocês viram o que foi o BNDES. Essa farra acabou. O BNDES agora é uma instituição de credibilidade que vai financiar as obras necessárias para o país, mas de forma mais cuidadosa, profissional e ética— disse Mattar, em evento do banco Credit Suisse, em São Paulo.

PORTFÓLIO "INADMISSÍVEL"

A BNDESpar possui R\$ 110 bilhões investidos em ações de 95 empresas, valor classificado como "inadmissível" pelo secretário. A lista inclui companhias como Fibria, Petrobras, Eletrobras, Embraer, Vale, Marfrig e JBS e Odebrecht Transport, de acordo com dados de setembro de 2018.

O governo federal controla atualmente 134 estatais que empregam 500 mil pessoas, segundo Mattar. O valor dessas empresas é estimado entre R\$ 700 bilhões e R\$ 800 bilhões, que, na visão do secretário, poderiam ser usados para abater parte da dívida pública, que está em R\$ 3,8 trilhões.

Pelas contas do secretário, o governo pode arrecadar até US\$ 30 bilhões com privatizações este ano, mas ele não mencionou que empresas pode vender. Subsidiárias de estatais podem ser vendidas mais rapidamente porque não demandam aprovação no Congresso, observou. Mattar contou que tenta convencer ministros a privatizar estatais ligadas às suas pastas. Também disse que o governo prepara a venda de 680 mil "imóveis improdutivos" da União.

—Queremos surpreender o ministro da Economia e superar a meta de arrecadar US\$ 20 bilhões com privatizações este ano em 25% a 30% — afirmou, lembrando a estimativa feita pelo ministro Paulo Guedes na semana passada, no Fórum Econômico Mundial,.

A fala do secretário ajudou a garantir alta de estatais na Bolsa ontem, o que manteve o Ibovespa no terreno positivo, com alta de 0,20%, aos 95.639 pontos. Destaque para os papéis ordinários da Eletrobras, com alta de 7,08%. Os preferenciais subiram 4,84%.

No mesmo evento, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., disse que a melhor e mais rápida maneira de fazer a privatização da estatal é seguir com o plano de capitalização da companhia. A medida, que vem sendo gestada nos últimos dois anos, ainda não tem data para ser concretizada.

O dólar comercial fechou em queda de 1,16% ante o real, cotado a R\$ 3,722.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/01/2019

Seção: Mundo

Autor:

Título: Sanções petrolíferas preocupam Rússia e China

Aliados e grandes credores do governo de Maduro, cujas dívidas bilionárias têm o petróleo como garantia, os dois países acusam os EUA de interferência indevida; para Moscou, Washington quer forçar uma mudança de regime

Moscou e Pequim

Maiores apoiadoras financeiras da Venezuela, a Rússia e a China criticaram as sanções unilaterais americanas contra a empresa estatal de petróleo venezuelana PDVSA, que Moscou classificou como "ilegais", e Pequim, como "prejudiciais ao povo venezuelano". Grande parte dos investimentos desses países na Venezuela é garantida pelo fornecimento de petróleo ou depende da renda obtida pela petrolífera estatal.

Vice-ministro das Finanças russo, Sergey Storchak disse ontem que a Venezuela pode ter problemas para pagar uma dívida de US\$ 3,15 bilhões com a Rússia, contraída com a compra de armamentos. A próxima parcela do pagamento de juros, de US\$ 100 milhões, vence em março. Segundo ele, Caracas ainda não atrasou nenhum pagamento.

"COMPETIÇÃO ILEGAL"

O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, usou palavras duras para se referir às sanções, e disse que as medidas são uma "intervenção aberta nos assuntos internos da Venezuela" e um caso de "competição ilegal":

—As autoridades legítimas da Venezuela já declararam que estas sanções são ilegais. Nós apoiamos completamente este ponto de vista.

O chanceler russo, Sergei Lavrov, disse que as novas sanções "violam todas as possíveis normas internacionais".

— Os EUA tomaram publicamente um caminho em direção a uma mudança ilegal de regime — afirmou, acrescentando que Moscou fará "tudo o que for possível" para ajudar Maduro.

A China, enquanto isso, disse que o governo americano é responsável pela deterioração das condições de vida venezuelanas.

—Somos contrários a sanções unilaterais — disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, Geng Shuang. —A experiência histórica mostra que as interferências externas ou sanções apenas complicarão a situação e não devem ajudar a resolver problemas práticos. As sanções levarão a uma deterioração na vida das pessoas na Venezuela e o país em questão [EUA] deve ser considerado responsável pelas graves consequências.

Estima-se que a China investiu US\$ 60 bilhões na Venezuela na última década, para serem pagos em petróleo. De acordo com a consultoria Stratfor, Caracas ainda deve US\$ 23 bilhões a Pequim. A Rússia emprestou e investiu mais de US\$

17 bilhões nos últimos 20 anos. Em dezembro, o presidente Vladimir Putin prometeu mais US\$ 6 bilhões.

Nas medidas mais duras já impostas contra Maduro, o governo Trump proibiu anteontem que refinarias americanas transfiram dinheiro à PDVSA, na prática proibindo a venda de petróleo venezuelano aos EUA. Além disso, a subsidiária da PDVSA nos EUA, a Citgo, teve seus bens bloqueados e foi impedida de repassar dinheiro à matriz.

O conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca, John Bolton, afirmou que as sanções custarão a Caracas US\$ 11 bilhões em exportações este ano. Em duas entrevistas à FoxNews, Bolton assumiu que os EUA têm interesse no petróleo venezuelano:

—Faria uma grande diferença se pudéssemos ter companhias americanas produzindo petróleo na Venezuela. Seria bom para a Venezuela e para o povo americano —afirmou.

Na segunda-feira, o autodeclarado presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó, se dirigiu a China e Rússia em entrevista à TV CNN e afirmou que um governo eleito democraticamente seria uma aposta mais segura para proteger os "bilhões de investimentos" no país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Bruno Boghossian

Título: O olavismo e as reformas

Ao tomar posse, Paulo Guedes descreveu o novo governo como “uma aliança entre conservadores nos costumes e liberais na economia”. Embora políticos de direita se apresentem como um cruzamento das duas espécies, o ministro diz estar diante de dois bichos diferentes.

O funcionamento dessa união será testado agora. A pauta de corte de despesas é tradicionalmente impopular porque mexe em investimentos do governo e benefícios como aposentadorias. De outro lado, a agenda conservadora tem apoio oscilante e pode consumir parte do capital político do presidente.

Uma coalizão é sempre um ajuste de interesses. Às vezes, um lado precisa ceder para abrir espaço para o outro. A aliança conservadores-liberais nem sempre será compatível.

No jantar oferecido ao ideólogo Olavo de Carvalho, o estrategista Steve Bannon disse que Guedes poderia atrapalhar o avanço de uma agenda nacionalista. Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, Bannon perguntou se Olavo conseguiria influenciar o ministro. O brasileiro negou.

Olavo personifica os conservadores da aliança. Ele não ataca a cartilha liberal, mas prioriza a pauta dos costumes, defende o nacionalismo e criticou relações com a China.

Os principais atores políticos do governo Jair Bolsonaro soam mais como Olavo. Aliás, o próprio presidente, seu chefe da Casa Civil e deputados do PSL fizeram críticas recentes à reforma da Previdência.

Os conservadores precisam que a economia se recupere para ganhar fôlego e para aplicarem sua pauta de costumes. Eles também sabem, contudo, que ajustes amargos tendem a causar danos na face populista do governo.

O olavismo pode entrar em conflito com a agenda de reformas.

O Planalto comemorou a prisão de engenheiros responsáveis pela barragem de Brumadinho. Hamilton Mourão hesitou e disse não saber se as medidas “foram as mais corretas”. O vice continua acertando mais do que seus colegas de governo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Efeito colateral

Painel

Mineradoras estão preocupadas com possíveis mudanças na legislação para o armazenamento de resíduos de minério. Integrantes do setor dizem que, se o governo proibir o modelo atual de barragens, haverá forte impacto na produção nacional — principalmente sobre as empresas menores.

com Thais Arbex e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 30/01/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Elio Gaspari**Título:** O conservador e o atrasado

Fernando Henrique Cardoso gosta de relembrar uma cena na qual o historiador Sérgio Buarque de Holanda discutia o tamanho de algumas figuras do Império e ensinou: "Doutora, eles eram atrasados. Nós não temos conservadores no Brasil. Nós temos gente atrasada."

Foi a gente atrasada que levou o Brasil a ser um dos últimos países a abolir a escravidão e a adotar o sistema de milhagem para os passageiros de aviões, deixando a rota Rio-São Paulo de fora. É agente atrasada quem trava os projetos de segurança das barragens que tramitam no Senado, na Câmara e na Assembleia de Minas Gerais. Essa gente atrasada estagnou a economia durante o século XIX e no XX faliu as grandes companhias de aviação brasileiras. No XXI, produziu os desastres de Mariana e Brumadinho.

Jair Bolsonaro elegeu-se presidente da República com uma plataforma conservadora, amparado pelo atraso. Sua campanha contra os organismos defensores do meio ambiente foi a prova disso. Não falava em nome do empresariado moderno do agronegócio, mas da banda troglodita que se confunde com ele. Felizmente, preservou o Ministério do Meio Ambiente. Outra bandeira de sua ascensão foi a defesa da lei e da ordem. A conexão dos "rolos" de Fabrício Queiroz com as milícias do Rio de Janeiro ilustrou quanto havia de atraso na sua retórica. O Esquadrão da Morte do Rio surgiu em 1958 e anos depois alguns de seus "homens de ouro" tinham um pé no crime.

Nos anos 70, o presidente da Scuderie Le Cocq era contrabandista, e o delegado Sérgio Fleury, grão-mestre do esquadrão paulista, ilustre janízaro da repressão política, protegia traficantes de drogas. Ronald Reagan e Margaret Thatcher foram conservadores, já os patronos do esquadrões foram e são simplesmente atrasados. Por isso, Nova York e Londres são cidades seguras, enquanto o Rio é o que é. O detento Sérgio Cabral dizia que favelas eram fábricas de marginais.

As mineradoras nacionais moveram-se nos escurinhos do poder e, mesmo depois do desastre de Mariana, bloquearam as iniciativas que aumentariam a segurança das barragens. Deu Brumadinho. As perdas da Vale nas Bolsas e com as faturas dos advogados superarão de muito o que custaria a proteção de Brumadinho. Será a contado atraso.

Com menos de um mês de governo, Jair Bolsonaro foi confrontado pela diferença entre conservadorismo e atraso. Seu mandato popular ampara-se numa plataforma conservadora com propostas atrasadas. Muita gente que votou nele pode detestar o Ibama e as ONGs do meio ambiente. Também pode achar que bandido bom é bandido morto. Quando acontecem desgraças como Brumadinho ou quando são expostas as vísceras das milícias e seus mensalinhos, essas mesmas pessoas mudam de assunto, e o presidente fica só, como ficou o general João Figueiredo depois do atentado do Riocentro.

O atraso é camaleônico. Escravocratas do Império tornaram-se presidentes na República Velha. A Federação das Indústrias de São Paulo financiou o DOI, aderiu à Nova República e varreu os crimes da ditadura para a porta dos quartéis. Trogloditas do agronegócio e espertalhões das mineradoras sabem o que querem. Conviveram com o comissariado petista esperando por um Messias. Tiveram-no. Quando a Vale caiu na frigideira, fizeram o que deviam e, num só dia, venderam suas ações derrubando em R\$ 71 bilhões o seu valor de mercado.

Durante a campanha eleitoral, quando confrontado com os problemas que encontraria na Presidência, Bolsonaro repetia um versículo do Evangelho de João:

“Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”

Brumadinho e suas relações com Fabrício Queiroz mostraram a Jair Bolsonaro o verdadeiro rosto do atraso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Vinicius Torres Freire

Título: O atraso bárbaro mata e custa caro

Preço do ferro da Vale não inclui o custo de produzir cadáveres e ruína ambiental

Desde o morticínio de 5 de novembro de 2015, a Samarco produziu apenas prejuízos. De 2015 a 2017, foram cerca R\$ 19 bilhões de perdas, em valores atualizados. Não saiu o balanço de 2018, mas, se o prejuízo tiver ficado na média desses anos, o buraco total vai a uns R\$ 25 bilhões.

Nestes dias ainda mais sombrios, em que tememos contar centenas de cadáveres em Brumadinho, parece uma desumanidade falar de dinheiros. Mas:

1) esta é uma ou a única linguagem que muita gente entende; 2) o desastre econômico tem consequências humanas; 3) que os donos do dinheiro se arrisquem a tais perdas e possam digeri-las é um indicador da selvageria e do atraso aberrante do país; 4) a Vale e outras grandes irmãs não pagam o custo humano ou ambiental de suas atividades.

A Samarco é da anglo-holandesa BHP e da Vale. Quando o vômito letal da sua represa de lixo matou 19 pessoas, acabou com a vida de muitas outras, destruiu uma comunidade e emporcalhou o rio Doce e o mar, a Vale declarou ao mundo o seguinte:

“A Vale é apenas uma mera acionista da Samarco, sem nenhuma interferência operacional na administração dessa companhia, de modo direto ou indireto, próximo ou distante”.

Em 2014, a Samarco faturou R\$ 7,6 bilhões, em valores daquele ano. O lucro foi de R\$ 2,8 bilhões. A BHP e a mera acionista Vale ficaram com R\$ 1,8 bilhão em dividendos. Não, não se trata de imprecação contra lucros, essa bobajada. São medidas do estrago.

Segundo a Samarco, a empresa faturava o equivalente a 1,5% do PIB (Produto Interno Bruto) de Minas Gerais e a 6,4% do PIB do Espírito Santo. Recolhia metade dos impostos de Mariana, um terço da receita de Ouro Preto. Empregos, comércio e tantos outros meios de vida na região foram devastados pelo desastre.

Qual o custo dessa desgraça para seus dirigentes? Afora reputação (talvez), nenhum, até agora. Qual o custo para os acionistas da Vale, além do prejuízo? Degradações humanas e ambientais, além de riscos, estão embutidas no preço do ferro? Não. O ferro da Vale está barato. Não inclui o custo de produção de cadáveres e do aniquilamento ambiental.

Note: é uma ciranda da ruína. Mortes em massa. Prejuízo econômico extenso. Apropriação de recursos sociais por parte dos acionistas da empresa (produz e vende seu minério empurrando para terceiros o custo da desgraça humana e ambiental).

Qual o efeito do morticínio de Mariana na conduta da Vale além de moderar sua conversa de “mera acionista”? O Ministério Público e a polícia talvez o digam, mas com certeza algo não mudou. Como se escrevia nestas colunas desde sexta-feira (25), a Vale é uma empresa que coloca seus funcionários e comunidades inteiras no caminho dos seus vômitos mortíferos de lama.

Vamos enfim dar um jeito nisso? Ou daqui a três meses vamos nos esquecer das pessoas soterradas por 15 metros de lama? Ou o recorde de mortos vai fazer com que meras dúzias de mortes mal venham a chamar a atenção?

Talvez a conjunção do massacre dos inocentes da Vale com prejuízos coloque na retranca os bárbaros ambientais que vociferam no governo e em suas cercanias.

Jair Bolsonaro nada tem a ver com o morticínio de Brumadinho, é preciso ressaltar. No entanto, na hipótese de se transformar no Atila dos hunos que pretendem barbarizar reservas de água e florestas ou as terras indígenas e de outros massacrados, vai ficar com a conta dos próximos desastres: de mortes aos prejuízos para a segurança econômica nacional.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Gustavo Uribe, Thais Bilenky, Danielle Brant e Tássia Kastner

Título: Governo federal, acionistas e agências de risco intensificam cerco à Vale

Onyx Lorenzoni diz que união fará valer seu direito; nos EUA, ações são ajuizadas contra empresa

Governo federal, acionistas nos Estados Unidos e agências de risco intensificaram nesta terça-feira (29) o cerco à Vale após o rompimento da barragem de Brumadinho (MG).

O acidente de sexta-feira (25) deixou 84 mortos e há ainda 276 desaparecidos, segundo a Defesa Civil mineira.

O ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou que, caso seja comprovado que houve falha na atuação do comando da Vale, o governo Jair Bolsonaro fará valer o seu direito como acionista da empresa de mineração.

Segundo ele, neste momento, o Palácio do Planalto adotará uma posição de cautela, acompanhando o avanço das investigações.

O governo não pretende, de acordo com Lorenzoni, convocar agora uma reunião com o conselho de administração da companhia para discutir uma eventual substituição da direção.

Na edição desta terça, a Folha mostrou que a gestão Bolsonaro aposta em uma maioria no colegiado para uma eventual destituição do comando. O governo conta com o apoio de fundos de pensão e funcionários da empresa.

“O governo federal não teme nada. Se a investigação mostrar que realmente há problema, há dolo, há falha, é evidente que o governo federal vai exercer seu direito”, disse.

O ministro lembrou que, mesmo que o governo federal tenha direito a “golden share” — ação que dá poder de veto à venda de controle ou à mudança de sede —, ele não tem o poder de interferir na composição do conselho de administração da companhia.

Segundo Lorenzoni, uma intervenção não seria uma medida que teria o apoio do mercado financeiro.

“Não há condição de haver qualquer grau de intervenção, até porque não seria uma sinalização desejável ao mercado em um país que deseja receber parceiros que possam usar a nossa fantástica biodiversidade. Precisa respeitar suas limitações”, disse.

De acordo com o ministro, não cabe ao governo federal atuar diretamente no âmbito de empresas.

Para ele, agora, é necessário ter humildade, para saber que não pode tudo, e prudência para esperar a evolução dos fatos e das apurações.

“Nós temos de aguardar o andamento das investigações. Não cabe ao governo federal apoiar nenhuma empresa ou diretoria que não seja de sua estrita responsabilidade”, disse.

“É um setor econômico que é muito relevante para nosso país, para geração de emprego e de renda”, ressaltou.

O presidente interino, Hamilton Mourão, afirmou na segunda-feira (28) que o gabinete de crise criado pelo Palácio do Planalto estuda a possibilidade de afastamento da diretoria da Vale. Segundo ele, a decisão caberia a Bolsonaro.

Enquanto o governo afasta por ora uma intervenção na companhia, mas mantém o discurso de recorrer a seus direitos, acionistas já correm atrás de um ressarcimento por vias judiciais.

Nos Estados Unidos, dois escritórios de advocacia já entraram com ações coletivas de investidores contra a Vale por prejuízos sofridos pelos papéis da companhia negociados nas Bolsas americanas.

Desde o acidente, as ADRs (recibos de ações negociados nas Bolsas dos EUA) da Vale acumulam perda de 22,75% do valor e fecharam cotadas a US\$ 11,48 (R\$ 42,89) nesta terça-feira.

Os processos foram ajuizados pelos escritórios Bernstein Liebhard LLP e Rosen Law Firm em favor de todos os investidores que compraram ações da Vale entre 13 de abril de 2018 e 28 de janeiro deste ano.

O objetivo é reaver perdas que os acionistas tiveram por causa do que identificaram como comunicações falsas da companhia sobre o risco e dano potencial do rompimento de uma barragem na mina de Córrego do Feijão.

Os escritórios também argumentam que os programas de segurança contraincidentes e de saúde desenvolvidos pela mineradora eram inadequados e, por isso, várias pessoas morreram e centenas estão desaparecidas após o rompimento da barragem.

Segundo o Bernstein Liebhard, os réus ignoraram múltiplos relatos de problemas sérios sobre a integridade da barragem e não implementaram o plano de ação recomendado.

Na ação coletiva do escritório, aparecem como partes fundos de pensão de funcionários dos condados de Alameda e de Orange County, ambos na Califórnia.

Entre os réus apontados nessa ação estão Murilo Ferreira, ex-presidente da Vale, Luciano Pires, diretor financeiro da companhia, e Peter Poppinga, diretor.

Em comunicado, o Rosen Law afirmou que as informações da mineradora sobre seus negócios, operações e perspectivas “foram materialmente falsos e enganosos” ou sem base razoável.

Phillip Kim, sócio do Rosen Law, disse que o escritório deu entrada na ação coletiva nesta terça, em um tribunal do Brooklyn, “em apoio a investidores que compraram papéis da Vale.”

A data de início da ação, 13 de abril, foi escolhida porque foi quando o escritório identificou a primeira informação incorreta da mineradora envolvendo o problema.

“As pessoas estão preocupadas. As ADRs estão caindo por causa das notícias ruins, então fomos contatados por investidores para dar entrada na ação.”

Agora, haverá um período de 60 dias, que expira em 29 de março, para que outros interessados se juntem à ação coletiva.

O investidor identificado como o que tem a maior perda vai ser considerado o líder na ação coletiva. Brasileiros que tenham comprado ADRs da Vale podem se unir ao processo, explicam Kim.

“Acho que os investidores, as pessoas que perderam dinheiro, deveriam considerar as opções. Não custa nada entrar na ação coletiva, eles não têm nada a perder”, afirma.

Já o escritório ganha um percentual sobre um eventual acordo alcançado entre as partes.

Nesta terça, a Moody's colocou a nota de crédito da Vale em revisão para rebaixamento, a terceira agência de risco a sinalizar uma piora na avaliação da mineradora após o rompimento da barragem de Brumadinho.

Atualmente a agência classifica a Vale como Baa3.

Segundo a Moody's, ainda que seja cedo para estimar a extensão do prejuízo, o acidente terá impacto sobre a companhia em todos os aspectos.

“É difícil mensurar o potencial dos passivos ambientais, administrativos, penais e cíveis que a empresa poderá enfrentar, bem como o impacto sobre sua reputação”, disse a agência de risco.

No comunicado, a Moody's acrescentou que as punições financeiras devem ser maiores que as aplicadas à Samarco, dado o elevado número de mortes e o fato de ter ocorrido apenas três anos após o rompimento da barragem em Mariana (MG).

A agência disse ainda que irá considerar potenciais passivos e sanções sobre a empresa e seus executivos, os custos nos quais a Vale incorrerá e potenciais pressões de liquidez que possam surgir como consequência do desastre.

A agência de risco Fitch rebaixou a Vale de BBB+ para BBB- e a Standard & Poor's também colocou a nota de crédito da mineradora em revisão, foi a vez da Moody's adotar cautela com a Vale nesta terça.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Mercado minimiza, mas teme troca de comando

O mercado financeiro segue atento ao desenrolar da tragédia causada pelo rompimento da barragem de Brumadinho (MG), que pode impor pesadas multas à Vale, aumento de despesas e até o risco de interferência do governo na gestão da companhia.

Na segunda (28), o presidente interino, Hamilton Mourão, falou que poderia haver troca de comando na companhia, mas ele recuou dizendo que a “golden share” que o governo detém não permitem destituir a diretoria da empresa.

Nesta terça (29), o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), afirmou que pode haver intervenção se a investigação das causas do acidente mostrar falha da companhia.

Em comunicado, a XP Investimentos afirmou que, “uma eventual mudança na diretoria da Vale, promovida pelo governo, seria prejudicial à companhia”.

“Uma interferência estatal na companhia, por meio do uso da golden share detida pela União, demonstraria ao mercado que a mineradora estaria sujeita a influências governamentais, o que não agradaria os investidores”, escreveu a XP

Para o analista da Guide, Rafael Passos, é pouco provável que exista uma troca de comando agora.

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, é bem visto pelo mercado financeiro e seria difícil encontrar um substituto durante a crise.

“Nesse momento, acho difícil porque nenhum executivo com bom trânsito no mercado assumiria”, afirmou.

Ele não descarta, porém, a repetição de troca de comando, como aconteceu na Petrobras, em junho do ano passado. Quando o governo Michel Temer ensaiou mudar a política de preços da estatal, no período da paralisação dos caminhoneiros, Pedro Parente, então presidente da empresa, disse que isso não ocorreria.

Ele permaneceu no cargo por mais algumas semanas e pediu demissão. A política passou por alterações, mas segue atrelando o preço do combustível às cotações internacionais do petróleo.

Alvaro Bandeira, economista-chefe da Modalmais, minimiza a possível intervenção do novo governo na empresa.

“Acho que é mais o calor da tragédia do que outra coisa. Não acho que seja uma decisão de governo”, afirma.

Após o tombo de quase 25% na véspera, as ações da Vale tiveram leve alta e ajudaram a Bolsa brasileira a recuperar o terreno positivo. O dólar caiu mais de 1%.

Nesta terça, os papéis passaram por um movimento que analistas do mercado chamam de correção, uma pequena mudança de sinal após uma forte ou baixa no valor das ações. As ações ganharam 0,84% e fecharam a R\$ 42,74, depois de terem saltado mais de 4% no começo do pregão.

O Ibovespa subiu 0,20% e fechou a 95.639 pontos. O giro financeiro foi de R\$ 16,9 bilhões.

Na Bolsa de Nova York, os recibos de ações da Vale subiram perto de 2,5%, após duas sessões de forte queda.

Nesta terça, a principal notícia foi a possibilidade de o governo intervir na Vale. Fundos de pensão ligados a estatais estão entre os maiores acionistas da mineradora.

No exterior, as Bolsas trabalharam majoritariamente no positivo apesar da expectativa de nova votação sobre o brexit no Reino Unido e também pelo desenrolar das disputas comerciais entre Estados Unidos e China.

Em Nova York, as Bolsas fecharam sem direção definida. Os índices S&P 500 e Nasdaq caíram, e o Dowjones subiu.

O dólar caiu mais de 1% e analistas atribuíram o movimento a um fluxo de investidores estrangeiros de volta ao país. A moeda fechou o dia cotada a R\$ 3,7220.

“Há oportunismo com relação aos papéis da Vale, uma caça às pechinchas. A gente vem acompanhando um ingresso forte de estrangeiros aproveitando esse momento de desvalorização”, afirmou Ricardo Gomes da Silva Filho, da Correparti Corretora. TK

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Veja o que fazer com as ações da Vale após tragédia

Não é porque uma ação caiu que ela está barata, resume o professor Michael Viriato, do núcleo de finanças do Insper, sobre a atual situação da Vale.

É como ele explica por que o pequeno investidor que não tem ações não deveria comprá-las agora, mesmo após o tombo de quase 25% registrado na segunda-feira (28).

Foi o primeiro pregão após o rompimento da barragem em Brumadinho (MG), na sexta-feira (25), que deixou 65 mortos e outros 282 desaparecidos. Nesta terça-feira, as ações tiveram leve alta.

“Só vão surgir notícias negativas nos próximos dias, então o fluxo de surpresas não vai ser agradável”, afirma Viriato.

Por isso, as perspectivas para a empresa e o valor das ações podem piorar bastante no curto prazo, ainda que o cenário de longo prazo ainda seja visto de forma positiva.

Já Francisco Levy, diretor da Planejar, a associação de planejadores financeiros, considera que, apesar dos riscos, é pouco provável que o tombo de mais de 20% reflita igual perspectiva de piora para a companhia. Para ele, pode ser, sim, uma oportunidade de compra.

No mercado financeiro, a visão sobre investir na companhia muda conforme apetite a risco, vinculação com corretoras e perspectivas sobre impactos financeiros que a tragédia causará na empresa.

As análises das principais corretoras indicam que a Vale tem dinheiro em caixa para pagar todas as punições sinalizadas até aqui e mesmo despesas adicionais. Portanto, os riscos ao investidor seriam pequenos.

“No curto prazo pressão de sociedade é muito grande, não se consegue estimar quanto a Vale vai ter de perda financeira. Esse é o ponto que traz volatilidade para o papel”, diz Rafael Passos, analista da Cuide, reforçando que a situação financeira da empresa segue confortável.

A XP Investimentos escreveu em relatório que mantém sua recomendação de compra para a ação da Vale.

Há uma semana, o analista-chefe da corretora, Karel Luketic, havia atualizado a recomendação de investimento na mineradora projetando que ela tinha potencial de alcançar R\$ 70 por ação — o cenário mais otimista apontava a R\$ 85.

Na Cuide, o preço-alvo era R\$ 65, que está mantido, segundo Passos.

O ambiente macroeconômico da empresa não se modificou, com o preço do minério de ferro ou a demanda pelo produto da companhia, e por isso não haveria justificativa para uma revisão apressada nas condições da Vale.

Mas alguns fatores já estão mudando, dizem aqueles que recomendam manutenção (para quem comprou no passado) ou a venda dos papéis em mãos.

Eles consideram que o preço futuro da ação necessariamente vai mudar.

Além do aumento das despesas para reparar o dano causado e multas, haverá uma demanda para que a empresa gaste mais com manutenção de barragens, na tentativa de evitar uma nova tragédia.

Seguradoras provavelmente cobrarão mais da companhia daqui pra frente, já que esse é o segundo episódio de rompimento de barragem em pouco tempo — a Vale tem metade da Samarco, a responsável pela tragédia de Mariana.

Há ainda o risco de aumento de custo da dívida, com rebaixamento da empresa pelas agências de classificação de risco. A Fitch cortou a nota para o último degrau que garante o selo de bom pagador, enquanto Moody's e Standard & Poor's colocaram o rating em revisão para rebaixamento.

Essas novas despesas têm potencial de afetar o desempenho da companhia no futuro, inclusive reduzindo futuro pagamento de dividendos — que foi suspenso no final de semana.

A política agressiva de distribuição de lucros era usada pela XP e pela Ativa Investimentos para justificar a compra de ações da companhia. TK

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Foto-legenda

PRESIDENTE DA VALE E MINISTRO SE REÚNEM EM BRASÍLIA

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque (esq.), se reuniu com o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, nesta terça (29). A empresa se comprometeu a acabar com barragens a montante, como as de Mariana e Brumadinho (MG), que se romperam. A Vale ainda tem dez barragens do tipo, todas em Minas. Apesar de elas estarem inativas, há operações da Vale em seu entorno.

Por isso, Schvartsman estimou em R\$ 5 bilhões o custo para o chamado descomissionamento das barragens, num processo que deve demorar três anos. A decisão deve gerar impacto financeiro na operação mineradora. Na segunda-feira (28), a Vale perdeu mais de R\$ 70 bilhões em valor de mercado na Bolsa. Segundo Schvartsman, os projetos para acabar com as unidades já estão prontos e serão enviados aos órgãos responsáveis em 45 dias.

A mina do Feijão, parte do complexo Paraopeba, representa de 1,5 e 2,5% da produção de minério da Vale.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Anaïs Fernandes

Título: Tragédia em MG põe em xeque teto para indenização por dano moral

Alteração na lei trabalhista definiu que valor não pode ultrapassar 50 vezes salário do empregado

O rompimento da barragem em Brumadinho (MG) na sexta-feira (25) coloca em xeque uma alteração recente na lei trabalhista que limitou indenizações por dano moral e é questionada no STF (Supremo Tribunal Federal).

Com 84 mortos e 276 pessoas desaparecidas até o momento, a tragédia humana e ambiental caminha para ser também o maior acidente de trabalho da história do Brasil.

A nova lei, em vigor desde 2017, determinou que a indenização a que o trabalhador tem direito em caso de dano extrapatrimonial — quando há ofensas morais e existenciais, como à sua honra, liberdade e integridade física — varia de 3 a 50 vezes o valor do último salário do empregado, dependendo do grau da ofensa (de leve a gravíssima).

Segundo especialistas, os casos em Brumadinho envolvendo a morte de trabalhadores estariam no último nível.

Até a revisão da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), os montantes eram definidos caso a caso pelos juízes, o que, segundo alguns advogados, gerava insegurança.

Críticos do texto defendem, porém, que vincular o valor da indenização ao salário dos trabalhadores fere o princípio da isonomia — o artigo 50 da Constituição postula que “todos são iguais perante a lei”.

“Um operário e o diretor de uma empresa atingidos por um mesmo evento receberiam valores de indenizações diferentes, ou seja, pessoas diante de um mesmo fato teriam tratamento diverso”, diz Júlio Mendes, advogado do escritório Mascaro Nascimento.

Ronaldo Curado Fleury, procurador-geral do Trabalho, já disse em entrevistas que o dispositivo deveria ser revisto. “É um retrocesso total. Ele vale menos como trabalhador do que se estivesse como turista”, afirmou.

Mendes lembra que, na esfera cível, não há teto para o dano moral. “O filho de uma pessoa que estava como hóspede na pousada e morreu pode receber uma indenização superior à do filho do trabalhador daquele local”, diz.

O ex-presidente Michel Temer chegou a editar um Medida Provisória que calibrava alguns pontos da reforma, como vincular os valores das indenizações não mais aos salários, mas ao teto do INSS. A MP caducou em 2018 sem ser apreciada pelo Congresso.

No ano passado, a Anamatra (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho) ajuizou uma ação no Supremo questionando a constitucionalidade do artigo da CLT que tabelou o pagamento.

Além ferir o princípio de igualdade, a associação alega que a norma interfere no exercício profissional dos juízes.

“Fere a independência técnica do magistrado, que leva em consideração para determinar o valor da indenização não só a gravidade do fato, mas aspectos como a capacidade econômica de quem causou a lesão e o efeito pedagógico que a decisão pode ter”, diz Guilherme Feliciano, presidente da Anamatra.

A ADI (ação direta de inconstitucionalidade) 5870 já recebeu parecer favorável da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e aguarda o voto de seu relator, o ministro Gilmar Mendes.

Para Estêvão Mallet, advogado e professor da Faculdade de Direito da USP, os critérios estabelecidos pela lei não foram bons, “mas não ter parâmetro também é ruim”, diz.

“O tema do dano moral é complicado e tem gerado situações muito desequilibradas. Seria conveniente pensar em parâmetros gerais, não apenas nas relações de emprego”, afirma.

Além do dano moral, trabalhadores lesados ou seus familiares podem solicitar reparação por danos materiais. E, neste último caso, advogados ressaltam que não houve imposição de limites.

Isso porque os danos materiais são relativos aos prejuízos de fato mensuráveis. Esse tipo de dano pode ser de natureza emergente (aquilo efetivamente perdido), como o carro de um trabalhador arrastado pela lama ou custos de familiares de ex-funcionários com funeral, ou ter o caráter de lucro cessante (aquilo que se deixou de ganhar).

“No caso da morte de um familiar, por exemplo, é possível multiplicar seu salário ou um percentual dele pela expectativa de vida do brasileiro ou pelo tempo que restava até sua aposentadoria”, explica Gustavo Granadeiro Guimarães, sócio do Granadeiro Guimarães Advogados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Joana Cunha

Título: Secretário diz que governo só quer Petrobras, Caixa e BB

Empresas ficarão ‘bem magrinhas’ e demais estatais serão todas vendidas

O secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do governo, Salim Mattar, afirmou nesta terça-feira (29) que o governo Jair Bolsonaro quer deixar apenas Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras de fora do rol de privatizações.

“Deverão permanecer como estatais a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, só”, afirmou Mattar.

“Então nós temos já o apoio do presidente ao reafirmar que somente estas três empresas deverão permanecer. E elas deverão permanecer bem magrinhas. Vamos vender todas as subsidiárias delas”, disse.

A gestão de Bolsonaro já havia anunciado que as três estatais estão fora do radar das privatizações. Mesmo assim, elas deverão ter o tamanho reduzido. Atualmente, existem 138 estatais federais.

“Eu tenho um panorama geral. As estatais brasileiras, Petrobras, Banco do Brasil e Caixa, deverão ao longo desses quatro anos se desfazer dos seus ativos e ficar um pouco mais magras e mais enxutas”, disse.

Ainda segundo Mattar, que participou de evento do banco Credit Suisse em São Paulo, o BNDESPar, braço de participações do BNDES, deverá ter todas as suas fatias em empresas vendidas e, enfim, ser fechado nos próximos quatro anos do governo Bolsonaro.

Ele evitou mencionar um cronograma das privatizações, mas disse que a intenção é agilizar processos de privatização de 150 dias para 120 dias.

O secretário afirmou também que pretende superar a meta de arrecadação com privatizações fixada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

No Fórum Econômico Mundial, Guedes disse que o governo espera conseguir US\$ 20 bilhões em 2019, e que até o fim do mandato de Bolsonaro, a Petrobras deverá ter vendido quase todas as suas subsidiárias.

“Nosso objetivo é superar isso entre 25% e 50% desse valor ainda em 2019. Vamos surpreender o ministro na área das privatizações.”

Das subsidiárias da Petrobras que pretende vender, o secretário também não entrou em detalhes. Para ele, a presidência da Petrobras tem mais detalhes e que seu papel é de acompanhamento.

“Ela deverá começar a vender participações ou vender o total de muitas de suas subsidiárias. A tendência é que até final deste governo a Petrobras tenha vendido praticamente todas as suas subsidiárias. O meu sonho nesses quatro anos é tentar influenciar as pessoas dentro do governo”, disse.

Ele afirmou ter pedido um levantamento sobre todos os países que possuem estatais de petróleo e avaliar suas rendas per capita para fazer uma comparação com países que não possuem estatais de petróleo.

Mattar quer mostrar que a relação é negativa. “Temos de mostrar efetivamente que esse ufanismo custa caro. Precisamos nos desvencilhar dessas coisas. O estado não tem de ser produtor de petróleo. Ele tem de ser gestor do dinheiro que pertence ao cidadão pagador de impostos”, afirmou.

“A dívida nossa agora atingiu R\$ 3,8 trilhões. Nós temos de estatais aproximadamente R\$ 800 bilhões. De imóveis, nós temos R\$ 1 trilhão, mas não dá para vender R\$ 1 trilhão de imóveis. Talvez venda R\$ 100 bilhões. O fato é que nós temos que reduzir a dívida e na hora que nós reduzimos a dívida sobra mais dinheiro para investir em hospitais e escolas”, disse.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Venda da Eletrobras é uma necessidade, diz presidente da estatal

O modelo de privatização da Eletrobras ainda está em análise pelo novo governo, mas, para se manter competitiva no mercado, a companhia deverá se capitalizar, afirmou o presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, nesta terça-feira (29).

“O objetivo da capitalização colocado por este governo é que a companhia tenha capacidade de investimento. É importante que a companhia tenha como aumentar sua competitividade para participar da expansão futura [do sistema elétrico]”, disse o executivo.

Ele também participou de evento do Credit Suisse, em São Paulo.

Ferreira afirma que ainda está em “processo de entendimento” com o novo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e que não foi definido se a atual gestão vai aproveitar o projeto de lei encaminhado pelo governo Michel Temer sobre o tema.

Esse modelo, defendido pelo executivo, prevê uma diluição do capital da União na Eletrobras. O governo teria uma “golden share” e haveria limitação de concentração de voto dos demais acionistas.

Além disso, haveria uma partilha igual dos recursos advindos da capitalização entre investidores, governo e consumidores de energia.

Em relação à conclusão das obras da usina nuclear de Angra 3 — um dos projetos mais defendidos pelo novo ministro —, Ferreira afirmou que uma concorrência internacional deverá ser feita no segundo semestre deste ano.

“Precisamos de um parceiro tecnológico para que a obra esteja acima de qualquer suspeita”, afirmou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Bolsonaro pretende acabar com braço de participações do BNDES

O governo Jair Bolsonaro pretende vender todas as participações que o BNDES possui em empresas nos próximos quatro anos.

O objetivo é que, no fim desse processo, o BNDESPar, braço de participações do banco de fomento, seja fechado.

A revelação foi feita pelo secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do governo federal, Salim Mattar, nesta terça-feira (29), em evento realizado pelo banco Credit Suisse.

Mattar faz parte da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

“Não há razão para o governo ter uma carteira de ações de empresas. Vamos vender essas empresas e abater dívidas. São R\$ 110 bilhões em participação”, disse o secretário, referindo-se a participação do BNDESPar em diferentes companhias, como Petrobras, Vale, Gerdau, JBS, etc.

Conforme as demonstrações financeiras do sistema BNDES, a carteira de participações societárias do banco chegava a R\$ 99,7 bilhões em setembro do ano passado — um pouco abaixo, portanto, do número citado pelo secretário.

O resultado do banco consolidado de 2018 ainda não foi divulgado.

Técnicos do BNDES consultados pela Folha confirmaram, sob o anonimato, a intenção do banco de continuar se desfazendo de participações acionárias e reduzindo a carteira de ações, mas classificaram como desafiador o prazo de concluir o processo em quatro anos.

Segundo explicam essas fontes, o BNDES está preparado para avançar com as vendas de ações, atendendo os requisitos de prestação de contas dos órgãos de controle, mas a decisão de vender ou não dependem das condições de preço e liquidez no mercado.

Mattar ressaltou que a missão do BNDES será financiar infraestrutura e o médio empresário brasileiro que tem dificuldade de buscar recursos. E aproveitou para dizer que a instituição foi “assaltada nos últimos anos”, em referência aos governos petistas.

“No último governo vocês viram o que foi o BNDES. Essa farra acabou. O BNDES agora é uma instituição de credibilidade que vai financiar as obras necessárias para o país mas de forma mais cuidadosa, profissional e ética”, reforçou Mattar.

Com a missão de investir em empresas e fomentar o mercado de capitais brasileiro, a BNDESPar surgiu em 1982, resultado de uma fusão de três subsidiárias do BNDES existentes desde a década de 1970.

Nos governos Lula e Dilma, a carteira de ações do banco deu um salto graças a uma política de apoio à internacionalização das empresas brasileiras e à criação de “multinacionais verde amarelas”.

Em 2008, ano em que a política dos “campeões nacionais” começou a ganhar tração, a carteira de ações do BNDESPar estava em R\$ 59 bilhões. Em 2010, já havia atingido R\$ 125,2 bilhões — valor recorde para o sistema.

Investigações da Polícia Federal apuram se parte desse dinheiro foi injetado nas companhias mediante suborno. Em delação premiada, Joesley Batista, dono da JBS, admitiu pagar propina ao ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, para liberação de aportes do BNDES, mas eximiu os funcionários do banco de participação no esquema.

A partir de 2015, ainda no governo Dilma Rousseff, a estratégia para a BNDESPar começou a mudar com a entrada do economista Joaquim Levy no extinto Ministério da Fazenda.

A ordem passou a ser reduzir o tamanho da participação do banco mercado de capitais. Apesar de ter feito parte da equipe da petista, Levy foi escolhido por Guedes para comandar o BNDES no governo Bolsonaro.

Desde 2015 até setembro de 2018, a BNDESPar já vendeu R\$ 16,42 bilhões em ações, com destaque para a alienação de papéis da Vale, Petrobras, Eletrobras e Eletropaulo.

Esse valor ainda deve subir significativamente ao longo deste ano.

Apenas na compra da fabricante de celulose Fibria pela Suzano, o banco de fomento deve levantar R\$ 8,5 bilhões. O BNDES é um sócio relevante da Fibria.

A operação, anunciada em março de 2018, só foi totalmente concluída em janeiro deste ano, após a aprovação dos órgãos reguladores.

Mattar reforçou ainda que o governo Bolsonaro pretende deixar apenas Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras fora do rol de privatizações. Mesmo assim, essas estatais teriam tamanho reduzido.

“Eu tenho um panorama geral. As estatais brasileiras, Petrobras, Banco do Brasil e Caixa, deverão ao longo desses quatro anos se desfazer dos seus ativos e ficar um pouco mais magras e mais enxutas”, disse.

O secretário afirmou também que pretende superar a meta de arrecadação com privatizações fixada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Raquel Landim e JC

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 30/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Alberto Bombig****Título: » Ponto.**

Coluna do estado

A decisão da Vale de desativar diques como o de Brumadinho ocorreu um dia após o ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) ter classificado esse modelo de barragem como "superado e com risco inerente". O governo comemora.

» Meiuca. Está difícil para Romeu Zema (Novo) espetar a pesada conta de Brumadinho na gestão de seu antecessor. O atual governador de Minas manteve apenas um integrante do primeiro escalão de Fernando Pimentel (PT): justamente o secretário de Meio Ambiente, Germano Vieira.

» DNA. Ao menos três secretários (Governo, Saúde e Reforma Administrativa) são tucanos com passagens pela gestão Aécio-Anastasia. O líder do governo na Assembleia Legislativa, Humberto Carneiro, também é filiado ao PSDB.

» Reforço. Nizan Guanaes informa que está auxiliando a Vale no caso da tragédia de Brumadinho, mas não precisou ser contratado para a função. A agência África, que tem o publicitário como um dos fundadores, já cuida da comunicação da mineradora há um ano.

COM JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA

Pronto, falei!

José Adércio Sampaio
Procurador federal, da força-tarefa de Mariana

"A atual legislação não nos dá nenhum conforto de que as barragens apontadas como seguras não estão sob risco", sobre o que o Brasil não aprendeu com Mariana.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 30/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Vera Magalhães****Título: BRUMADINHO**

Falas do governo sobre Vale nascem do clamor popular As falas do governo sobre a possibilidade de convocar uma reunião do conselho da Vale para tentar liderar uma maioria para destituir a diretoria da empresa mostram antes um afã de dar resposta ao clamor da sociedade por punições que uma disposição política consensual. Isso porque há sérias dúvidas sobre qual seria a melhor maneira de atuar no caso – a via judicial, por exemplo, é considerada fora de cogitação. O temor de setores do governo é o de agravar a situação da empresa internacionalmente – e, conseqüentemente, a imagem do Brasil num momento em que busca atrair investimentos. A convalescência de Jair Bolsonaro deve ser usada para que o ímpeto vá morrendo aos poucos. A expectativa é de que a Justiça, que está agindo de maneira mais célere agora que em casos como o de Mariana, dê as respostas que a população cobra, enquanto o governo se concentra nas questões relativas ao marco legal da mineração, à regulação e à cobrança de multas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Reação do governo em MG é criticada no setor privado

Coluna do broadcast

A postura de representantes do governo Jair Bolsonaro após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho não foi bem recebida na iniciativa privada. A tentativa de isolar o Palácio do Planalto com um discurso apontando para culpados e sugerindo a possível troca da diretoria da mineradora soou bem negativamente entre líderes de empresas. Ficou a sensação de que o governo queria camuflar problemas em torno do filho do presidente, Flávio Bolsonaro, e Brumadinho, por mais trágico que seja, conseguiu mudar a pauta. A estratégia de apontar o dedo, contudo, não deu certo e o governo recuou. Admitiu-se o óbvio: não é hora apropriada para isso. Além disso, o discurso inicial do governo definitivamente não está alinhado às práticas esperadas de governança corporativa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Enquanto isso...

Direto da fonte

Enquanto os ambientalistas de Minas travam guerra contra as barragens da Vale, os do litoral paulista questionam a autorização da Cetesb em relação à cava subaquática que as empresas VLI (da mineradora) e Ultrafertil implementaram no estuário de Santos (SP). Petição contra a cava conta com o apoio de 65 entidades, inclusive ONGs, que chamam a obra de "lixão químico submarino". A Superintendência do Patrimônio da União de São Paulo chegou a suspender a implantação da obra, mas a iniciativa foi derrubada na Justiça.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Economia

Autor: Altamiro Silva Junior Cristian Favaro

Título: Só Petrobrás, BB e Caixa seguirão estatais, diz Mattar

Secretário de privatizações disse ainda que o BNDESPar tem de acabar rapidamente e que Correios são uma "máquina de corrupção"

O secretário-geral de privatizações, Salim Mattar, disse ontem que a Petrobrás, a Caixa e o Banco do Brasil devem ser as únicas companhias que vão permanecer estatais no governo de Jair Bolsonaro, mas "bem magrinhas", ou seja, sem suas subsidiárias. Mattar ainda disse que o BNDESPar é uma empresa que tem de acabar muito rapidamente e que os Correios são máquina de ineficiência e de corrupção. As afirmações foram feitas em palestra em evento do Credit Suisse em São Paulo.

O secretário destacou ainda que sua meta é superar "em 25% a 50%" o montante que o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse em Davos que pretende arrecadar com as vendas de estatais, US\$ 20 bilhões. "Vamos surpreender", disse ele, destacando que, tirando as três estatais citadas, a intenção é vender todas as outras. No caso da Eletrobrás, em um primeiro momento, a ideia é capitalizar a companhia e sair do controle. "Na área de óleo e gás, só vai permanecer a Petrobrás", afirmou o secretário, fundador da Localiza.

"A Petrobrás é uma megacompanhia, mas não tem a eficiência e produtividade que falam no mercado", disse ele, ressaltando que a estatal deve começar "lentamente" a vender participações de muitas subsidiárias. "A tendência é que, até o final deste governo, a Petrobrás tenha vendido todas as participações." No evento, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, também falou sobre vendas de ativos. Ao comentar sobre a atuação da empresa em logística, por exemplo, defendeu a necessidade de serviço, mas questionou a obrigação de ser dona de tais ativos.

"Necessitamos do serviço de logística, mas não significa que temos de ser donos desses ativos", afirmou. Segundo Castello Branco, a empresa não pode ficar com capital parado em ativos que rendem muito pouco. Temos de monetizar esses ativos. Temos de fazer caixa. Isso é parte dos pilares básicos da nossa visão estratégica", afirmou. Ele reafirmou a intenção de se desfazer da BR Distribuidora. Questionado sobre como essa venda seria feita, disse que "todas as opções estão na mesa".

Mas fez questão de acrescentar que a venda será feita, e rapidamente. Em relação à petroquímica Braskem, da qual a Petrobrás é sócia, Castello Branco também deu forte sinalização de venda. Perguntado se o setor petroquímico era estratégico para o futuro da Petrobrás, disse: "Pré-sal, sim; petroquímica, não."

Carteira. Para Salim Mattar, o governo não pode continuar sendo empresário. Ele ressaltou que o País tem hoje 134 estatais que podem vir a ser privatizadas. Destacou que o governo de Michel Temer privatizou 20, mas o do PT criou 48 companhias públicas. "Queremos o povo rico e o Estado mais enxuto." Mattar afirmou que tem feito um trabalho de "formiguinha" para convencer outros ministérios sobre a necessidade de vender estatais, mas reforçou que os novos executivos que assumiram a Petrobrás e o Banco do Brasil têm visão de mercado e não têm resistência a vender as subsidiárias.

O secretário lembrou que o Brasil tem "18 estatais dependentes" (que não geram caixa suficiente para se manter), que custam R\$ 15 bilhões por ano ao governo, como EBC, Valec, CBTU, Embrapa e Codevasf. Disse ainda que o novo governo pretende acabar com a BNDESPar, a empresa de participações do BNDES, vendendo todos os seus ativos, avaliados em R\$ 110 bilhões, nos próximos quatro anos. "Não faz sentido o governo ter uma empresa de participações."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Economia

Autor: Mariana Haubert Tânia Monteiro BRASÍLIA

Título: Governo não pode intervir na Vale, diz Mourão

Presidente em exercício, que havia cogitado a hipótese na 2ª-feira, diz que ideia foi descartada

Um dia depois de ter cogitado intervir na direção da Vale por conta da tragédia de Brumadinho (MG), o presidente da República em exercício, Hamilton

Mourão, disse ontem que essa hipótese foi descartada. Segundo ele, após avaliações internas no governo, "a conclusão que chegamos foi de que não podemos intervir". Mais cedo, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, já havia sinalizado nessa mesma direção.

"Não há condição de haver nenhum grau de intervenção (na Vale. Isso não seria uma boa sinalização para o mercado", disse, após a reunião semanal do conselho ministerial do governo. O encontro tratou exclusivamente sobre o desastre ocorrido em Minas Gerais. "Se as investigações mostrarem que há dolo, que há falha, o governo vai exercer o seu direito. Mas o governo tem de ter humildade para saber que não pode tudo e prudência para saber que está em jogo um setor muito relevante para o País.

Tem de haver equilíbrio", afirmou o ministro da Casa Civil. O direito do governo em relação à Vale não é tão grande assim. A União detém uma "golden share", ação especial que dá alguns poderes, como o de vetar a mudança de sede ou o nome da empresa, por exemplo, mas não sobre mudanças na direção. Essa mudança teria de ser determinada pelo conselho de administração da empresa. E aí o governo teria influência, já que há representantes dos fundos de pensão Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, e Petros, dos funcionários da Petrobrás, além da BNDESPar, que é o segundo maior acionista da companhia.

Cautela. Questionado sobre se o governo poderia, por exemplo, convocar uma reunião do conselho, ou se apoia a cúpula da empresa, o ministro afirmou apenas que "não cabe ao governo ficar atuando diretamente no comando das empresas que não são de sua responsabilidade direta". Mourão, por sua vez, defendeu a necessidade de se aguardar a conclusão das investigações.

"Tem de se apurar as responsabilidades e saber se houve imperícia, imprudência e negligência. Uma vez apurada a responsabilidade, vemos o que podemos fazer", disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Minoritários devem entrar na Justiça

Acionistas minoritários da Vale estudam entrar com ação contra a empresa e seus administradores no caso de Brumadinho, a exemplo dos acionistas americanos. Mas, na avaliação do vice-presidente da Associação dos

Investidores Minoritários (Aidmin), Aurélio Valporto, dificilmente terão a mesma sorte dos investidores estrangeiros.

"Os EUA têm um arcabouço mais amplo para proteger os investidores, aqui o mercado de capitais é visto como um cassino, mas estamos sendo provocados pelos nossos associados a tomar uma atitude", disse. / DENISE LUNA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Economia

Autor: RICARDO LEOPOLDO

Título: Ação nos EUA cita presidente e diretor da Vale

A ação coletiva movida pelo escritório de advocacia americano Rosen Law Firm contra a Vale nos Estados Unidos cita como acusados dois executivos da empresa: o presidente, Fábio Schvartsman, e o diretor financeiro, Luciano Siani Pires. O processo deu entrada na segunda-feira no distrito leste da Corte de Nova York. Até o dia 29 de março deverá ser escolhido o investidor que liderará a ação.

De acordo com o documento, a Vale ingressou no dia 13 de abril de 2018 na Securities and Exchange Commission (SEC, a reguladora do mercado de capitais americana) com um formulário, conhecido pela sigla F-20, no qual apresentava resultados financeiros para o ano fiscal encerrado em dezembro de 2017 assinados por Schvartsman e Siani.

O texto destacava que a companhia estava comprometida em manter locais de trabalho seguros e atuava para minimizar prejuízos ambientais para reparar o rompimento de uma barragem em Mariana (MG) em 2015. A ação ressalta detalhes em vários parágrafos cujo título inicial era "Compromisso com a Sustentabilidade".

Na ação coletiva movida pela Rosen Law Firm, foi destacado que os comunicados da Vale "eram materialmente falsos e/ou enganavam, porque não representavam ou fracassaram em abrir fatos adversos pertinentes com os negócios, operações" da empresa, "que eram conhecidos pelos acusados ou eram descartados de forma imprudente por eles".

Nesse contexto, a companhia "fracassou ao não avaliar de forma adequada riscos e o potencial dano de rompimento da barragem na mina de minério de ferro de Feijão". Além disso, a ação coletiva ressalta que os programas para mitigar incidentes de segurança e saúde eram inapropriados.

"Consequentemente, várias pessoas foram mortas e centenas mais estão desaparecidas." Em nota divulgada na noite de ontem, a Vale informou que, "tendo em vista o estágio ainda inicial do processo, não é possível, neste momento, prever qualquer possível resultado para esta questão". A empresa afirmou que pretende se defender de forma vigorosa de todas os pedidos feitos na reclamação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Economia

Autor: WAGNER GOMES, RICARDO LEOPOLDO E GABRIEL BUENO DA COSTA

Título: Papel tem alta de 0,85% após tombo recorde

Vale recebeu uma trégua do mercado ontem, depois de perder R\$ 71 bi em valor de mercado na segunda-feira

Depois de registrar a maior perda de uma empresa em valor de mercado na segunda-feira (R\$ 71 bilhões, com a ação caindo 24,5%), a Vale teve uma trégua do mercado ontem. As ações chegaram a subir 5,45% durante o dia, mas acabaram fechando com uma alta menor, de 0,85%.

Para analistas, os papéis da mineradora devem viver uma espécie de montanha-russa por um bom tempo, já que não há clareza sobre quais serão, efetivamente, os efeitos da tragédia de Brumadinho sobre as suas finanças. Os bloqueios judiciais nas contas da empresa chegam a quase R\$ 12 bilhões, mas não se sabe o tamanho das indenizações que a empresa terá de pagar.

Também é impossível calcular, neste momento, os efeitos do dano que o acidente traz à imagem da empresa, e como será sua operação daqui para a frente. A agência de classificação de risco Fitch – que rebaixou a nota da Vale na segunda-feira –, por exemplo, avalia que a empresa levará pelo menos seis meses para lidar com as consequências do desastre.

Segundo o diretor adjunto de ratings da agência, em um cenário "draconiano", a Vale poderia pagar até US\$ 10 bilhões em multas e indenizações. "Mas ainda é cedo para avaliar", disse. De qualquer forma, neste momento, os investidores têm olhado com muita cautela para os papéis da mineradora. Segundo os analistas Andreas Bokkenheuser, Marcio Farid e Cleve Rueckert, do banco UBS, há uma impressão, entre os estrangeiros, de que o fluxo de notícias para a Vale vai piorar muito antes de melhorar.

Eles citam principalmente preocupações com governança, lembrando a tragédia de Mariana, da Samarco, da qual a Vale é sócia; a saída de fundos que aplicam em empresas pagadoras de dividendos, já que a Vale suspendeu o pagamento

de proventos aos acionistas; aumento nas despesas operacionais; e a possibilidade de perda do status de grau de investimento pelas agências de rating – além da Fitch, que rebaixou a Vale para BBB-, no limite do grau de investimento, S&P e Moody's colocaram a nota da mineradora em revisão para possível rebaixamento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Após 84 mortes e 5 prisões, Vale anuncia desativação de barragens

Mineradora decidiu acabar com operações como as de Brumadinho e Mariana; juíza manda prender engenheiros responsáveis pela estrutura que rompeu na sexta-feira ou que atestaram sua segurança

O quinto dia após o desastre em Brumadinho, Minas Gerais, começou com a prisão de cinco engenheiros responsáveis pela segurança da barragem – três da mineradora Vale e dois da empresa alemã Tüv Süd, responsável pelo laudo que atestou a estabilidade da estrutura que ruiu. Acusados de homicídio qualificado, crime ambiental e falsidade ideológica, eles tiveram a prisão temporária decretada.

À noite, outro fato importante. O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, anunciou que a mineradora decidiu paralisar as operações e iniciar processo de descomissionamento (procedimento técnico para encerrar a estrutura) de todas as barragens construídas pelo método de alteamento à montante, usado no Fundão, em Mariana, e no Córrego do Feijão, em Brumadinho.

As duas barragens se romperam em pouco mais de três anos. O desmonte custará R\$ 5 bilhões e deve reduzir a produção da companhia em 10%. Ao longo do dia, o trabalho de resgate de corpos continuou em Brumadinho. Os socorristas conseguiram chegar ao que seria o refeitório da Vale, que foi completamente destruído pela lama, e o número de mortos subiu.

Balanço oficial registra 84 vítimas fatais e 276 pessoas desaparecidas oficialmente. O Estado conversou 12 pessoas que têm passado os dias à procura de qualquer notícia – de vida ou de morte – de pai, mãe, filho, marido ou mulher. No plano oficial, o assunto mobilizou uma reunião ministerial. Ao fim, o governo federal anunciou que órgãos federais fiscalizarão mais de 3,3 mil barragens que se encontram em alto risco ou têm grande possibilidade de dano. Dessas, 205 são de resíduos de mineração e terão prioridade.

Responsável por monitorar as barragens de rejeitos, a Agência Nacional de Mineração tem dificuldade em executar seu trabalho: há apenas 35 fiscais capacitados para atuar nas 790 barragens de rejeitos de minérios em todo o País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Plano deve reduzir em 10% produção anual da companhia

Para encerrar atividades em barragens à montante, em um prazo de 3 anos, extração ficará paralisada e 5 mil serão realocados

O presidente da Vale, Fábio Schvartsman, anunciou ontem que a companhia vai acabar com todas as barragens semelhantes à de Brumadinho. Após se reunir com **os ministros de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e do Meio Ambiente, Ricardo Salles, ele disse que o programa deve reduzir a produção da companhia em 10%. Schvartsman afirmou que a Vale tem dez barragens no modelo de Brumadinho, à montante, todas em Minas, já desativadas.

Desde o acidente em Mariana, em 2015, a ideia da companhia era realizar de forma gradual o descomissionamento das barragens (processo técnico para desfazer a estrutura e fazer com que a desativação atinja condições de segurança e de preservação ambiental), conforme laudos internacionais. Após Brumadinho, a direção decidiu executar o plano imediatamente. O prazo de descomissionamento será de um a três anos.

O executivo ressaltou que cerca de 5 mil empregados, próprios e terceirizados, que trabalham nessas áreas, serão mantidos e realocados no processo. Neste período em que as barragens serão totalmente desativadas, a Vale vai paralisar a produção de minério nas áreas adjacentes, hoje feita à seco. Isso vai reduzir a produção da companhia em 40 milhões de toneladas por ano – cerca de 10%.

"A única maneira de fazer o descomissionamento (sem riscos) é interrompendo a operação", disse. "A decisão terá impacto produtivo na companhia", reconheceu o executivo. Ele não comentou se haverá algum impacto no preço do minério de ferro. Prazo. Os projetos de licenciamento para o descomissionamento das barragens estão prontos e serão enviados aos órgãos ambientais em até 45 dias.

"A Vale fará um esforço inédito para dar uma resposta cabal, à altura dessa enorme tragédia", disse Schvartsman, que fez questão de ressaltar que a empresa não sofreu pressão de ministros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: BRUNO RIBEIRO, FELIPE RESK, GIOVANNA GIRARDI, IGOR MORAES, MARIANA HAUBERT e JULIANA DIÓGENES

Título: Engenheiros vão responder por homicídio

Juíza considera que, dado o desabamento, atestado de segurança não é crível; medida divide especialistas

A juíza Perla Saliba Brito, plantonista de Brumadinho (MG), determinou ontem a prisão temporária, por 30 dias, dos engenheiros André Jum Yassuda e Makoto Manba, da Tüv Süd, César Augusto Paulino Grandchamp, Ricardo Oliveira e Rodrigo Artur Gomes de Melo, da Vale, pelos crimes de homicídio qualificado, crime ambiental e falsidade ideológica. Celulares, computadores e documentos também foram apreendidos na casa dos presos, na sede da Tüv Süd em São Paulo e na unidade da Vale de Brumadinho.

Oliveira era o gerente ligado à segurança da barragem que rompeu na sexta; Gomes, o gerente executivo operacional. Os demais foram os responsáveis pela elaboração, em setembro, do atestado de segurança da barragem. Ao conceder as prisões, a juíza acatou entendimento de que, dado o desabamento, os atestados de segurança não poderiam ser verdadeiros. Em vídeo, o diretor jurídico da mineradora, Alexandre D'Ambrósio disse que a empresa colabora com as investigações.

O Estado não localizou defensores dos funcionários da Tüv Süd E a empresa também informou que não se pronunciaria. O procurador da República em Minas Gustavo Fonseca afirmou que "a finalidade (das prisões) é arrecadar provas que permitam o pleno esclarecimento dos fatos". Já o promotor William Garcia, de Brumadinho, disse que "foi iniciada a oitiva (interrogatório) de alguns presos e a análise de documentos".

Repercussão. O presidente em exercício, Hamilton Mourão, criticou as prisões. "O Ministério Público já tomou atitudes hoje que não sei se foram as mais corretas." Para ele, é preciso ter "provas ou indícios muito fortes de que eles iriam apagar as provas". Especialistas consultados pelo Estado apontam possível fragilidade na concessão de prisões temporárias nessa fase da investigação e

apontam possível tática dos Ministérios Públicos Federal e Estadual de buscar, entre os detidos, alguém que faça delação premiada.

"Esse tipo de operação indica um modus operandi que se viu na Lava Jato e prestigia a pressão psicológica como meio de se obter elementos que possam justificar um processo criminal", diz Claudio Langroiva, professor de Direito Penal da PUC. Para ele, não foi demonstrado na decisão motivos que justifiquem a prisão temporária, como indícios de que os suspeitos pudessem sumir com provas, obstruir investigação ou fugir.

É o mesmo entendimento de Cristiano Marona, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, que trata as prisões como "ilegais". "Uma coisa é o laudo atestando a instabilidade. Outra, a responsabilidade pelo rompimento". Já o criminalista Antonio Augusto Figueiredo Basto diz que a prisão temporária neste caso se justifica. "Há reiteração de eventos gravíssimos por parte da empresa, com danos difusos e de difícil reparação. Importante que a investigação seja célere e rigorosa. O que aconteceu é intolerável."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Pablo Pereira ENVIADO ESPECIAL/BRUMADINHO

Título: Pelo corpo, as marcas de um desastre

Em hospital, resgatados da avalanche de lama em Brumadinho tentam se recuperar de ferimentos e superar a perda de parentes na tragédia

Ela foi resgatada com vida dos escombros na área da pousada Nova Estância, perdeu o bebê, o marido, Robson, enterrado no domingo, uma irmã, Pâmela, mas sobreviveu puxada por um socorrista que usou uma corda para o resgate na lama. Paloma Cunha, de 22 anos, disse ontem, ao sair do Hospital João XXIII, em Belo Horizonte, que não quer recordar o pavor do dia em que o estouro da barragem em Brumadinho levou parte da vida dela e da família.

"Vocês me desculpem, mas prefiro não relembrar porque é muito difícil", contou, caminhando amparada pelo pai, Lucimar, no fim da tarde. E disse que, por enquanto, não quer voltar a Córrego do Feijão, onde vivia. Apresentando as marcas da tragédia espalhadas pelo corpo, ela e o pai criticaram a mineradora. "Até agora, a Vale não proporcionou nada pra nós", afirmou Lucimar. "Estamos dependendo de amigos", contou.

Paloma disse que a "perda é muito grande". Ela lembrou que ainda tem esperança de que seu bebê esteja com vida e lamentou a morte de Robson, já sepultado no domingo. Segundo ela, o marido morreu por "causa de imprudência" da Vale. "Estou indignada", afirmou. "Eu estava todo o tempo consciente." Também internada no mesmo hospital, outra sobrevivente, Talita Cristina, de 15 anos, passou por cirurgia na tarde de ontem. A menina foi resgatada dos escombros da pousada Nova Estância, em Brumadinho, arrasada pela avalanche de lama.

Alessandra Pereira, que trabalhava na pousada, também está hospitalizada por ter aspirado o lodo de minério da barragem. A filha dela, Laís Gabriela, de 14 anos, está desaparecida. "Ainda não sei como está a Talita, que foi operada agora", contou José Antonio Pereira, marido de Alessandra, que também trabalhava na pousada, mas não estava no local na hora do desastre. "Vou subir agora para saber."

Pereira contou ao Estado que a mulher, que tem o rosto muito inchado e está com problemas respiratórios pela inalação de lama, estava com as meninas quando a casa desabou. A filha dele, Laís Gabriela, até hoje não foi encontrada. O resgate de Alessandra e Talita foi feito por um amigo da família, que arrancou as duas da lama, usando os próprios braços. Abalado, Pereira contou ainda que a pousada foi arrastada pela lama.

Alessandra estava na parte da casa que tinha telhado. Talita e Laís Gabriela estavam na parte da construção na qual havia uma laje de concreto, o que, segundo a família, provocou as fraturas na menina. Até o fim da tarde, Talita ainda se recuperava de cirurgias corretivas na UTI. Alessandra, segundo o marido, poderia ser transferida para outra unidade médica ainda ontem.

Segundo o Hospital João XXIII, além delas foram internados um homem, de 55 anos, com fratura na perna. Há ainda outro internado, de 59 anos, afetado pela perda de um parente na tragédia. Resgate. O major Flávio Santiago, porta-voz da Polícia Militar, informou que quadruplicará o efetivo responsável pelas buscas e pela proteção das áreas afetadas. Já são 250 PMs na região e o total deve chegar a quase mil até hoje, segundo ele.

Equipes de São Paulo, Goiás, Espírito Santo e Santa Catarina também chegam hoje para ajudar. Serão mais 80 militares e 4 aeronaves, além de cães farejadores. Os grupos de resgate serão distribuídos em 16 regiões diferentes. "Cada pelotão fará a atividade de varredura da área, ampliando o serviço, fazendo a abordagem e manutenção da ordem para que ninguém acesse as "área quentes" (locais de buscas)", disse o major.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 30/01/2019****Seção: Metrópole****Autor: Paula Felix****Título: Saúde alerta para risco de contato com a lama**

Minas monitora população local e reforça vacinação. Bombeiros também recebem assistência

A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais publicou alerta para a população sobre possíveis riscos à saúde causados pelo contato com os rejeitos de mineração provenientes do rompimento da barragem da Vale. A pasta informou que já recolheu amostras do material para verificar a presença de metais pesados e disse monitorar a situação dos bombeiros que atuam nas buscas pelas vítimas.

Em nota, a mineradora disse que o material não é tóxico. Na noite de anteontem, a pasta publicou nota com orientações para que a população não consuma alimentos que tiveram contato com a lama, incluindo embalados e enlatados, evitem contato com a água do Rio Paraopeba atingida pelos rejeitos, tanto para ingestão quanto para recreação, e não pesquem nem consumam os peixes do rio.

A pasta orienta ainda que, caso os cidadãos apresentem sintomas como vômitos, coceira, tontura, diarreia, a pessoa deve procurar a unidade de saúde mais próxima e informar sobre o contato com o material. "Sabe-se que esse material pode trazer complicações alérgicas, respiratórias e outros tipos de problemas, inclusive alterações e distúrbios mentais, por serem metais pesados.

Em Mariana, os dois compostos (predominantes) eram o arsênio e o níquel", diz Bernardo Ramos, assessor estratégico da Secretaria da Saúde. "Agora, coletamos mais de 40 amostras de água e de lama para ver qual é o composto prioritário e prever o que pode acontecer do ponto de vista de saúde", acrescenta. Segundo ele, a medida é preventiva. A Vale informa que a substância não é tóxica.

"O rejeito é formado por sílica, ou seja, basicamente terra, portanto não é tóxico, diz a empresa, em nota. A secretaria disse que, até agora, não há registro de infecção ou intoxicação entre os bombeiros que participam do resgate.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 30/01/2019****Seção: Metrópole****Autor: André Borges ENVIADO ESPECIAL BRUMADINHO (MG)****Título: Famílias choram seus desaparecidos**

Pais, mães, maridos, mulheres e filhos esperam por notícia – qualquer uma, de vida ou morte. Esgotados emocionalmente, imaginam que o familiar possa estar perdido na mata

As vozes são de desespero e estão espalhadas pelas ruas da cidade, por dentro da mata, nas encostas da tragédia, nas áreas onde o barro já secou, em trilhas e hospitais. Estão nos bloqueios policiais, nas unidades de atendimento. São as vozes das famílias, daqueles que perambulam dia e noite por Brumadinho em busca de alguém. A tragédia da mina de rejeitos da Vale não cessou. Ela se agrava a todo instante e avança dentro de cada um que ainda espera por uma notícia sobre seu desaparecido, seja ela qual for.

Na semana passada, o pedreiro Wilson Joaquim Fonseca da Silva ainda celebrava o primeiro emprego da filha, Camila Aparecida, de 16 anos. A menina havia arrumado uma vaga como camareira na Pousada Nova Estância apenas quatro dias antes de a barragem acabar com tudo e a construção desaparecer embaixo da lama. "Minha menina estava feliz. Falou que ia usar o primeiro salário pra reformar a nossa casa", diz o pai, aos prantos. "Ela gostava de se pintar, de ficar bonita. E brigava comigo para eu comprar um batom, um esmalte pra ela."

A indignação causada pela falta de informações sobre a localização de vítimas desaparecidas é generalizada entre as famílias, por mais que as autoridades e a mineradora Vale insistam em declarar, oficialmente, que prestam todo apoio possível. "Vejo essas pessoas discutindo multas, esses bilhões todos, enquanto o meu irmão está embaixo daquela lama e ninguém tira ele de lá", diz Angélica Maria de Souza, irmã de Renato Eustáquio de Souza, de 30 anos, desaparecido. "É um descaso com as pessoas. Dinheiro nenhum vai trazer meu irmão de volta."

São poucos os que ainda tentam expressar alguma expectativa de encontrar alguém com vida. Já se passaram mais de quatro dias desde a tragédia. Nos relatos que colhi em diversos pontos da cidade, a angústia trazida pelas famílias, quase sempre, é pelo desfecho da história. Por seu fim. Manuel Almeida

Andrade, pai de Lenilda Cavalcanti Andrade, de 36 anos, desaparecida, só quer ter o direito de enterrar a filha. "Saí de Parauapebas, no Pará, atrás da Lenilda. Eu vim atrás do corpo de minha filha. Não terei sequer esse direito respeitado?"

Os retratos para identificar os parentes não estão mais em fotos de papel. Migraram para as telas do celular, onde as fotografias dos desaparecidos são compartilhadas em redes sociais, com quem for possível. O aposentado José Rodrigues de Amorim lamenta não ter a habilidade de saber usar as tecnologias que poderiam ajudar a encontrar seu filho João Paulo Ferreira de Amorim, de 31 anos, desaparecido. "Não consigo mexer nessas coisas, não sei fazer isso."

O pai recorre à carteira de trabalho do filho para mostrar uma foto três por quatro. É um ajudante de serviços gerais da mina. O rapaz é o faxineiro. Limpa as dependências da Vale, seus departamentos e refeitório desde junho de 2018, tudo por um salário de R\$ 1.137,93 por mês. João Paulo é casado e tem uma filha de 4 anos que ainda espera por ele em casa. "Já são mais de quatro dias sem dormir, a família nem consegue vir até aqui. Está muito difícil", diz o pai, que desaba em choro.

Sem dormir, sem comer. Com o passar dos dias, Brumadinho passou a reproduzir uma população em transe. As pessoas praticamente não dormem desde o rompimento da barragem, não se alimentam direito, mal trocam de roupas. Em uma das bases montadas na cidade para prestar informações sobre os desaparecidos, pude ver que voluntários tentam apoiar os familiares que chegam em busca de alguma notícia, prestam os primeiros socorros, oferecem água, bolacha, assistência psicológica.

Não há dúvidas. Em todas as ocasiões, os voluntários são bem acolhidos pela população. Mas que não se fale sobre a Vale ao lado das famílias. "Passamos cinco dias tentando obter alguma informação sobre minha irmã, não tivemos nenhum retorno. Só depois de insistir muito é que alguém telefonou de volta", afirma Karine Naiara da Silva Andrade, irmã de Natália Fernanda, de 32 anos, desaparecida.

A moça trabalha há sete anos na mineradora, como analista administrativa. "Não temos nada a dizer sobre os voluntários, que nos apoiam, mas essa empresa é só descaso, não pode fazer isso com a gente." Ao esgotamento emocional e psicológico de cada um, pesa cada vez mais o esgotamento físico. Famílias inteiras dormem sobre cadeiras, bancos, encostam em algum canto, numa espera prazo.

Há ainda quem acredite que o familiar pode estar vivo. Estaria perdido em algum lugar da floresta, vagando sozinho. Se acidentou, correu para alguma gruta e não conseguiu sair. Está passando fome, sede, frio e precisa de ajuda

antes que seja tarde. Foi esse o sentimento que correu no sangue de Paulo Anniceto Gomes, que decidiu não esperar mais pelas respostas burocráticas que chegavam das buscas oficiais.

"Ontem (anteontem) peguei a moto e entrei na mata atrás do meu filho. Corri pela floresta o dia inteiro, gritava o nome dele." Paulo não o encontrou. O jovem Everton Guilherme Ferreira Gomes, de 20 anos, é técnico de planejamento e gestão da mina no Córrego do Feijão. Apaixonado por futebol, é goleiro de aluguel do Comercial Esporte Clube, time que se orgulha das décadas de história no coração do Barreiro, nome de um bairro de Belo Horizonte. "Eu ainda acredito. Ele vai aparecer", afirma o pai.

A família Anniceto é uma das que têm esperança de sair da lista dos quase 300 desaparecidos que orbitam a catástrofe de Brumadinho. Encontrei Paulo e seus parentes na beira de uma estrada que ainda está bloqueada pela polícia, por causa do fluxo ininterrupto da lama podre que ainda desce pelo vale e cruza o asfalto. "Estamos rondando a região, olhando tudo, estamos em busca do nosso garoto." Paulo espera por respostas urgentes. Espera por seu filho, para que sua família, viva, não se torne mais uma das vítimas fatais da tragédia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Roberta Jansen / RIO Giovana Girardi

Título: País tem apenas 35 fiscais de barragem de mineração

Agência Nacional de Mineração analisa inspeções das próprias empresas, mas faz poucas vistorias in loco. Formato é previsto em lei

O Brasil não tem estrutura para garantir a segurança de todas as barragens em operação em seu território. A Agência Nacional de Mineração (ANM), responsável pela fiscalização, tem apenas 35 fiscais capacitados para atuar nas 790 barragens de rejeitos de minérios – semelhantes às do Córrego do Feijão, em Brumadinho, e à do Fundão, em Mariana – em todo o País. O governo federal usa só laudos produzidos pelas próprias mineradoras ou por auditorias contratadas. São elas que atestam a segurança das suas estruturas.

A autorregulamentação é definido na Lei Federal 12.334, de 2010, e é adotado também em outros países. São previstos dois tipos de inspeção: a regular, feita pela própria empresa, e a especial, realizada por equipe multidisciplinar contratada pela empresa, de acordo com orientações da ANM. O risco é potencialmente mais alto se não houver fiscalização, dizem especialistas. "É

claro que não dá pra fazer nem uma fiscalização por ano em cada uma", diz o geólogo Paulo Ribeiro de Santana, da ANM. Segundo ele, os 35 fiscais não trabalham exclusivamente com barragens de rejeitos.

"Há outras atividades relacionadas à mineração também, como fiscalização de minas, pesquisa mineral, muitas coisas." As raras fiscalizações in loco são feitas quando há discrepância grave nos documentos apresentados pelas empresas à agência ou seguindo rodízio esporádico dos técnicos. "O corpo de funcionários é tão pequeno que eu, geólogo, respondo pela assessoria de comunicação."

Conflito de interesses. O problema já começa no licenciamento ambiental. O documento necessário é elaborado por empresa contratada pela mineradora a – e feito com dados e informações repassados por ela. "Obviamente há conflito de interesses claro aí, porque essa empresa não vai querer que o licenciamento não seja aprovado", avalia o especialista em geomorfologia Miguel Felipe, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

"Esses documentos são extremamente complexos, com uma infinidade de dados, milhares de páginas. Não há corpo técnico no governo para avaliar isso tudo. Não há contraprova. O jeito é confiar nas informações fornecidas pelas empresas." Quando a barragem entra em operação, a dona da estrutura é responsável pelo monitoramento da estabilidade do depósito. Eventualmente, como no caso de Brumadinho, outra empresa pode ser contratada para atestar estabilidade. Mas esse laudo é feito com base em dados fornecidos pela mineradora.

O geólogo Álvaro Rodrigues dos Santos, ex-diretor de Planejamento do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), diz que, "sob quaisquer circunstâncias, a responsabilidade é do dono da obra". "Pode ocorrer de ali haver um início de processo de instabilidade não ter sido captado." Mas, pondera ele, um acidente desse porte não acontece de repente. "Dá avisos, que podem ser detectados visualmente ou por instrumentação."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Mariana Haubert Tânia Monteiro / BRASÍLIA

Título: Governo quer vistoriar 3,3 mil estruturas

O governo anunciou ontem que órgãos federais fiscalizarão 3.386 barragens que se encontram em alto risco ou têm grande possibilidade de dano. Dessas, 205 são de resíduos de mineração e terão prioridade. Apesar da determinação, o

governo não soube informar qual o prazo necessário para a ação. De acordo com o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, existem hoje no Brasil mais de 20 mil barragens cadastradas.

Das que são de resíduos de mineração, 70 foram construídas no método à montante, o mesmo usado na barragem do Fundão, em Mariana, e do Córrego do Feijão, em Brumadinho, que se romperam em Minas Gerais. "Não temos como precisar o tempo necessário para a fiscalização, depende de cada órgão."

O ministro também não soube precisar o número de fiscais necessários para a ação nem o montante de recursos necessários para este trabalho. Ele se limitou a dizer que o governo se empenhará "todos os esforços para que haja recursos humanos e financeiros para fiscalizar as 3.386 barragens de alto risco no País". "Caso as agências federais não detenham pessoal, vamos pedir remanejamento das pessoas sem descuidar das especializações de cada um. Não é da noite para o dia que vamos fiscalizar todas", afirmou o ministro.

São responsáveis por fiscalizar barragens de todo tipo no País órgãos como Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Mineração (ANM) e agências estaduais. Polícia nacional. O governo federal anunciou também que vai rever a política nacional de segurança de barragens para dar prioridade ao plano de ação emergencial. "Esperamos que os órgãos de fiscalização cumpram a lei para que a gente possa ter uma fotografia completa das nossas barragens."

O plano de ação de emergência, considerado essencial, é prioridade na revisão das normas para que a população que venha a ser atingida saiba exatamente o que fazer em uma situação de desastre."

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/01/2019

Seção: Política

Autor: Renato Souza Paulo Silva Pinto

Título: PF e MP fecham o cerco a funcionários da Vale

A Polícia Federal (PF) fechou o cerco a executivos da Vale, com prisão e apreensão de documentos e arquivos eletrônicos. Os investigadores vão se debruçar sobre mensagens trocadas entre gestores e o corpo técnico da empresa, na tentativa de apurar as responsabilidades pela tragédia que se abateu sobre a região de Brumadinho (MG).

Em uma ação conjunta entre a PF e o Ministério Público, foram presas, ontem,

cinco pessoas com atuação profissional de alguma forma ligada à barragem 1 da Mina do Feijão, que desabou na semana passada. Em São Paulo, dois engenheiros que prestavam serviços à Vale foram alvo de mandados de prisão temporária. Em Minas Gerais, um geólogo e dois executivos da mineradora foram detidos. A medida, de acordo com a Justiça, ocorre para preservar a apuração do caso.

“É provável que a responsabilização da empresa seja mais forte do que em Mariana, pelo fato de ocorrer uma reincidência”, destacou o advogado Edson Knippel, doutor em direito penal e professor da Universidade Mackenzie. Ele ressaltou, porém, o fato de que será preciso esperar a produção de provas. E vê exagero nas prisões, que devem ser “sempre excepcionais”. Levar os profissionais à cadeia só caberia, explica, se suas decisões indicassem intenção de matar, o que juridicamente se chama dolo.

Para a advogada Mônica Machado, doutora em direito econômico e professora do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), as prisões tendem a trazer poucos resultados. “Elas são mais simbólicas do que efetivas”, disse. A alegada possibilidade de risco de destruição de provas é, na avaliação da advogada, uma justificativa frágil. “Há chances de as mensagens envolverem muito mais pessoas do que as que foram presas.” Ela vê, porém, grandes chances de executivos da empresa serem responsabilizados diretamente no episódio.

Os investigadores obtiveram autorização da Justiça para acessar conversas realizadas por meio do aplicativo WhatsApp pelas pessoas que são suspeitas de envolvimento com eventuais irregularidades. A intenção das autoridades é entender se existe ligação entre elas, além das atribuições funcionais, o que poderia indicar a combinação de resultado de pareceres emitidos em relação à segurança da barragem. Durante as ações, as equipes policiais recolheram aparelhos de celular, que serão periciados.

No pedido para que as prisões fossem realizadas, o Ministério Público afirmou que “André Jum Yassuda (engenheiro), César Augusto Paulino Grandchamp (geólogo) e Makoto Manba (engenheiro) subscreveram recentes declarações de estabilidade das barragens da Vale S/A, cujos rompimentos se deram em 25/1/2019, informando que tais estruturas se encontravam em consonância com as normas de segurança, o que a tragédia demonstrou ser inverídico”.

O documento ressaltou ainda que “Ricardo de Oliveira, gerente de meio ambiente, saúde e segurança do complexo minerário, e Rodrigo Artur Gomes Melo, gerente executivo operacional responsável pelo complexo minerário Paraopeba, são diretamente responsáveis pelo regular licenciamento e funcionamento das estruturas das barragens, incumbindo-lhes o efetivo monitoramento das barragens que se romperam”.

Suspeitas

As prisões foram decretadas por 30 dias, com base na lei que trata de crimes hediondos. O Ministério Público suspeita que eles cometeram falsidade ideológica, crime ambiental e homicídio. Além de mensagens de texto, serão acessados fotos e vídeos que possam servir de provas em um eventual processo criminal contra os detidos e a empresa. Na casa de Makoto, foram encontrados recortes de jornais com informações sobre o desabamento da barragem em Mariana, no ano de 2015, além de cartões de crédito, computadores e extratos de contas bancárias no exterior — algo que chamou a atenção das equipes.

Na Vale, a diretoria da empresa e colegas de trabalho dos detidos ficaram surpresos. A avaliação de pessoas próximas aos dois engenheiros e ao geólogo é de que eles sempre se dedicaram com afinco ao trabalho e prezavam o cumprimento das regras de segurança.

A Vale afirmou que está colaborando com as investigações e disse que repassou para a PF e para o Ministério Público informações de uma auditoria interna sobre a tragédia. O diretor jurídico da empresa, Alexandre D'Ambrosio, contou, ontem, que se reuniu com a equipe responsável pela condução do caso. “A Vale é a maior interessada no esclarecimento das causas do rompimento da barragem. Antes mesmo da expedição de mandados judiciais, estive pessoalmente em reunião com os Ministérios Públicos Federal e Estadual em Minas Gerais para reafirmar o compromisso da Vale com a apuração dos fatos. Além disso, nos colocamos à disposição das autoridades para prestar qualquer informação”, ressaltou.

O advogado Marcelo Aith, especialista em direito criminal e direito público, explicou que não basta apenas investigar pessoas ligadas à Vale. Ele destacou que é importante avaliar atos do poder público que poderiam ter evitado a tragédia e não foram concretizados. “A barragem foi feita de uma forma que elevou o risco de rompimento. O poder público deveria ter proibido e determinado a desativação desse tipo de projeto desde que ocorreu a tragédia em Mariana. Não é culpa exclusiva da Vale. O governo de Minas Gerais e o governo federal, que não atuaram por meio dos órgãos fiscalizadores, têm parte nisso”, destacou.

“Não é culpa exclusiva da Vale. O governo de Minas Gerais e o governo federal, que não atuaram por meio dos órgãos fiscalizadores, têm parte nisso”

Marcelo Aith, advogado

30 dias

Tempo das prisões decretadas pela Justiça

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 30/01/2019****Seção: Política****Autor: Vera Batista****Título: Em Mariana, multas a pagar**

O Ibama instaurou 25 processos, no total de R\$ 350,7 milhões, contra infrações ambientais no rompimento da Barragem de Fundão, da mineradora Samarco (sócia da Vale), em Mariana (MG), que aconteceu em 2015. No entanto, de acordo com o órgão, a empresa recorreu e, até agora, “nenhuma das multas ambientais foi paga”. E se forem cumpridos todos os trâmites que a lei permite — sejam em ações criminais, administrativas e multas, sejam em indenizações trabalhistas às vítimas —, o pagamento não deverá acontecer antes de 2035. Qualquer ressarcimento ou compensação antes desse prazo dependerá da disposição da Samarco para fazer acordos e do fortalecimento dos órgãos públicos envolvidos, destacam especialistas. Leis que autorizam as cobranças existem, mas falta efetividade.

Após três anos, o Ibama admitiu que “medidas legais e necessárias à cobrança dessas multas estão sendo tomadas, inclusive a remessa dos débitos para inclusão na Dívida Ativa da União”. Ou seja, o processo ainda está na área administrativa (com duas instâncias), após três anos.

Geraldo Wetzel Neto, sócio e coordenador da área Tributária da Bornholdt Advogados, explicou que, após essa etapa, o tempo médio de resolução de conflitos no Judiciário é entre 5 e 10 anos, na primeira instância, e de igual período na segunda (TRFs), com as cortes superiores (TST, STJ, STF). “Independentemente de possível intenção de protelar ou de se isentar da culpa, o processo é longo. Leva, em média, 20 anos para o dinheiro devido ao governo entrar finalmente no cofre”, enfatizou. Para iniciar, o Ibama tem de investigar o tamanho do estrago (cerca de seis meses). Em seguida, comunicar a instauração do processo.

“A notificação dá um prazo de defesa de 15 a 30 dias. Porém, na hipótese de a empresa ir ao Judiciário pedir um laudo, o juiz pode, por exemplo, suspender o procedimento administrativo até o fim da perícia. Mas, ao que tudo indica, essas ações para multas por danos ambientais sequer chegaram lá”, assinalou Wetzel Neto.

Questionado sobre o motivo de algumas ações trabalhistas já terem chegado ao

fim, enquanto o pagamento de multas ambientais está sendo protelado, o tributarista alertou que “tudo depende da disposição da Samarco para fazer acordo”. “Todos querem que a empresa seja punida. A má vontade de pagar talvez seja um argumento, mas não o principal, porque não se pode garantir que o Ibama também não tenha errado na dose”, disse.

Na visão do tributarista Geraldo Mascarenhas Diniz, sócio do Chenut Oliveira Santiago Advogados e ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), não se pode tirar da Samarco o direito de defesa ou culpá-la pelos atrasos.

A responsabilidade pela demora, que aumenta a indignação da sociedade, é a morosidade dos processos administrativos e do Judiciário. “Deveriam ser mais céleres. A causa é o desaparelhamento dos órgãos, que não fiscalizam, não julgam, não cobram de forma eficiente, porque não têm pessoal. O que não se pode é obrigar a empresa a abrir mão do direito de defesa que a Constituição de 1988 lhe garante”, ressaltou.

R\$ 350,7 milhões

Valor das infrações cobrado da Samarco (sócia da Vale) pela tragédia em Mariana. Nada foi pago até agora

Batalhão de assessores

A Vale nunca recebeu tanta demanda por informações da mídia como agora, depois que o rompimento de uma barragem da mineradora em Minas Gerais caminha para deixar um saldo de mais de 300 mortos na conta da companhia. Para tentar salvar a imagem da empresa e prestar informações à mídia, estão mobilizados 60 profissionais de comunicação, que somam os esforços de todos os seus profissionais internos de imprensa e a recém-contratada para gestão de crise, Inpress. A Vale conta ainda com o apoio das agências de publicidade Africa e Artplan, que já atendiam a conta da mineradora.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/01/2019

Seção: Política

Autor: Simone Kafruni

Título: Executivo anuncia fim de barragens

A Vale vai acabar com todas as barragens à montante, como a de Brumadinho e,

para isso, terá de paralisar as atividades, reduzindo a produção em 40 milhões de toneladas de minério de ferro e em 11 milhões de toneladas de pelotas por ano. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da companhia, Fábio Schvartsman. Em reunião com **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, a diretoria da empresa responsável por duas tragédias em menos de três anos em Minas Gerais, que, juntas, deixaram mais de 100 mortos, apresentou seu plano de ação para evitar novos desastres.

“Em primeiro lugar, a gente continua focado no atendimento às famílias das vítimas e ao resgate das pessoas vitimadas pela enorme tragédia de Brumadinho”, disse. “Há dois dias, estive lá e afirmei qual seria o propósito da empresa e que iríamos acima e além de qualquer norma legal para dar uma resposta à altura ao acidente que aconteceu.”

Schvartsman ressaltou que, desde o acidente em Mariana, em 2015, a Vale verificou que tinha 19 barragens com construção à montante e tornou todas, inclusive Brumadinho, inativas. Nove já foram descomissionadas, que é quando os empreendimentos já desativados desaparecem por completo, sendo reintegrados à natureza.

“Por conta da tragédia, decidimos acelerar o processo. A companhia não pode mais ter esse tipo de barragem. Porém, para isso, será necessário paralisar as operações de mineração em todos os sites que estão nas proximidades dessas barragens”, assinalou.

Com a paralisação, que deve levar de um a três anos, a Vale estima que vai retirar da sua produção anual 40 milhões de toneladas de minério de ferro — o que representa 10% dos 400 milhões de toneladas produzidas pela companhia por ano — e 11 milhões de toneladas de pelotas. “A decisão terá um impacto produtivo na empresa. Vamos aportar R\$ 5 bilhões no processo”, avaliou.

A Vale vai levar o plano de ação aos órgãos ambientais em 45 dias e, assim que obtiver as licenças, iniciará o processo imediatamente. “Para não deixar dúvidas de que todo o sistema está seguro, temos laudos que comprovam que todas as nossas estruturas ativas estão em perfeitas condições. Mas, mesmo assim, decidimos não aceitar apenas os laudos, e agir de outra maneira”, justificou.

As barragens que serão reintegradas à natureza ficam em Minas Gerais. “Todas já estão inativas, agora, serão esvaziadas e deixarão de ter características de barragem. Os rejeitos podem ser aproveitados, como tijolos, ou, simplesmente, incorporados ao ambiente”, emendou Schvartsman. Para promover o descomissionamento serão contratadas empresas de engenharia especializadas. Segundo ele, a mineradora, atualmente, só utiliza barragens à jusante ou mesmo a seco. “Em Brumadinho, vamos continuar o trabalho de recuperação e

vamos descomissionar a barragem”, destacou.

Sem demissões

Questionado, o presidente da Vale negou que a diretoria tenha sofrido qualquer tipo de pressão. “Em nenhum momento, ouvi falar de intervenção no conselho de administração. O que tivemos até agora foram reuniões absolutamente técnicas”, assegurou.

O plano de ação da mineradora não prevê demissões. “Os cerca de 5 mil trabalhadores que operam nas atividades que serão paralisadas serão absorvidos em outras atividades. Não haverá demissões”, prometeu. “O que estamos fazendo é acelerar um trabalho que vinha em andamento. Não fizemos mais rápido, porque não havia necessidade. O acidente mudou radicalmente a nossa intenção”, reforçou. Sobre os empregados da companhia presos ontem, Schvartsman disse apenas que a “Vale sempre defenderá seus funcionários”.

Modelos

À montante é quando a barreira é construída sendo elevada na forma de degraus, utilizando o próprio rejeito no processo. O reservatório à jusante, por sua vez, é o erguido do lado de fora, uma alternativa mais segura.

40 milhões

Redução em toneladas de minério de ferro com a paralisação das atividades, além da diminuição em 11 milhões de toneladas de pelotas por ano

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/01/2019

Seção: Política

Autor: Gabriel Vinhal/Alessandra Azevedo

Título: Governo descarta interferência na empresa

Mesmo sendo um dos acionistas da Vale, o governo federal não cogita interferir na companhia, com um possível afastamento da diretoria, após o rompimento da barragem em Brumadinho. O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse, ontem, que a medida “não seria uma sinalização desejável ao mercado”, uma vez que o país deseja “receber parceiros que possam usar essa fantástica biodiversidade”, referindo-se aos recursos naturais brasileiros. As declarações dele foram feitas depois de reunião ministerial comandada pelo presidente em exercício, Hamilton Mourão, no Palácio do Planalto, para discutir mudanças na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

“Não tem condição de haver qualquer grau de interferência. Não seria uma sinalização desejável ao mercado”, frisou Onyx. “É preciso ter prudência para saber que o que está em jogo, além da vida das famílias, é um setor econômico muito relevante para o país. É preciso ter equilíbrio”, defendeu. Mourão adotou discurso similar: “A conclusão a que chegamos é de que não podemos intervir e que não é necessário”, ressaltou.

Onyx frisou ainda que, apesar de o governo deter 12 ações golden share — papéis que dão poder de veto ao Estado em algumas situações —, a decisão de destituir diretores precisa ser tomada pelo conselho de administração da mineradora. Para o ministro, não cabe ao Planalto atuar diretamente na gestão das empresas. “É evidente que nas empresas privadas, em que o governo é apenas um acionista, o papel do acionista é confiar no seu conselho de administração.”

O chefe da Casa Civil explicou que o posicionamento do Executivo é de cautela. O Planalto deve esperar o fim das investigações e, por ora, não convocará uma reunião com os dirigentes do conselho de administração da Vale para discutir uma eventual substituição: “Temos que aguardar o andamento das investigações. Não cabe ao governo federal apoiar nenhuma empresa ou diretoria de qualquer empresa que não seja de sua absoluta responsabilidade”.

Caso queira levar adiante a ideia de afastar a diretoria, o governo conta com o apoio de pelo menos três grandes acionistas da Vale, que fazem parte do conselho: os fundos de pensão Petros e Previ (de funcionários do BB e da Petrobras, respectivamente) e o BNDESPar. Sozinha, a Previ tem 17,55% das ações e é responsável por indicar quatro membros do conselho. Entre eles, estão o presidente do colegiado, Gueitiro Matsuo Genso, e o ex-ministro da Fazenda Eduardo Guardia.

Com esses aliados, o governo garante a maioria simples, suficiente para convocar uma assembleia e discutir o assunto, mas não com poder de destituir a diretoria. Para isso, precisa do apoio de 75% dos membros ativos. A ideia seria usar a influência dos fundos de pensão para convencer a Bradespar (do Bradesco, um dos acionistas).

Decreto determina fiscalização

O governo publicou, ontem, no Diário Oficial da União, uma resolução que determina a fiscalização de todas as barragens do país. A publicação foi feita poucas horas antes da reunião ministerial que discutiu mudanças na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Segundo o texto, os órgãos

fiscalizadores terão de avaliar imediatamente a necessidade de remoção de instalações para garantir a integridade dos trabalhadores que atuam nesses locais.

Segundo o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, o Planalto vai priorizar a fiscalização de 3.386 barragens que estão classificadas com dano potencial associado alto ou risco alto em todo o país. Dessas, 205 são de rejeitos minerais. Canuto, entretanto, não soube estimar quanto tempo demorará para serem vistoriadas. Disse que a ordem é que o trabalho seja feito “o mais rápido possível”, mas “com cautela”.

“Enviaremos todos os esforços para garantir que haja recursos humanos e financeiros para cumprir essa meta. Repito: é uma meta corajosa. Não estamos falando de 10 barragens, são 3.386. Não é da noite para o dia que a gente vai conseguir fiscalizar todas”, ressaltou Canuto. Ele explicou ainda que, das 205, 70 fazem o modelo à montante e devem ser as primeiras a serem fiscalizadas.

Apesar de estabelecer prioridades, o ministro não soube dizer, contudo, quantas delas seriam da Vale. Ele ressaltou que, para os órgãos fiscalizadores, a medida de vistoria era uma determinação. Para os estaduais, uma recomendação. “A estrutura atual das agências fiscalizadoras é insuficiente, mas o governo federal tem os recursos humanos e financeiros para fazê-la. Caso as agências federais não detenham pessoal necessário, o governo vai remanejar as pessoas, solicitar engenheiros de outros órgãos, mas cuidar da especialidade que cada um tem”, destacou. (GV e AA)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/01/2019

Seção: Política

Autor: Gabriel Ponte

Título: Ações fecham em alta

Depois de ter enfrentado o pior pregão da história, a mineradora Vale viu os seus papéis ordinários encerrarem, ontem, em alta de 0,85%, negociados a R\$ 42,74. Eles se tornaram o ativo mais comercializado do dia, um ajuste positivo após as expressivas perdas da véspera. A recuperação da empresa, no entanto, ainda está longe de compensar a queda de 24,52% dos ativos, registrada na segunda-feira. A ligeira melhora também refletiu-se no Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), que fechou o dia em alta de 0,20%, aos 95.639 pontos.

Sócios da Vale se preocupam, no entanto, com eventuais sanções internacionais que ameaçam a empresa. Nos Estados Unidos, por exemplo, a mineradora já se tornou alvo de ações coletivas por parte de quatro escritórios de advocacia, em razão do prejuízo decorrente do rompimento da barragem, que provocou um forte recuo dos ADRs (American Depositary Receipts) da empresa na Bolsa de Nova York (NYSE). Ontem, os recibos da companhia negociados em Nova York encerraram em alta de 2,59%, movimento de ajuste, após perdas anteriores.

Já no continente asiático, o preço dos contratos futuros de minério de ferro da China estabilizaram-se ontem, depois de um forte avanço na segunda-feira, em meio ao temor, por parte de operadores, de uma possível diminuição de oferta da commodity no mercado internacional. Ainda ontem, a agência Moody's colocou o rating de emissor 'BAA3', da Vale, em revisão para 'eventual rebaixamento'. A agência Fitch, na segunda-feira, já havia rebaixado o rating da Vale para BBB-.

De acordo com Daniel Xavier, economista-chefe da DMI Group, os investidores, ontem, assumiram uma posição de acomodação. “Minha leitura a respeito da cotação é de acomodação, por parte dos operadores, em resposta à queda expressiva de segunda. Já o Bovespa tem um desempenho mais normal, em comparação ao pregão de segunda, que foi pífio, voltando a um nível razoável”, explicou.

A notícia em torno da tragédia envolvendo a companhia acabou também por ofuscar o início do encontro do Federal Reserve (banco central dos EUA), ontem, em Washington, DC. Para o economista Demétrius Lucindo, na conjuntura doméstica, os donos do dinheiro atentam-se aos desdobramentos do acidente envolvendo a empresa. Segundo ele, o leve avanço da companhia, no pregão de ontem, ocorre em um momento no qual muitas dúvidas ainda pairam entre investidores, apesar de a mineradora constituir “a maior canalizadora de dólares para o país, com ativos em nível mundial”.

“O investidor fica confuso com a possibilidade da destituição da diretoria da empresa, como havia sido cogitado, mas que o ministro da Casa Civil (Onyx Lorenzoni) descartou posteriormente. Então, o operador acaba por vender papéis, mensurando ser possível comprá-los em níveis menores na semana que vem”, disse.

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

Queda no dólar

O dólar encerrou, ontem, negociado a R\$ 3,721, queda de 1,17%, o menor valor desde o dia 14 deste mês. Foi a maior variação da moeda norte-americana frente

a uma cesta de 33 principais divisas estrangeiras, ou seja, um movimento fortemente influenciado pela conjuntura doméstica.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/01/2019

Seção: Política

Autor: João Vitor Marques

Título: Voluntários incansáveis

O sol ainda não raiou quando Laudinei Pessoa e Mateus de Moraes Leal Parreiras, de 29 anos, levantam da cama. Às 5h, os dois acordam exaustos depois de pouco tempo de sono e começam a se preparar para mais um dia de cansaço físico e emocional. As próximas horas serão de trabalho e apreensão em meio à devastadora lama que tomou conta de regiões próximas à barragem que se rompeu em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Laudinei e Mateus não são bombeiros. Devastados por não saberem dos amigos que estavam na Vale no momento da tragédia da última sexta-feira, eles abandonaram a rotina e deixaram os respectivos trabalhos com um objetivo: ajudar voluntariamente nas buscas por desaparecidos. “Estamos aqui por causa de amigos nossos que cresceram com a gente. Todos os amigos que nós perdemos estavam trabalhando na Vale. Amigos e conhecidos da cidade. A gente queria achar o pessoal com vida, mas estamos achando muitos corpos. Pelo menos isso dá uma satisfação à família”, lamenta Mateus.

Laudinei fraturou o dedinho do pé esquerdo e, por isso, conseguiu atestado médico válido por 15 dias. Mesmo enfaixado, o voluntário veste as botas durante todo o dia de buscas. O abatimento fez com que Mateus pedisse liberação da empresa em que trabalha como mecânico para ajudar nas buscas. “Falei na empresa que tenho que estar na cidade para ajudar o pessoal”, disse.

Amigos de infância, os dois deixam a zona urbana de Brumadinho às 6h todos os dias desde o último sábado. O caminho não é nada simples. Em um intervalo de aproximadamente duas horas, eles percorrem a pé impressionantes 20 quilômetros até a “área quente”, região onde as buscas por desaparecidos se intensifica na Mina do Córrego do Feijão. No caminho, passam pela linha férrea que cruza o local e andam às margens da lama em busca dos desaparecidos. Assim que chegam, juntam-se aos bombeiros.

“O Corpo de Bombeiros tem sido bem amigo. Reconheceu que estamos aqui para ajudar. Eles nos dão almoço, lanche, água, o que a gente precisa. Estamos sofrendo juntos, porque é um trabalho bastante sofrido. Estamos aqui com o

coração, que dói, sabendo que tem pessoas sofrendo sem saber se vão encontrar o ente querido para fazer o enterro, ter aquele descanso” conta Laudinei.

Em conversas informais com a reportagem, bombeiros admitem que por Laudinei e Mateus conhecerem bem a região tem auxiliado bastante nas buscas e até mesmo na retirada dos corpos da lama. Até ontem, os dois haviam ajudado a encontrar cinco vítimas.

Buscas

O resgate “oficial” ganhou novos capítulos. A última parcial divulgada confirmava 84 mortes, com 42 vítimas identificadas. O número aumentou durante as buscas de ontem. Havia também 276 pessoas desaparecidas. Desde o início da manhã do quinto dia de buscas, o Corpo de Bombeiros, com auxílio de helicópteros, retirou vítimas das regiões mais afetadas pela lama.

Segundo o porta-voz da corporação, o tenente Pedro Aihara, a maioria dos corpos encontrados deve ser, provavelmente, de pessoas que estavam no refeitório da Vale no momento do rompimento da barragem. Ainda de acordo com o Corpo de Bombeiros, o restaurante foi arrastado pela lama por uma distância entre 800 metros e um quilômetro. A maioria das vítimas está nessa região, segundo a corporação. A Vale informou que cerca de 600 funcionários estavam no refeitório e no prédio administrativo quando a barragem se rompeu. As buscas na região onde está um ônibus também continuaram.

Em algumas regiões, a lama está mais seca. Segundo bombeiros, isso facilita o deslocamento, mas, em alguns casos, pode dificultar a identificação de corpos. Auxiliadas por equipamentos militares israelenses, as equipes brasileiras também contam com um aspecto intuitivo nas buscas: o cheiro, que indica áreas onde podem ser encontradas vítimas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/01/2019

Seção: Política

Autor: Mariana Peixoto

Título: Dona da pousada é enterrada

“O que aconteceu não vai se repetir. A ganância não pode perdurar. Haverá luta, sim, mas pela paz, pelo amor. E será uma luta de todos nós.” Com estas

palavras, que vieram seguidas de um pedido de palmas, Paulo Coelho Mascarenhas despediu-se da mãe, Cleosane Mascarenhas. A proprietária da pousada Nova Estância, destruída pela onda de rejeitos que varreu a região de Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, na sexta-feira, foi enterrada, ontem, no Cemitério do Bonfim, na capital mineira.

O proprietário da pousada, Márcio Paulo Mascarenhas, e o filho mais velho do casal, Marcinho, continuam desaparecidos. O enterro de Cleosane reuniu centenas de amigos e parentes do casal. No velório, com caixão fechado, havia somente coroas de flores e duas imagens de Cleosane.

Uma das amigas, que pediu para não se identificar, estava com as unhas pintadas de um azul forte. “Azul Cléo”, ela mencionou. Gostava tanto da cor “que acabava com todo o azul” na hora de fazer as peças em cerâmica. Segundo ela, Cléo estava na pousada quase que “por acidente”, pois passava as sextas-feiras em BH. “Resolveu se antecipar a ida por causa da onda de calor”, lamentou a amiga.

Generosidade foi a palavra mais repetida pelos amigos ao se referir a Cleo, como os mais próximas a chamavam. Era ceramista e suas peças enchiam a pousada Nova Estância, construída na área de uma antiga fazenda que pertenceu a sua família. Cleo, Márcio e Marcinho viviam entre a pousada e Belo Horizonte. A Nova Estância tinha 18 apartamentos. Havia uma casa ao lado, onde Cleo, Márcio e Marcinho moravam. A área ainda permitia três ateliês — os de Cléo e Marcinho, de cerâmica, e o de Márcio para pintura.

Pela proximidade de Inhotim — distante apenas 8km da cidade de Brumadinho — a Nova Estância era muito procurada por turistas que vinham a Minas Gerais conhecer o instituto. Ao longo dos anos, a pousada recebeu Caetano Veloso, os jornalistas Sandra Annenberg e Ernesto Paglia, o ex-casseta Marcelo Madureira e o ator Marcos Veras.

Treinamento e experiência evitam riscos

Toda ajuda humanitária é bem-vinda, desde que sem excesso, e todo braço para trabalhar tem papel fundamental, mas com treinamento, segurança e experiência. Por isso mesmo, bombeiros voluntários, de várias partes de Brasil, chegam a Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, para integrar as forças militares que atuam na tragédia resultante da Barragem da Mina Córrego do Feijão, mas são recusados pelas autoridades de comando das operações.

Abrigados em barracas de lona ou em espaços como a Estação Conhecimento

(Centro Cultural da mineradora Vale), eles têm esperança de “entrar no combate”, como é o caso do bombeiro voluntário Felipe Barbosa de Souza, 29 anos, que veio do Rio de Janeiro (RJ) na companhia de um amigo. Ele explica que veio tão logo ficou sabendo da tragédia, que deixou mortos e desaparecidos. “Quando vi a notícia, logo decidi vir para Brumadinho. Nunca atuei numa tragédia assim, mas posso ajudar a salvar vidas”, acredita Felipe, que já atuou na capital fluminense e Niterói (RJ), embora em situações de enchente.

Assumindo o risco, o bombeiro voluntário entrou em uma área atingida pela lama, mas revela que um homem da Defesa Civil pediu que ele se retirasse, por questão de segurança. “O jeito é sair. Mas não foi um bombeiro militar que me mandou sair de lá”, disse.

Donativos

Na quadra municipal de esportes, no Centro de Brumadinho, está funcionando uma central de cadastramento para recebimento de donativos. De acordo com informações da prefeitura local, há 157 mil litros de água mineral, fruto de doações vindas de todo o Brasil. São galões de 20, 10 e 5 litros e garrafas de 1,5 litros e 500ml. O secretário municipal de Esportes e Lazer, Vanilson dos Santos Porfírio, contou que é fundamental manter o estoque de água para os próximos meses.

Quem entra na quadra fica impressionado com o volume de “solidariedade em estado líquido”, e que não é pouca. Nos últimos dias, posteriores à tragédia, já saíram dois caminhões de água. O local recebe também remédios para os bombeiros militares em atuação. Não muito distante, embora nos limites da quadra, estão barracas montadas por bombeiros voluntários de Santa Catarina, que já atuam nos resgates.

A quadra municipal está recebendo cerca de 600 voluntários que fazem vários serviços: separar material não perecível, acondicioná-lo em caixas e depois transportá-lo para o local de onde seguirá para as comunidades.

Efetivo vai quadruplicar

O major Flávio Santiago, porta-voz da Polícia Militar, informou ontem que quadruplicará o efetivo policial responsável pelas buscas e proteção das áreas afetadas pelo rompimento da barragem da Vale. “Estávamos com efetivo de 250 policiais trabalhando. Hoje (terça-feira) chegaram mais 300. Amanhã serão mais 400 policiais militares totalizando quase mil na região de Brumadinho”, informou.

Os policiais ficarão acampados, distribuídos em 16 diferentes regiões. “Cada pelotão fará a atividade de varredura da área, ampliando o serviço, fazendo a abordagem e manutenção da ordem para que ninguém acesse as denominadas área quentes (os locais de buscas)”, explicou o major.

A coletiva também teve a participação do porta-voz da Defesa Civil de Minas Gerais, coronel Evandro Borges, e do tenente do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, Pedro Aihara.

Os grupos de buscas e helicópteros se concentraram em dois pontos ontem: no refeitório da Vale e em um ônibus que estava próximo à barragem. Alguns corpos foram encontrados e resgatados. Aihara acredita que sejam de funcionários que estavam no refeitório. Foi instalado um cartório no IML da cidade para facilitar na identificação das vítimas. “Temos também outros 14 pontos que também estão sendo monitorados. Um deles é o Parque das Cachoeiras, onde tem estimativa de encontrar vítimas”, contou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/01/2019

Seção: Política

Autor: Gustavo Werneck

Título: Israelenses devem ficar

O chefe da delegação de Israel que atua em Brumadinho, Golan Vach, 54 anos, informou na tarde de ontem que a Força de Defesa do seu país ficará em Minas até “sermos úteis”. Pouco antes, o embaixador do país no Brasil, Yossi Shelley, havia dito aos repórteres na Estação Conhecimento (Centro Cultural da Vale) que o retorno ao país do Oriente Médio seria na sexta-feira.

De acordo com o coronel Erlon, chefe do estado-maior do Corpo de Bombeiros, foram encontrados 15 corpos em vários lugares, incluindo um ônibus, em operações dos brasileiros e israelenses. “É uma missão de integração, que teve apenas 12 horas de planejamento conjunto, e teve escavações e resgates”, disse o coronel.

Vach, pai de sete filhos e que atuou em 21 missões de resgates, incluindo o México, classificou a situação em Brumadinho “um desastre horrível” e diz que trouxeram os mais modernos equipamentos capazes de rastrear celulares e “pessoas vivas”, que é o objetivo.

Um dos momentos bonitos da entrevista coletiva foi o curto e emocionante

depoimento da militar Amit Levi, 21, filha de brasileiros e nascida em Israel. Com os olhos brilhantes, ela disse em português estar orgulhosa de participar de uma missão na terra dos pais e avós, naturais do Rio de Janeiro (RJ). Com um jeito tímido, Amit contou que até fez curso de especialização em resgate e disse estar certa de que os militares brasileiros saberão levar adiante seu trabalho para proteger vidas

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/01/2019

Seção: Política

Autor: Marcelo Fonseca

Título: Mau cheiro na beira do rio

Milhares de moradores vizinhos do Rio Paraopeba nos municípios de Florestal, Juatuba e Pará de Minas começaram a sentir ontem os maiores reflexos do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho. A chegada de peixes mortos, a mudança na cor da água e até a mudança no cheiro chamou a atenção da população ribeirinha, que vê com apreensão e cada vez mais de perto os impactos do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão.

No povoado de Tapera, em Florestal, os moradores perceberam o aumento da sujeira no quintal dos sítios. “Desde ontem (segunda-feira) de manhã, a água mudou de cor, ficou mais marrom. Hoje começou a dar um cheiro mais forte, esquisito. Apareceram também alguns peixes mortos, o que não é comum por aqui”, conta o agricultor José Raimundo Gomes da Silva, 57 anos, que mora desde 1982 às margens do Paraopeba.

Ele e um grupo de vizinhos conversavam sobre a tragédia em Brumadinho e a preocupação com o futuro do rio, que costuma receber muitos pescadores. Os moradores contam também que ainda não viram equipes da Vale ou de órgãos ambientais na região.

A alguns quilômetros de distância, outro agricultor demonstra preocupação com a situação do rio. Mauro Roberto Muniz, que mora há duas décadas ao lado do Paraopeba, conta que a lama ainda não surgiu à altura de sua fazenda, mas percebeu que a vazão da água estava abaixo do normal desde a noite de

segunda-feira. “Nas últimas 24 horas, o volume de água baixou de repente. Não sei o motivo, se tem relação com a situação de Brumadinho. Nunca vi baixar assim, tão rapidamente.”

Sem contenção

A reportagem percorreu vários trechos do Paraopeba, na manhã e tarde de ontem, entre Pará de Minas, Florestal e Juatuba e não localizou as membranas (espécies de cortinas de contenção) que a Vale informou que instalaria para impedir a chegada da sujeira a Pará de Minas.

Procurada para esclarecer em que pontos as cortinas de contenção seriam instaladas, a Vale não respondeu. Ontem, pela manhã, uma equipe da Agência Nacional das Águas (ANA) fez medições no rio. No início da noite, uma equipe do laboratório ALS, que presta serviço para a mineradora, fez levantamento da qualidade da água debaixo do viaduto da BR-262, entre Juatuba e Betim. Nem o órgão nem o laboratório forneceram detalhes sobre o resultado preliminar das análises.

A empresa Água de Pará de Minas, que opera no abastecimento da cidade desde 2015, informou que desde domingo foram identificadas alterações nos padrões de qualidade do rio na altura de Juatuba, mas que, no ponto de captação da água, em Pará de Minas, não houve alteração até o momento.

“Desde ontem (segunda-feira) de manhã, a água mudou de cor, ficou mais marrom. Hoje começou a dar um cheiro mais forte, esquisito. Apareceram também alguns peixes mortos, o que não é comum por aqui”

José Raimundo Gomes da Silva, morador da margem do rio

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/01/2019

Seção: Política

Autor: Renan Damasceno/Fred Brottel

Título: Pataxós ficam sem peixe

Na língua pataxó hã-hã-hãe, mianga baixu significa água bonita. Era assim que os índios chamavam o Rio Paraopeba, às margens da aldeia. Mas, desde que a lama de minério desceu com o rompimento da barragem de Córrego do Feijão, da Vale, na sexta-feira, o que se vê no Paraopeba é uma água vermelha,

barrenta e um cheiro muito forte de peixe podre. Piabas, traíras e piaus estão empilhados e apodrecendo com o sol quente depois que foram varridos pela lama de rejeitos, que chegou à aldeia às 4h da manhã de sábado. Os 27 índios que vivem ali, na divisa entre São Joaquim de Bicas e Brumadinho, assistem à principal fonte de alimento da tribo ser dizimada.

“Muitos estão olhando o papel sujo, que é o dinheiro, só estão olhando os bens materiais. Eles não entendem que o ar puro que eles respiram são por meio das reservas, nascentes do rio”, afirmou o cacique Hãýó Pataxó, que aguarda ajuda, já que o peixe é a principal fonte de sobrevivência da tribo. “Estamos precisando, neste momento, de cesta básica, da carne, porque a gente vivia do peixe”, conta.

Ontem, depois de quatro dias sem fornecimento de água e vivendo de ajuda de poucas doações, os Pataxós se reuniram com representantes do governo do Estado, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ibama, Ministério dos Direitos Humanos e Secretaria Estadual de Saúde Indígena (Sesai).

O governo do Estado, por meio de representantes da subsecretaria de Direitos Humanos, afirmou que vai articular com a Copasa para retomar o abastecimento da aldeia, além de cuidar de questões emergenciais de alimentação e água. Já o Ministério dos Direitos Humanos tem recebido demandas de indígenas, quilombolas e solicitou um mapeamento da população ribeirinha e povos tradicionais, para cobrar assistência da Vale. O Ibama está acompanhando e avaliando o impacto na fauna.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/01/2019

Seção: Política

Autor: Matheus Parreiras /João Vitor Marques

Título: Animais são abatidos

Em meio à procura por desaparecidos, outra preocupação aflige as pessoas que trabalham nas buscas pós-rompimento da barragem em Brumadinho: encontrar animais em meio à lama. Desde sexta-feira, ONGs têm encontrado dificuldades para acessar locais de resgate e auxiliar as equipes oficiais, sobrecarregadas fisicamente e psicologicamente. “Estamos aqui com uma equipe de veterinários, para tratamento, para resgate”, relatou a presidente da ONG paranaense Força Animal, Danielly Savi.

Ao jornal Estado de S. Paulo, o chefe da Defesa Civil de Minas Gerais, coronel

Evandro Geraldo Borges, confirmou que deu permissão às equipes para abater a tiros os que estiverem em locais críticos, de difícil acesso. “O que vamos fazer? Deixar o animal sofrendo? Estamos, sim, com equipe em campo executando esse trabalho, mas essa decisão só é tomada nos casos em que não há outra opção. Tem animal preso, outro com perna quebrada. Temos de fazer escolhas. Tudo que está sendo feito foi pensado”. A Defesa Civil emitiu nota em que garante que o abate aleatório de animais não foi permitido. Os que forem encontrados com vida são levados a um sítio nas proximidades do local. Por lá, são alimentados e atendidos por uma equipe de veterinários.

A ONG Força Animal lamentou o abate por meio de tiros e defendeu que há outras formas de contornar a situação. “Temos preparo para analisar o animal e, se for o caso, fazer a eutanásia, mas não queremos que seja por helicópteros a tiros. A gente poderia descer lá e fazer uma eutanásia digna para o animal”, defendeu o médico veterinário Rodrigo Gobo.

Alerta contra riscos à saúde

A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) emitiu um alerta para a população sobre os possíveis riscos à saúde causados pelo contato com os rejeitos de mineração provenientes do rompimento da barragem da Vale. A pasta informou que já recolheu amostras do material para verificar a presença de metais pesados e que monitora a situação dos bombeiros que atuam nas buscas pelas vítimas. Em nota, a mineradora disse que o material não é tóxico. “O rejeito é formado por sílica, ou seja, basicamente terra, portanto não é tóxico.”

Na noite de segunda-feira, a secretaria publicou uma nota com orientações para que a população não consuma alimentos que tiveram contato com a lama, inclusive embalados e enlatados, evitem contato com a água do Rio Paraopeba atingida pelos rejeitos, tanto para ingestão quanto para recreação, e que não pesquem nem consumam os peixes do rio. A pasta orienta ainda que, caso os cidadãos apresentem sintomas como vômitos, coceira, tontura, diarreia, devem procurar a unidade de saúde mais próxima e informar sobre o contato com o material.

“Sabe-se que esse material pode trazer complicações alérgicas, respiratórias e outros tipos de problemas, inclusive alterações e distúrbios mentais, por serem metais pesados. Em Mariana, os dois compostos (predominantes) eram o

arsênio e níquel. Agora, coletamos mais de 40 amostras de água e de lama para ver qual é o composto prioritário e prever o que pode acontecer do ponto de vista de saúde”, explica Bernardo Ramos, assessor estratégico da SES-MG. Segundo ele, a medida é preventiva.

A secretaria também está acompanhando a situação dos bombeiros que atuam nas operações de resgate de vítimas. “Todos os nossos bombeiros estão sendo monitorados frequentemente, caso tenha alguma infecção e intoxicação, mas até o momento, não tivemos episódios relacionados a bombeiros.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/01/2019

Seção: Política

Autor: Julio Marcelo de Oliveira

Título: “O TCU avisou sobre tragédia”

Entrevista Júlio Marcelo de Oliveira

O procurador do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU) Júlio Marcelo de Oliveira afirmou ao CB.Poder, ontem, que a possibilidade de uma nova tragédia, como a de Brumadinho, já havia sido alertada pelo tribunal. De acordo com ele, o órgão divulga relatórios alertando que determinada área não está cumprindo sua missão institucional. “Ele reporta a falta de estrutura, para o Congresso e para a sociedade”, explicou.

Oliveira afirmou que, se a sociedade não tiver coragem de fazer as instituições funcionarem, vão ocorrer mais tragédias como a de Brumadinho. “Nós precisamos reformar as instituições e fazer com que a administração pública funcione bem, sem que precise custar tanto.” Confira o que disse o procurador:

Como é que o TCU tem atuado na questão das barragens?

O caso de Brumadinho foi uma tragédia anunciada. O TCU anunciou que esse tipo de tragédia poderia ocorrer novamente.

Na área de fiscalização, há vários órgãos sucateados, como DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), Ibama e agências reguladoras. Não é somente falta de pessoal, mas loteamento político por pessoas despreparadas para o cargo.

Falta estrutura para funcionar e, mesmo quando tem estrutura, não funciona

por captura política. As agências, quando foram criadas, eram uma forma de ter organismos técnicos fora da estrutura direta do Executivo, com diretores com mandatos escolhidos por pessoas com capacidade técnica, para assim ficar livre de indicação política. Não foi o que aconteceu. Gente que não tem formação é indicada.

Na criação da Agência Nacional de Mineração, já foram mudadas regras no Congresso, desidratando o poder que o órgão teria. Como o senhor vê esse tipo de interferência?

Não faz sentido criar a agência e não dar poder para agir tecnicamente. Então, a sociedade tem de escolher se quer órgãos que atuem para ela ou se vai deixar a fiscalização à mercê do interesse do grande grupo econômico e político.

Pode haver mais casos (de desastres) por conta do sucateamento das agências?

Se não houver uma intervenção muito incisiva do governo para fazer fiscalização, como tem de ser feita, isso vai se repetir. Alguns especialistas dizem que as barragens não se rompem de uma hora para outra, então, hoje, com a tecnologia que existe, tem como fazer monitoramento da barragem em tempo real. É um absurdo que a Vale não faça isso.

Há suspeita de que na área atingida houve um enfraquecimento da fiscalização. O que seria enfraquecido pode ser fortalecido?

Isso mostra que não havia um excesso de proteção ambiental, pelo menos na área de mineração. Há uma deficiência de proteção do meio ambiente. Se o governo pensava em enfraquecer a fiscalização ambiental, eu não sei, mas isso mostra um caminho equivocado. Acho que vão fazer algum projeto para que não ocorra mais. A resposta na área da mineração será mais forte do que do resto ambiental, como agronegócio.

Como vai ser o papel do TCU no caso Brumadinho?

O TCU não tem como fazer uma intervenção além de preparar um relatório para a sociedade e para o Congresso. Imputar (responsabilidade) à empresa cabe ao órgão do Executivo que tem a competência para isso.

A procuradora Raquel Dodge disse que, devido à quantidade de pessoas que morreram na tragédia, não tem como a Justiça não cumprir mais o seu papel.

As mineradoras têm fortes lobbies em defesa de seus interesses no Congresso. É importante que o meio ambiente tenha voz e que as discussões legislativas sejam feitas com transparência. O Poder Judiciário também precisa dar uma resposta. Tem problemas de eficiência do Judiciário: é caro e lento.

.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 30/01/2019**Seção:** Política**Autor:** Otávio Augusto**Título:**

Defesa Civil sucateada

Faltam viaturas, equipamentos e até servidores para atender a população em casos emergenciais, como resgates e operações em áreas de risco. O sucateamento de parcela das defesas civis pelo país preocupa os agentes que têm a missão de agir em situações extremas, como nos atendimentos das vítimas do rompimento da barragem em Brumadinho (MG). Para se ter dimensão do abandono, 32% dos municípios brasileiros não sabem informar ou não contam com esse tipo de trabalho de socorro, segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Um dos principais desafios é manter as defesas civis em funcionamento. Os gastos com o setor representam menos de 1% do orçamento geral de municípios, estados e União. Segundo a CNM, 1.640 cidades não informaram se contam com o serviço. Outras 138 admitiram não ter, enquanto 3.792 disseram assegurar esse tipo de amparo. A cidade mineira de Araxá, distante 350km de Brumadinho, por exemplo, só estruturou a atividade há dois anos.

Falha

Para especialistas, o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) brasileiro não consegue cumprir com eficiência dois pontos básicos: a prevenção e o alerta. O governo falha em ausência de mapas detalhados das áreas de risco, esclarecimento e treinamento da população e rede de alertas preventivos. Em Brumadinho, as sirenes não tocaram quando a barragem rompeu.

Johnny Amorim Liberato, técnico em Proteção e Defesa Civil da CNM, explica que em muitas cidades onde a Defesa Civil existe, há poucas condições de desenvolver planos estratégicos de prevenção e ação em casos de desastres. “Muitas, para conseguir manter o serviço atuante, precisam recorrer ao voluntariado. Os municípios sequer conseguem comprar viaturas ou orientar os profissionais. É importante manter as defesas civis preparadas e em funcionamento para que tragédias como a de Mariana e de Brumadinho não ocorram mais”, critica.

Para o presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, Adriano Cunha, é preciso mais integração entre os governos. Ele atua na Defesa Civil na região de vales e montanhas em Santa Catarina. “Não existe articulação da União com os estados e com os municípios. Isso dificulta algumas ações e a melhoria das situações que não são adequadas. Muitos municípios têm estrutura adequada, mas sabemos de realidades que não são ideais”, frisa.

Ele explica que, nos últimos anos, houve investimentos na área, mas que é necessário que a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil deixe de agir somente depois da tragédia. “No Brasil, a Defesa Civil é encarada como uma força de ação reativa, nunca como preventiva. O essencial é se antever o problema para não perder vidas e ter prejuízos incalculáveis para as cidades e para as pessoas”, destaca.

Falta integração

Malu Costa, diretora do Sindicato dos Agentes de Proteção e de Defesa Civil do Ceará, diz que o sucateamento prejudica ações emergenciais. “Não se tem planejamento. Em casos de calamidade de grandes proporções, como em Minas Gerais, não estamos preparados para socorrer a população, sequer se tem monitoramento de áreas de risco”, ressalta.

Nesta semana, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, liberou R\$ 14 milhões para ações de defesa civil em Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Pará. O recurso será utilizado em obras emergenciais de atendimento à população afetada por inundações, fornecimento de água potável e reconstrução de áreas danificadas.

Goiás monta força-tarefa

Com estruturas comprometidas e quase sem instrumentos de fiscalização, o alto risco em barragens goianas preocupa o Executivo estadual. Após a tragédia em Brumadinho (MG), a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima) determinou que nove reservatórios sejam vistoriados até 8 de fevereiro. Nesses locais, o perigo é iminente. O estado tem quase oito mil barragens, mas só as 200 maiores estão cadastradas no Sistema Nacional de Segurança de Barragens da Agência Nacional de Águas (ANA). Desse total, apenas 11 receberam algum tipo de monitoramento nos últimos dois anos. Todo o estado possui dois fiscais, e eles não são capacitados para vistorias em reservatórios de rejeitos, por exemplo

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 30/01/2019****Seção: Política****Autor: Simone Kafruni/Lucas Valença****Título: Paracatu teme risco de contaminação por arsênio**

Além do temor de que as barragens localizadas na cidade de Paracatu sejam palco de uma nova tragédia, semelhante a de Mariana ou de Brumadinho, os moradores do município estão assustados com as suspeitas de que a mineradora Kinross Gold Corporation, empresa canadense, esteja contaminando afluentes do local com arsênio, um semi-metal altamente tóxico. Além de ser cancerígeno, também é causador de diversas doenças.

O geólogo da Faculdade Noroeste de Minas Gerais Márcio José dos Santos, morador do local, chegou a analisar, em 2015, o nível de arsênio em 37 moradores da comunidade Santa Rita. O povoado tem um total de 112 pessoas e está localizada em uma região mais próxima da mineradora. Segundo o estudo, que analisou a urina dos moradores, e foi apresentado no Terceiro Congresso da Sociedade de Análise de Risco Latino Americano, no ano seguinte, o índice médio da substância tóxica no corpo era de 14,7 microgramas por litro. Porém, o maior indicador chegou a 32,5.

Acredita o pesquisador que a população, em especial, da região, contraiu o elevado índice de arsênio por meio da água. Segundo ele, quando a empresa quebra as rochas para buscar o ouro, material explorado pelo local, uma quantidade de arsênio é exposto, no entanto, neste primeiro momento não é prejudicial ao corpo humano. Porém, ao ser depositado junto com os dejetos, se torna altamente tóxico. O problema, explicou o estudioso, é que existe a suspeita de que a substância esteja permeando o solo e contaminando a água da região.

Como a população vizinha à represa consome uma quantidade de água de poços artesanais, além de criarem animais com a mesma água, a suspeita de Márcio José dos Santos é de que os poços estejam contaminados. O pesquisador também avaliou a quantidade de arsênio em alguns córregos perto da mina e constatou que há a existência da substância. “O ser humano se impressiona quando acontece a catástrofe, mas ninguém se importa com a tragédia que está ocorrendo todos os dias na região”, lamentou.

Segundo o médico e professor de oncologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), André Murad, o limite estabelecido pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) é de 10 microgramas por litro, medição também utilizada pela

Justiça do Trabalho para estipular limites de riscos aos funcionários. No caso de intoxicação crônica, quando a substância é muito absorvida, o tecido interno é afetado.

Na opinião do professor do Departamento de Saúde Mental da UFMG Frederico Garcia, o risco de contaminação com rejeitos de minas é alto. “O problema é que vão se acumulando na cadeia alimentar. Os peixes pequenos comem, são comidos por peixes grandes que o homem vai lá e come. Então, nós acabamos consumindo essas substâncias que, no longo prazo, são muito prejudiciais à saúde pelo acúmulo”, destacou.

Outro lado

Procurados, a Kinross informou que “segue práticas de mineração bem-estabelecidas para operar de forma sustentável com respeito às pessoas e ao meio ambiente”. Explicam também que, durante o processo de mineração, o material contendo arsênio é “descartado em instalações duplamente revestidas e projetadas especificamente para sua contenção, chamadas “tanques específicos”. Estes tanques, explicou a multinacional, “são selados com argila férrea e com um revestimento impermeável de plástico (geomembrana de PEAD — polietileno de alta densidade)”.

Eles também defenderam que as atividades da empresa são “controladas e monitoradas”, além de reforçarem que estão em conformidade com a lei. “O rejeito direcionado para as barragens da empresa durante todo seu ciclo produtivo é considerado não perigoso de acordo com norma técnica vigente”, informou.

Sobre as pesquisas levantam a suspeita de que as operações da mineradora elevaria os problemas de saúde de moradores, a Kinross afirmou que os níveis de exposição em Paracatu “foram semelhantes aos de outras cidades no estado de São Paulo e inferiores aos níveis médios encontrados nos EUA”.

Refúgio abandonado

Além da preocupação diária com relação às barragens que foram construídas no local, os moradores das comunidades próximas a Paracatu (MG), não contam com um sistema de proteção adequado, caso as construções de Santo Antônio e Eustáquio, que juntos somam mais de 560 milhões de metros cúbicos de rejeitos, não suportem a pressão.

O local, que deveria ser um ponto de refúgio para a população, não conta com uma estrutura minimamente adequada. Ao chegar à localidade, a reportagem se deparou com uma pequena placa que especificava a função do local. No entanto, além de uma pequena igreja e duas construções pequenas, que serviriam para a acomodação dos moradores, a empresa ainda não construiu um ambiente de refúgio apropriado. A área está em um dos pontos mais elevados, mas distante das casas dos moradores da região, o que dificulta a ida em um suposto momento de crise.

Segundo o filho de uma das moradoras, Caio Querino, 32 anos, que passou a morar perto da região, as pessoas se preparam para o pior. “Nós estamos nas mãos deles. Eu fico vendo o noticiário para saber a atitude que preciso tomar, caso o pior aconteça. Já imagino o caminho que farei, caso a barragem não aguentar a pressão. Mas se ficarmos isolados lá, não teremos nem estrutura, nem alimentos”, reclamou.

As duas barragens da região, Santo Antônio e Eustáquio impressionam em meio aos grandes montes arborizados do local. No entanto, a quantidade guardada pelas duas construções chegam a se aproximar em 10 a quantidade de lama contida na barragem do Fundão, em Mariana, que continha cerca de 56 milhões de metros cúbicos. Contudo, a barragem de Eustáquio, que hoje tem 147 m³ de rejeitos, tem capacidade de elevar o número a 750m³. (LV)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/01/2019

Seção: Política

Autor: Marco Antonio Villa

Título: O massacre de Brumadinho

Brumadinho é a mais perfeita tradução do Brasil. Representa, infelizmente, como o país foi tratado ao longo dos últimos anos. A irresponsabilidade pública casada com a irresponsabilidade empresarial. E sempre contando com a impunidade. Mas, tudo indica, diversamente da tragédia de Mariana, desta vez a opinião pública estará vigilante exigindo as devidas punições, além de medidas efetivas para que tais crimes não se repitam.

Deve ser ressaltado que desta vez as ações do poder público federal foram ágeis, até com o deslocamento in loco do presidente da República, no último sábado. Não custa recordar a omissão de Dilma Rousseff e de seus ministros quando dos acontecimentos de Mariana. Chama a atenção de qualquer observador, não é necessário ser especialista de meio ambiente, que depois da destruição produzida pela Samarco — subsidiária da Vale, no distrito de Bento

Rodrigues, em termos legais, nada foi feito.

Pelo contrário, houve até um afrouxamento na concessão de licenças e a fiscalização das barragens foi relegada a plano secundário. Denúncias não foram investigadas, as multas ambientais não foram pagas e a população atingida não recebeu o que foi prometido — isto apenas em termos materiais e monetários pois suas vidas foram destruídas, seus espaços de sociabilidade foram rompidos e suas referências desapareceram para todo o sempre.

O poder local não teve capacidade de enfrentar a poderosa Vale — empresa multinacional que só no terceiro trimestre de 2018, segundo dados apresentados no seu próprio site, lucrou R\$ 8,3 bilhões. O município sem outra fonte de renda segura, teve de aceitar as imposições da empresa e, pior ainda, era ela que estava gerindo o fundo de indenização. Ou seja, a Vale cometeu o crime, reservou um pequeno valor — frente aos danos — e administrava o pagamento aos atingidos pela sua nefasta ação. Inacreditável!!

E tudo isso estava ocorrendo sem que a população brasileira tivesse conhecimento. Acreditava-se que a Justiça e o Ministério Público acompanhassem pari passu o caso, o que, infelizmente, não estava ocorrendo. Também não pode ser deixado de lado a ação do sindicato dos trabalhadores. O que fez? Silenciou? Por que?

A Vale continuou operando como se a tragédia de Mariana tivesse sido um simples acidente, algo casual, sem importância e que seria logo esquecido. Importante ressaltar novamente que nesta estratégia estava tendo êxito, só se falava dos excelentes resultados financeiros, dos lucros e de sua boa imagem. Até chegou 25 de janeiro, e tudo veio abaixo, literalmente. Era tudo mentira, um engodo produzido por criminosos. Se em Mariana o número de vítimas foi contado em dezenas, agora em Brumadinho foram centenas, algo próximo a 350 mortos. Foi um verdadeiro massacre.

As autoridades mineiras são corresponsáveis. É inaceitável, por exemplo, que o secretário do Meio Ambiente do petista Fernando Pimentel — que se omitiu no episódio de Mariana e, segundo divulgado pela imprensa, teria até facilitado o processo de novas licenças para as mineradoras — permaneceu no governo Romeu Zema, que se diz — assim como seu partido — “novo.” Novo? No que? Zema premiou a incompetência. Pior, desde as primeiras notícias vindas de Brumadinho mostrou seu despreparo para o exercício de cargo tão importante. Chegou ao local de tragédia dizendo que iria recolher apenas corpos! Isto quando havia — como efetivamente ocorreu — sobreviventes. Não conseguiu até o momento coordenar de forma eficaz os trabalhos de socorro e impediu — de fato — que as Forças Armadas tivessem o comando das operações.

Como um provinciano tacanho, optou por restringir a ação dos militares e ainda criou situações desagradáveis, como em relação aos israelenses que rapidamente se deslocaram para o Brasil para ajudar nos trabalhos de busca dos corpos. Mais ainda: não justificou porque manteve o secretário petista numa pasta tão sensível. E nada falou sobre o que vai fazer para que isso não se repita. Medo da Vale? Incapacidade de mando? Desconhecimento da questão? Ou está aguardando uma nova tragédia?

É necessário reconstruir os passos deste crime anunciado. A Assembleia Legislativa mineira tem parte nisso. Há deputados que estão com as mãos sujas de sangue. Os brasileiros — e mais ainda, os mineiros — tem de cobrar uma resposta daquela Casa. Tem de saber porque foram impedidas uma série de medidas que poderiam ter evitado a tragédia. Tem de saber se há deputados que estabeleceram relações nada republicanas com as mineradoras. Esta é a hora. Dessa vez os deputados vão ter se explicar.

Os brasileiros deram um claro sinal em outubro. As urnas indicaram o desejo de um novo Brasil. Mariana ainda está no passivo da Nova República. Brumadinho deve ser o ponto de inflexão, de mudança, de sintonia com os novos ares. Desta vez não haverá esquecimento. A exigência é de punição severa, exemplar, de todos os responsáveis.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/01/2019

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Governo deseja manter só Petrobras, BB e Caixa

O governo federal pretende deixar apenas a Petrobras, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil como empresas estatais. Pelo menos é o que pensa o secretário de Privatizações, Salim Mattar, do Ministério da Economia. Durante evento do banco Credit Suisse, em São Paulo, ele ressaltou que, mesmo se forem mantidas na órbita estatal, as três companhias ficarão “bem magrinhas”, após passarem por um processo de venda de ativos e de subsidiárias.

Mattar está mais confiante que o ministro da Economia, Paulo Guedes, que havia estimado arrecadação de US\$ 20 bilhões com a desestatização de empresas governamentais. Segundo o secretário, a meta é superar “em 25% a 50%” o montante projetado pelo ministro. “Vamos surpreender”, destacou. Segundo ele, o país tem 134 estatais que podem ser privatizadas.

De acordo com o secretário, o governo de Michel Temer privatizou 20 companhias, mas o PT criou 48 outras. “Queremos o povo rico e o Estado mais enxuto”, disse Mattar. “Se vendêssemos todas as estatais, poderíamos reduzir a dívida para R\$ 3 trilhões.”

A Secretaria do Tesouro Nacional contabilizou uma alta de 8,9% na dívida do governo federal em 2018, que alcançou R\$ 3,87 trilhões. A projeção do órgão é que ela atinja de R\$ 4,1 trilhões a R\$ 4,3 trilhões em 2019. Mattar reforçou que o Brasil tem 18 estatais “dependentes” — ou seja, necessitam de recursos públicos para funcionar. Essas empresas custam R\$ 15 bilhões por ano aos cofres do Tesouro.

O secretário citou companhias como Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Valec, Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). A primeira já passa por um processo de reestruturação. Ontem, foi anunciada a demissão de 45 funcionários comissionados na EBC.

Salim Mattar destacou que tem feito o papel de “formiguinha” para convencer ministros sobre a necessidade de vender estatais. “Na área de óleo e gás, só vai permanecer a Petrobras”, afirmou. “A Petrobras é uma megacompanhia, mas não tem a eficiência e produtividade de que falam no mercado”, afirmou. A petroleira deve começar a vender as subsidiárias, assim como a Caixa e o Banco do Brasil. “A tendência é de que, até o fim do governo, a Petrobras tenha vendido todas as participações”, disse o secretário.

Após reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), José Múcio Monteiro, ressaltou que é preciso uma agenda de privatização com base na legalidade. “Não há velocidade (para implementação) sem legalidade. Os governos passam, e os tribunais ficam”, disse. “Nós sabemos que o governo tem prioridade nas questões das privatizações. Hoje, o secretário não estava aqui (havia ido a São Paulo), mas nós temos uma agenda na próxima semana para conversar com ele para ele dizer qual é a pauta, o que pretende, o que não pretende. Até para ele conhecer com quem ele tratará sobre o tema no TCU, além de possíveis impedimentos”, destacou.

A economista-chefe da ARX Investimentos, Solange Srouf, entende que a privatização de várias empresas é um projeto “ambicioso”, mas factível a longo prazo. “Não deve ser plano para poucos anos. Mas acho muito importante avançar na agenda de privatizações logo no início deste governo, enquanto o presidente goza de popularidade elevada”, disse. Sobre a diminuição do

tamanho de Caixa, BB e Petrobras, Solange avaliou que as mudanças são “superpositivas”. “Essas empresas atuam em diversas áreas e, em algumas delas, não há justificativa para serem grandes ou monopolistas. Mesmo que permaneçam estatais, sendo mais enxutas e focadas, ficarão mais eficientes, e isso será positivo para o Brasil. Vamos atrair capitais externos e empresas que nos ajudarão a aumentar nossa produtividade”, completou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/01/2019

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Investidores americanos no calcanhar da Vale

Mercado S/A

Os departamentos jurídico e financeiro da Vale, cuja sede é alvo de protestos (foto), têm razões de sobra para perder o sono por um longo tempo. Além das ações na Justiça brasileira, até agora pelo menos quatro escritórios de advocacia dos Estados Unidos se mobilizaram contra a mineradora brasileira, que negocia ADRs na Bolsa de Nova York. Por lá, a Justiça costuma ser mais rápida e mais punitiva nesse tipo de caso. No ano passado, a Petrobras foi condenada e pagou US\$ 2,95 bilhões (cerca de R\$ 11 bilhões) em decorrência dos prejuízos revelados pela Operação Lava-Jato. Um dos escritórios que acionaram a Justiça americana, representando investidores, é o The Rosen Law Firm, de Nova York. Phillip Kim, um de seus advogados, conversou com a repórter Paula Pacheco:

Qual a acusação contra a Vale?

Os registros públicos da empresa com investidores durante o período de 13 de abril de 2018 a 28 de janeiro de 2019 foram materialmente falsos e enganosos por não avaliar o risco e o possível dano à quebra de uma barragem em sua Mina do Feijão. O programa da empresa para mitigar esses problemas era inadequado. Como resultado, várias pessoas foram mortas e outras centenas foram reportadas como desaparecidas depois que a represa da Vale em sua mina de minério do Feijão foi rompida. Quando o mercado começou a tomar conhecimento dessas informações adversas, o preço das ações da Vale caiu, prejudicando os investidores.

Quantos investidores o senhor está representando?

Inúmeros investidores estão nos contatando.

A Justiça brasileira poderia ser também destino de uma ação judicial?

Nosso caso está arquivado apenas nos tribunais dos Estados Unidos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Cessão onerosa

O leilão dos excedentes da cessão onerosa deve ficar "provavelmente" para o segundo semestre, reforçou o **secretário de petróleo e gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**. Questionado sobre prazos para que a União e a Petrobras fechem o acordo sobre a revisão do contrato da cessão onerosa, de forma a viabilizar a licitação neste ano, o secretário afirmou que um pré-acordo entre as partes já seria suficiente para agendar o leilão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo | De Brasília

Título: Siderurgia pede a Guedes 'cuidado' com abertura

Representantes de grupos siderúrgicos pediram ontem ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que haja "cuidado" para que o processo de abertura comercial defendido pelo governo não prejudique as empresas nacionais. Para eles, antes de colocar em prática as iniciativas é preciso corrigir "anomalias concorrenciais" vividas pela indústria brasileira - como juros e impostos considerados elevados.

O presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Pollo de Mello Lopes, afirmou que o setor espera que as medidas para abrir a economia sejam acompanhadas de reformas que melhorem o ambiente de negócios para os grupos nacionais.

"Não temos nada contra a abertura comercial desde que corrigidas as anomalias competitivas, como cumulatividade de impostos, juros elevados e a energia mais cara do mundo", afirmou após a reunião com o ministro da Economia.

Lopes lembrou de uma fala pronunciada por Guedes em sua posse como ministro, em que disse que a abertura comercial teria que ser acompanhada de uma agenda reformas ou o empresário brasileiro - já sobrecarregado com impostos e encargos trabalhistas, na visão do ministro - teria que ouvir "corre que o chinês vai te pegar". Para Lopes, o ministro está correto na avaliação, mas é preciso que ele se "lembre" do que disse.

Ele citou a reforma tributária (que, segundo ele, ajudaria a indústria nacional) como uma mudança que deverá demorar a sair do papel. Por isso, pediu que o governo se atente ao "timing" das medidas. "Precisamos ter cuidado com o timing. Eu corrijo o custo-Brasil, [depois] abro a economia. Não posso abrir a economia e não corrigir", afirmou.

Enquanto as grandes reformas não saem do papel, Lopes afirmou que a primeira medida a ser tomada pelo governo é não baixar impostos de importação no setor siderúrgico. Segundo ele, há um excesso de capacidade instalada na produção de aço do mundo enquanto diferentes países estão em processo de fechamento de mercado. Estados Unidos e União Europeia já anunciaram aumento de barreiras aos produtos e outros países estariam seguindo a tendência. "América Latina e Brasil estão desprotegidos. Seria uma temeridade o governo rebaixar o Imposto de Importação sem corrigir o custo-Brasil", disse.

Outra medida solicitada pela indústria do aço é a elevação da alíquota do Reintegra, que concede créditos tributários ao exportador. Segundo Lopes, o ideal seria um aumento de 0,1% para um percentual entre 2% e 3%. "Não queremos protecionismo, mas a possibilidade de competir em igualdade de condições com importados", afirmou.

Lopes ressaltou ainda a importância de medidas estruturais serem aprovadas pelo Congresso e chegou a dizer que a indústria vai trabalhar junto a parlamentares para a aprovação da reforma da Previdência. "Tem nosso compromisso", disse.

Lopes disse ainda que o rompimento da barragem da Vale na semana passada em Brumadinho (MG) não representa um perigo para a indústria do aço (que usa o minério de ferro como matéria-prima). Segundo ele, a produção da mineradora é em grande parte voltada à exportação.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/01/2019****Seção: Opinião****Autor: Rosane Menezes e Lucas Guimarães****Título: O fetiche do gás natural no setor elétrico**

Desde 1997 discute-se a ideia de criar um mercado de gás natural no Brasil. Nos últimos anos a discussão ganhou força, com a elaboração da nova Lei do Gás (que substituirá a Lei nº 11.909/09), o lançamento do Programa Gás para Crescer e a decisão da Petrobrás em vender seus ativos de gás natural.

Recentemente, o governo deu mostras de suas intenções em acelerar a regulamentação e expansão do mercado de gás natural brasileiro. Exemplo tem-se com a recente publicação do Decreto 9.616/18, que ampliou o acesso de terceiros às infraestruturas de escoamento da produção e processamento de gás natural e dos terminais de GNL. Além disso, busca-se a edição de uma medida provisória alterando, de concessão para autorização, o regime de construção e operação de gasodutos, bem como a aprovação, urgente, do PL 10.985/18, o qual, além de trazer solução para o GSF, cria um fundo para a construção de gasodutos (Brasduto).

No que diz respeito ao setor elétrico, pululam estudos demonstrando os benefícios e necessidade de uma maior inserção do gás natural na produção de eletricidade. Os argumentos em prol da regulamentação da exploração deste insumo e do aumento de sua presença no setor variam desde a necessidade de quebra do monopólio da Petrobras - presente ao longo de toda cadeia da indústria gasífera -, até a alegada necessidade de ter-se geração de base ("baseload generation") para contrapor a intermitência das fontes solar e eólica.

Inclusive, parte do governo defende a viabilidade de realização de um leilão exclusivo para gás natural e específico para a Região Nordeste, nada obstante o Sistema Interligado Nacional, em sua origem, não ter sido concebido para leilões regionais.

De fato, o aumento da participação do gás natural na geração de eletricidade pode apresentar vantagens. Em primeiro lugar, contribuiria para a diversificação da matriz elétrica brasileira, tão importante em tempos de mudanças climáticas. Em segundo lugar, contribuiria para o estabelecimento de uma matriz mais limpa e mais barata, na medida em que usinas a gás viessem a substituir geração de eletricidade mais cara e poluente a partir dos outros combustíveis fósseis. Por fim haveria o desenvolvimento de uma nova indústria, com geração

de empregos e renda, e o alinhamento com a política internacional de investimentos e financiamentos. Nesse sentido, a inserção do gás natural no setor elétrico é bem-vinda.

Contudo, alguns fatos objetivos e outros argumentos técnicos precisam ser trazidos à reflexão, de forma a evitar que o discurso em prol do gás natural se torne mero fetiche e se justifique pelas razões erradas.

Um ponto inicial diz respeito a qual fonte estaria sendo substituída, à medida que as usinas a gás entram em operação. Pelo Balanço Energético Nacional da EPE, publicado anualmente, em 2016, 68,1% da eletricidade ofertada adveio da fonte hidráulica, 5,4% da fonte eólica e 9,1% de gás natural. No recém-publicado Balanço de 2018, referente a 2017, consta que a oferta de eletricidade a partir da fonte hidráulica recuou para 65,2%.

Gás natural não vem substituindo geração térmica mais poluente, mas a hidrelétrica, limpa e barata

Este recuo foi igualmente apropriado pela expansão da fonte eólica e do gás natural: 1,4% de crescimento para cada fonte. Nestes dois anos, a oferta de eletricidade a partir dos demais combustíveis fósseis (carvão, petróleo e seus derivados) manteve-se a mesma: 6,6% em 2016 e em 2017. Portanto, verifica-se que a inserção do gás natural não vem substituindo geração térmica mais poluente, mas sim geração hidrelétrica, limpa e barata.

Corroboram esses dados o fato que encontram-se em fase de implantação, segundo dados da Aneel, 3,1 GW de usinas movidas a gás natural, enquanto eólica e solar juntas somam 2,5 GW. Carece de sentido a substituição de geração hidrelétrica, firme e limpa, por usinas a gás, enquanto, ao mesmo tempo, esforço algum é feito para descomissionar usinas térmicas movidas a combustíveis fósseis.

Sob o ponto de vista técnico-econômico, geração térmica a gás natural não oferece a melhor nem a única solução para funcionar como back-up da geração intermitente das fontes eólica e solar. Sequer há consenso quanto à indispensabilidade de geração de base para atendimento à carga. Por outro lado, tampouco há consenso quanto à suposta incapacidade das próprias fontes renováveis para atuarem no suprimento de base da carga.

Uma miríade de alternativas desponta como solução para fazer frente à intermitência, o que inclui: "repowering" de usinas eólicas, por meio da

substituição das instalações existentes por mastros mais altas, pás maiores e motores mais potentes, aumentando o fator de capacidade; desenvolvimento dos parques eólicos offshore, cujos fatores de capacidade são mais altos, pois captam ventos mais constantes e fortes; baterias e carros elétricos como fontes de armazenamento de eletricidade, para quando o vento parar de soprar e o Sol parar de brilhar; aumento da participação de renováveis não intermitentes no mix energético, como biomassa e PCHs; aprimoramento das tecnologias usadas em meteorologia, para prever com a antecedência necessária a passagem de nuvens sobre determinada fazenda solar ou a ausência de ventos nos parques eólicos.

De forma indireta, um aumento da malha de transmissão diminui os requisitos de flexibilidade do sistema, oferece mais possibilidades para despacho e otimiza a operação do sistema, diminuindo os riscos associados à intermitência.

Do lado da demanda, há todo um campo de tecnologias ainda muito pouco explorado, inclusive para atender um sistema com grandes quantidades de fontes intermitentes de eletricidade. Tais medidas incluem aumento da eficiência energética; programas de resposta da demanda e uso de medidores inteligentes, com o intuito de flexibilizar também a demanda, suavizando os picos de consumo.

Não se justificando as térmicas a gás como geração de carga de base (inflexíveis), torna-se economicamente inviável ter-se térmicas a gás flexíveis, em razão de sua incompatibilidade com a extração inflexível de gás da camada do pré-sal, bem como com os preços dos contratos de gás de curto prazo, os quais seriam liquidados no mercado spot, mais caro.

Portanto, o aumento da inserção do gás natural na matriz elétrica brasileira é bem-vinda, porém se justifica apenas na medida em que substitui geração térmica mais cara e poluente. Os esforços não deveriam se concentrar em apresentar o gás natural como solução para a intermitência energética, mas sim em como gerenciar a inserção de quantidades cada vez maiores de fontes renováveis de energia. Sustentar o discurso do gás natural com base na suposta "ameaça da intermitência" retarda o salto disruptivo que o setor elétrico brasileiro precisa realizar.

Rosane Menezes e Lucas Noura Guimarães são, respectivamente, sócia da área de Infraestrutura e advogado da área de energia do Madrona Advogados.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 30/01/2019**Seção:** Opinião**Autor:** José Eli da Veiga**Título:** Como vai a transição energética?

Há uns dez anos, o ceticismo sobre as perspectivas de substituição de energias fósseis por renováveis era admissível e até razoável. A possibilidade de ser esse o caminho para a descarbonização da economia global enfrentava 'duplo obstáculo'. Primeiro, a própria insuficiência das energias solar e eólica, cuja intermitência deveria condená-las a papel sempre acessório ou complementar na composição das matrizes nacionais. Ao que se somava a debilidade e a incerteza de uma governança global da mudança climática ancorada na precária Convenção-Quadro de 1992, que, em meio a impotente série de anuais conferências das partes, ditas CoP, até gerara o monstro chamado Protocolo de Kyoto (1997).

Nada disso mudou. Mesmo que suavizada, a intermitência das principais renováveis permanece. E o Acordo de Paris - obtido em 2015, na 21ª CoP - é bem menos efetivo do que querem crer. Como explicar, então, que a transição energética descarbonizadora esteja de vento em popa, combinando crescimento exponencial das renováveis e forte expectativa de declínio da demanda de combustíveis fósseis? Com início previsto para 2023 pelo 'think tank' Carbon Track, e 2025 pela Shell, cenário que já causa sério desespero em explorar petróleo o mais rápido possível.

O essencial da resposta é que o 'duplo obstáculo' está sendo vencido pela revelação das vantagens econômicas, políticas e geopolíticas que farão a demanda primária por energia vir a ser composta - ainda neste século - por 80% de renováveis, com ultrapassagem do predomínio fóssil por volta de 2050.

Todos os países têm potencial para desenvolver alguma das energias renováveis, ao contrário do petróleo

No âmbito econômico já se instalou uma dinâmica tipicamente schumpeteriana, em que novos empreendedores são muito mais atraídos por potencial de inovações (principalmente digitalização e baterias), mais competitividade decorrente de custos declinantes e maiores ganhos de eficiência. Ficou nítido para os principais agentes econômicos que o futuro está do lado de energias limpas - biomassa, eólica, geotérmica, marítima e solar - e não dos poluentes - carvão, gás e petróleo - ou da velha e boa hidreletricidade.

Mais: tais agentes passaram a contar com entusiásticos anjos-da-guarda do lado das financeiras e seguradoras, cada vez mais assustadas com os riscos de que não seja realizável boa parte do capital já investido em fósseis. Chamam estes ativos de "stranded" (encalhados) e, frequentemente, usam o acrônimo SFFA ao se referirem aos "stranded fossil fuel assets". Na prática, empresas que detêm ativos superavaliados e passivos subavaliados, que até poderão levar à falência grandes corporações energéticas que se atrasarem na adaptação. A quem essa tese parecer exagerada, é aconselhável uma consulta à análise do impacto macroeconômico dos SFFA publicada por grupo de nove renomados experts no periódico Nature Climate Change (Julho 2018, vol.8: 588-593).

Na dimensão política, o principal é que redes inteligentes, com seus sistemas descentralizados, trazem novidades favoráveis ao aprofundamento da democracia, em óbvio contraste com a centralização do padrão fóssil. E, em termos geográficos, todos os países têm potencial para desenvolver ao menos alguma das renováveis, ao contrário da disponibilidade restrita e altamente concentrada do petróleo e gás. O que também prescinde dos atuais esquemas de controle das rotas marítimas, com seus pontos de estrangulamento, tão críticos no caso do comércio global de petróleo e derivados. Fatores que tornam bem instigante o contraste entre as estratégias energéticas das duas maiores potências autoritárias, a russa e a chinesa.

Na vanguarda da "geopolítica da transformação energética" - à qual a respectiva agência internacional (Irena) acaba de dedicar relatório intitulado "Um Novo Mundo" - destaca-se justamente a China, acompanhada pelos EUA, por parte da União Europeia (principalmente Alemanha) e pelo Japão. Entre os outros grandes países, estão bem atrasados vários dos que deveriam ser os mais interessados em se livrar da dependência dos fósseis, como a Índia. Em número de novas patentes, estão juntos na rabeira a África do Sul, o Brasil e a Rússia. Piores que os Brics, só Arábia Saudita e Indonésia.

O atual arranque da transição energética surpreendeu, ao se mostrar menos subordinado ao referido 'duplo obstáculo' (intermitência e governança), e ensejou debate científico que dá mais importância a 'quatro novos desafios': segurança cibernética como risco geopolítico, corte no fornecimento de eletricidade como arma geopolítica, possível nova corrida por recursos naturais e competição por materiais críticos (não apenas as terras raras).

Para Indra Overland, do Instituto Norueguês de Relações Internacionais, nenhum dos quatro desafios deverá causar séria dificuldade à já galopante transição energética. Examina-os como seus "quatro mitos emergentes", na revista Energy Research & Social Science 49 (2019) 36-40. Se tiver razão, só mesmo um inverno nuclear poderia comprometer a atual marcha descarbonizadora.

José Eli da Veiga é professor sênior do IEE/USP (Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo) e autor de *O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra* (Editora 34, 2019). Mantém dois sites: www.zeeli.pro.br e www.sustentaculos.pro.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Mônica Gugliano | Para o Valor, de São Paulo

Título: Governo desiste de intervenção na Vale e vai esperar apurações

O governo não irá "satanizar" a Vale e vai aguardar até que seja apurada a responsabilidade da empresa no desastre ocorrido com o rompimento da barragem em Brumadinho (MG), para decidir que tipo de medidas podem ser tomadas em relação ao comando da companhia. O presidente Jair Bolsonaro, que se recupera da cirurgia para a retirada da bolsa de colostomia no Hospital Albert Einstein, espera que essa apuração ocorra com a maior celeridade possível e o Palácio do Planalto acompanha as medidas que vem sendo tomadas pela mineradora para minorar os prejuízos ao meio ambiente, materiais e o sofrimento das famílias atingidas na tragédia.

Após longo debate na reunião do Conselho de Ministros realizada na manhã de ontem no Palácio do Planalto, foram desmontados os argumentos a favor de uma intervenção na diretoria da empresa, como chegou a ser anunciado pelo vice-presidente Hamilton Mourão na segunda-feira. Além das dificuldades legais para uma ação desse tipo, caberá ao presidente Jair Bolsonaro arbitrar que tipo de sanção a Vale poderá sofrer, além de multas e outras penalidades legais que já vem sendo adotadas. De qualquer forma, as possíveis medidas continuam sendo avaliadas pela assessoria jurídica do Planalto.

"A punição será proporcional ao tamanho da responsabilidade da Vale na tragédia. Mas isso só ficará claro a partir das investigações do Ministério Público e das autoridades competentes", explicou ao **Valor**, um auxiliar do presidente. Segundo ele, inicialmente foi cogitada a intervenção porque se pensou que seria um ato sem um grau de complexidade tão alto.

Durante a reunião, pesaram contra a medida, além das questões legais, argumentos dos **ministros das Minas e Energia, Bento Costa Lima e Leite**, de Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, e da Economia, Paulo Guedes, sobre o desastre econômico em consequência de uma intervenção drástica em uma das maiores mineradoras do mundo. Para dar uma ideia foi enfatizada a perda de R\$ 71 bilhões em valor de mercado sofrida pela Vale na segunda-feira, a maior da história do mercado de ações do país. Também coube a Guedes,

esclarecer que o governo dispõe de recursos para auxiliar as vítimas e para os trabalhos que estão sendo feitos em Brumadinho.

O governo considera que o resultado das investigações e as perdas que a empresa poderá ter serão decisivos para a continuidade da atual diretoria. Isso porque uma das hipóteses analisadas seria agir por meio dos fundos de pensão (maior acionista da companhia) para convocar o conselho de administração e tratar da questão. A União exerce sobre representantes dos fundos de pensão Previ (Banco do Brasil) e Petros (Petrobras), além da BNDESPar, que é o segundo maior acionista da companhia.

Bolsonaro determinou no domingo, véspera da cirurgia, que o rompimento da barragem seja prioridade absoluta do governo. Ele estava em seu gabinete no Planalto, na sexta-feira, quando viu na televisão a notícia do desastre. Logo em seguida, o ministro Bento Costa telefonou para avisar que já estava em contato com os técnicos na região. Bolsonaro convocou o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles e Otávio Canuto.

Segundo assessores do Planalto, Bolsonaro cogitou viajar para o local da tragédia na sexta-feira. Mas como já passava das 15 horas, provavelmente ele chegaria à noite. A viagem, realizada na manhã de sábado, previa pouso em Brumadinho. Mas não foi possível por uma questão de segurança.

Auxiliares que acompanharam o presidente no sobrevôo na região, relataram que ele ficou chocado ao ouvir a descrição dos locais onde funcionavam o refeitório, a parte administrativa, e a pousada também soterrada. Ao voltar a Belo Horizonte, Bolsonaro determinou as primeiras providências e pediu prioridade absoluta na assistência às famílias e evitou um encontro com o presidente da companhia, Fabio Schvartsman.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Estrutura "sem dono" deixa administradores expostos

Além do escrutínio de credibilidade e imagem, Fabio Schvartsman, que vivia até dia 25 o auge de sua carreira como executivo pelo desempenho como presidente, e os 12 membros do conselho de administração da Vale passarão por uma "inescapável" discussão legal sobre responsabilidade e cumprimento do dever de diligência na condição de gestores de uma companhia aberta. É uma avaliação unânime entre advogados, gestores de recursos e especialistas

em governança, mesmo com elogios à condução desta crise. Sobre o risco de condenação, ninguém se antecipa, mas a investigação é dada como certa. A exposição desses 13 profissionais é ainda maior devido ao processo de transição do modelo societário da Vale de uma companhia com dono para uma sem dono, colocado em marcha com a migração da companhia para o Novo Mercado em novembro de 2017.

Cada qual com sua função, Ministério Público Federal (MPF) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deverão cuidar dessa investigação no seu tempo. A lei societária brasileira (6.404/76) prevê deveres e responsabilidades, nos artigos 116 e 117, para controladores. Porém, os donos, pela mesma lei, são aqueles com maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral "de modo permanente".

Assim, quando vem a pergunta sobre quem são os responsáveis pela Vale, os especialistas não titubeiam em afirmar que são os seus administradores - legalmente, diretores executivos estatutários e conselheiros. O motivo disso, explicam, é que a Vale não é mais uma empresa de dono, ainda que o processo de mudança da governança esteja no meio do caminho.

Além da tragédia humana e ambiental, o rompimento da barragem em Brumadinho já fez o valor de mercado da companhia cair R\$ 71 bilhões - de R\$ 296,7 bilhões para R\$ 225,8 bilhões - e as contas de analistas de ações e crédito apontam que as perdas com o episódio podem variar de R\$ 4 bilhões a R\$ 17 bilhões.

Em dezembro de 2017, após converter ações preferenciais em ordinárias, o grupo até então controlador da Vale, formado por Bradespar, BNDESPar, Litel (holding dos fundos de pensão Previ, Petros, Funcef e Funcesp) e o conglomerado japonês Mitsui, deixou de ser o sócio majoritário. O poder de voto desses acionistas, organizados por acordo, caiu de 54% para 38%. Assim, 62% dos votos estão dispersos no mercado, na mão dos mais variados tipos de investidores.

Antes de aderir ao Novo Mercado e para proporcionar um período de transição, esse grupo indicou nove de 12 membros do conselho de administração, com mandato até a assembleia geral deste ano, e se organizou em um acordo que vincula, até o fim de 2020, fatia mínima de 20% dos votos.

Portanto, a escolha dos atuais administradores da Vale foi feita por seus antigos donos, grupo que ainda é considerado a referência da administração. Não são mais tecnicamente donos, mas ainda são na prática do poder.

Não há nenhuma previsão de responsabilidade pela indicação de administradores, pura e simplesmente. Além disso, quando há um controlador, as infrações previstas são ligadas a abuso do poder, ou seja, situações em que o dono age de forma a prejudicar a empresa em seu próprio benefício.

Mesmo ainda donos do poder na Vale, grupo do acordo de voto, legalmente, não é mais controlador da empresa

A lei societária é, com isso, muito diferente da lei ambiental que logo nas disposições gerais, em seu artigo 4º determina: "Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente".

Também parece consenso entre especialistas que a discussão sobre responsabilidade é necessária, especialmente porque antes de Brumadinho houve Mariana, com o rompimento da barragem da Samarco, joint-venture com a anglo-australiana BHP. "Não é um debate simples, pois a avaliação da qualidade técnica das iniciativas dos gestores da empresa é muito difícil. Mas é preciso investigar se houve o devido cuidado com o tema por parte dos administradores", disse um advogado especializado no assunto. "Após a Samarco, o tema tornou-se um evidente risco ao negócio, para dizer o mínimo".

Não faltaram críticas, nas charges e comentários da população sobre a tragédia em Brumadinho, relacionadas ao lucro da Vale. Mas, historicamente marcada pelas dúvidas quanto ao risco de interferência do governo na gestão, o compromisso com uma administração orientada à geração de valor ao acionista soava como música para investidores da mineradora. Não foi por acaso que, acompanhando o preço do minério de ferro, o valor de mercado da Vale após Mariana subiu perto de 260%, boa parte disso obtida sob a batuta de Schvartsman.

Em agosto de 2017, quase dois anos após Mariana, quando os ex-donos assinaram o novo acordo de voto, optaram por cravar no documento o que nomearam como "princípios" da gestão da Vale dali para frente. Algo pouco comum, mas que era então uma boa notícia. Nas primeiras linhas, o acordo fixa que o objetivo da gestão é garantir o melhor retorno aos acionistas, com geração de lucros e distribuição de dividendos, e o crescimento e

sustentabilidade dos negócios, "por meio do aumento da margem operacional, priorizando a redução de custos e a maximização do retorno sobre o investimento".

Mantras da gestão privada dos negócios, as orientações podem agora sugerir descaso com os riscos ambientais e sociais do negócio aos críticos.

O debate sobre responsabilidade de administradores - conselheiros incluídos - deixou de ser uma novidade há pouco mais de uma década, após os gestores das companhias Sadia e Aracruz serem alvos de condenações pela CVM. O que especialistas apontam como novidade global - e que ainda é muito incipiente no Brasil - é a discussão sobre a responsabilidade dos acionistas, independentemente da posição de donos. Sem um acionista majoritário, compete a todos cuidar e pressionar a gestão a estar atenta aos grandes riscos do negócio. O assunto ganhou força nos mercados internacionais após a crise de 2008.

A percepção de especialistas é que esse dever cabe, especialmente, aos investidores institucionais. Por isso, qualquer discussão sobre responsabilidade dos acionistas da Vale, em especial os ex-controladores, ganharia força a partir dos cotistas dos fundos de pensão e das grandes gestoras sobre qual era o cuidado e atenção com o tema de barragens.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcelle Gutierrez e Zínia Baeta | De São Paulo

Título: Advogados nos EUA e no Brasil estudam ações contra Vale

Ao menos cinco escritórios de advocacia americanos começaram a se movimentar em torno de possíveis ressarcimento por prejuízos causados pela Vale, após o rompimento da barragem em Brumadinho (MG), aos acionistas. O Bragar Eagel & Squire e o Rosen Law Firm estão propondo ações coletivas (class action) contra a empresa, enquanto Wolf Popper, Schall Law Firm e Bronstein, Gewirtz & Grossman abriram investigações.

Tanto o escritório Bragar Eagel & Squire e o Rosen Law Firm propuseram as ações coletivas na segunda-feira, direcionadas para investidores detentores de valores mobiliários da Vale no período de 13 de abril de 2018 a 28 de janeiro de 2019. Os dois escritórios já disponibilizaram sites para participação da ação.

Nas propostas, os escritórios alegam que a Vale fez declarações falsas e/ou enganosas ou falhou em divulgar comunicados. Segundo eles, a companhia não avaliou adequadamente os riscos e potencial dano de um rompimento de barragem na mina Córrego do Feijão, os programas para mitigar acidentes de saúde e segurança eram inadequados e, conseqüentemente, várias pessoas foram mortas e centenas ainda estão desaparecidas.

O Wolf Popper iniciou investigação e lembra que desde o rompimento da barragem, na sexta-feira, os recibos de ações da Vale (ADRs) estão em queda, caindo mais de 8% apenas no dia 25.

O escritório Schall Law iniciou as investigações por violação de regulamento da Securities and Exchange Commission (SEC, a agência de regulação do mercado americana). Nesse caso, apuração se concentra em descobrir se a empresa emitiu declarações falsas ou enganosas, ou deixou de divulgar informações pertinentes.

No Brasil, advogados especialistas em arbitragem também têm sido procurados por investidores da Vale interessados em abrir processo contra a empresa.

Desde o início da semana, tanto pessoas físicas quanto fundos institucionais buscam informações sobre a viabilidade de uma indenização no Brasil pelas perdas registradas no valor dos papéis da companhia, desde o desastre.

Pessoas físicas e fundos buscam informações sobre a viabilidade de uma indenização pelas perdas registradas

De acordo com o advogado Marcelo Escobar, da banca que leva seu nome e especialista em arbitragem, alguns bancos de investimento já buscaram orientação, assim como pessoas físicas. Segundo ele, um possível processo teria que ser proposto e correr na Câmara de Arbitragem do Mercado e não no Judiciário.

A previsão decorre do fato de o artigo 50 do estatuto social da companhia trazer a previsão de eventuais conflitos entre a companhia e acionistas terem de ser solucionados pela via arbitral.

A medida é válida para investidores que fizeram aquisições pela bolsa brasileira. Já os detentores de ADRs, ainda que brasileiros, que as adquiriram pela Bolsa de Nova York, devem buscar eventual ressarcimento pela Justiça americana, como já ocorreu no caso da Petrobras.

Segundo o advogado, nada impede que aquele investidor que tenha ações tanto adquiridas no Brasil quanto nos Estados Unidos entre com processos nos dois

países. "São coisas independentes", diz. As arbitragens podem ser individuais ou proposta por um grupo de investidores.

O advogado Cláudio Finkelstein, coordenador da pós-graduação stricto sensu em arbitragem da PUC-SP e sócio do Finkelstein Advogados, afirma que também já foi consultado por investidores.

De acordo com o advogado, nesse momento o que se analisa é se há uma causa provável que justifique a abertura de um processo. "Apura-se, por exemplo, se houve falha no protocolo de segurança da empresa", diz. Questões como descumprimento da legislação ambiental, obras necessárias não executadas ou fraude em documentação poderiam ser outros exemplos, como acrescenta o advogado Marcelo Escobar.

Segundo Finkelstein, os investidores teriam três anos para propor demanda contra a empresa. No entanto, se a opção for realmente buscar ressarcimento, um processo poderia ser proposto até o fim do ano.

Para Escobar, a abertura de um processo arbitral poderia ser pedido por um pool de investidores, como foi feito por ele contra a Petrobras na Câmara de Arbitragem do Mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Deputado vai retomar discussão de PL que cria regras mais rígidas em Minas

O deputado estadual de Minas Gerais João Vítor Xavier - que pediu afastamento do PSDB - afirmou ontem que pretende tentar retomar a votação de um projeto de lei que propõe regras mais rigorosas para barragens de rejeito no Estado.

Os deputados eleitos ou reeleitos tomarão posse na Assembleia Legislativa na sexta-feira sob o impacto do drama da ruptura da barragem da mineradora Vale na cidade de Brumadinho (MG). Até a noite de ontem, o rompimento tinha causado 84 mortos e 276 desaparecidos.

A expectativa de Xavier é que o ambiente da tragédia ajude na aprovação do texto.

O texto estabelece que as mineradoras passem a usar o método de empilhamento a seco de rejeitos

Entre 2017 e 2018, como presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o parlamentar esteve diretamente envolvido na preparação de um projeto de lei discutido e apoiado pelo Ministério Público, Ibama e organizações não governamentais ligados à questão ambiental.

A proposta, no entanto, enfrentou a resistência de parte dos deputados e das mineradoras. Esse grupo de oposição entendia que o projeto de lei estabelecia condições que inviabilizariam a mineração no Estado.

O projeto acabou apensado a outro que já tramitava na Assembleia Legislativa, mas que para o Ministério Público não propõe regras tão rigorosas.

"A nossa briga agora será para sensibilizar a nova Assembleia Legislativa de que o texto que tem que ser votado é o que foi feito nesse trabalho coletivo com o Ministério Público, sociedade civil e Ibama.", disse Xavier ao **Valor** ontem.

O texto defendido pelo parlamentar estabelece, entre outros pontos, que as mineradoras passem a usar em seus empreendimentos o método de empilhamento a seco de rejeitos no lugar de grandes barragens de rejeito, como a da Samarco que se rompeu em Mariana (MG) em 2015 e como a da Vale que se rompeu em Brumadinho (MG) na semana passada.

A regra valeria apenas para as novas barragens e não importaria que as atuais estruturas em operação fossem imediatamente fechadas e substituídas por método de empilhamento a seco.

Nos raros casos em que novas barragens de rejeito poderiam ser construídas, o projeto de lei prevê que elas deveriam ficar a pelo menos 10 km de distância de qualquer povoamento,

O projeto também prevê uma revisão nas regras que hoje permitem que as barragens tenham as paredes elevadas de modo que possam receber uma quantidade maior de rejeito ao longo dos anos de uso. E fala ainda em aumento da fiscalização.

Em julho do ano passado, quando não conseguiu aprovar o texto na Comissão de Minas e Energia, Xavier declarou que tinha convicção de que outras barragens, como a da Samarco, acabariam ruindo no Estado.

"Infelizmente eu continuo com a convicção absoluta de que teremos outras tragédias. Temos 432 barragens desse tipo no Estado. Essas barragens estão

sujeitas a uma série muito grande de intempéries que leva à possibilidade de queda", afirmou ontem.

O deputado diz que as medidas, caso aprovadas, poderão representar mais custos para as mineradoras. Mas que depois de duas tragédias em três anos em Minas Gerais, a regra que deve imperar deve ser de mais segurança ainda que isso leve a uma redução das margens de lucro.

Xavier iniciará seu terceiro mandato como deputado estadual. Ele pediu afastamento do PSDB quando o partido decidiu integrar a base do atual governador Romeu Zema (Novo). Zema foi adversário do PSDB nas últimas eleições de outubro.

Durante e depois da campanha, Zema defendeu revisão nos processos de licenciamento ambiental em Minas para torná-los menos burocráticos e mais ágeis.

Mas a tragédia em Brumadinho tende a esvaziar essa discussão no Executivo e também no Legislativo. "Tenho muita esperança de que haja uma revisão de todo o processo [no sentido de torná-lo mais rigoroso], até porque nós temos uma situação de uma gravidade absurda e não é possível que isso não sensibilize as pessoas e que não sensibilize até o setor minerador", afirmou o deputado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Empresas

Autor: André Guilherme Vieira | De São Paulo

Título: Responsáveis por laudo da barragem são presos

Dois engenheiros e três funcionários da Vale, responsáveis pelo laudo de segurança da barragem de Brumadinho e pela segurança do complexo minerário que ruiu no dia 25, foram presos ontem. A decisão é da juíza Perla Saliba Brito, plantonista da comarca de Brumadinho que atendeu pedido do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Foram presos os engenheiros Makoto Manba e André Yum Yassuda, da empresa alemã Tüv Süd, que atuaram como prestadores de serviços para a Vale e assinaram laudo atestando a segurança da barragem. Também foi detido o funcionário da mineradora Cesar Augusto Grandchamp.

Também tiveram detenção temporária decretada por 30 dias Ricardo de Oliveira e Rodrigo Artur Gomes de Melo - respectivamente gerente de meio ambiente, saúde e segurança do complexo minerário e gerente executivo operacional responsável pelo complexo Paraopeba.

Para a juíza, documentos juntados aos autos demonstram que Manba, Yassuda e Grandchamp atestaram que a barragem era segura.

"Subscreveram recentes declarações de estabilidade das barragens, informando que aludidas estruturas se adequavam às normas de segurança, o que a tragédia demonstrou não corresponder o teor desses documentos com a verdade", escreveu a juíza.

De acordo com a decisão judicial, não é crível "que barragens de tal monta, geridas por uma das maiores mineradoras mundiais, se rompam repentinamente, sem dar qualquer indício de vulnerabilidade".

A magistrada ressaltou que especialistas afirmam haver "sensores capazes de captar com antecedência, sinais do rompimento (...) o que nos faz concluir que havia meios de se evitar a tragédia".

A juíza afirmou ainda, na decisão, que "há fundadas razões de autoria pelos representados e mostra-se imprescindível a segregação dos mesmos para as investigações que visam apurar a prática, em tese, de homicídio qualificado, além de crimes ambientais e de falsidade ideológica".

Ontem, a juíza também autorizou mandados de busca e apreensão cumpridos em endereços dos cinco investigados em Belo Horizonte e em São Paulo. Nos locais foram apreendidos computadores e documentos. os aparelhos celulares dos presos foram apreendidos "para extração de dados".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Vale tem substituto para Schvartsman

A Vale tem um nome interno para substituir o atual presidente da companhia, Fabio Schvartsman, caso seja necessário, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**. Por enquanto, porém, o conselho de administração da mineradora não tratou da substituição de Schvartsman. Há, entre pessoas próximas aos acionistas da mineradora, a avaliação que seria um "erro" fazer qualquer mudança na direção

da empresa neste momento. De qualquer forma, a Vale tem, em seu modelo de governança corporativa, uma política definida sobre como fazer o processo de sucessão.

É a partir dessa política que são indicados os substitutos. O eventual substituto de Schvartsman é interno e se insere dentro de uma visão de mitigação de riscos na governança da companhia, mas seu nome não é revelado nem nos bastidores. Uma fonte disse que é importante manter um plano B, em termos de substituição, para o caso de ser necessário o afastamento do presidente da Vale ao longo das investigações sobre Brumadinho. "Tem um backup para ele", disse um interlocutor próximo da empresa para quem seria "péssimo" uma troca agora.

A avaliação do conselho da Vale é que Schvartsman vem tomando as providências necessárias neste momento de crise e tem sido "diligente". A Vale, embora tenha investidores públicos (caso dos fundos de pensão estatais e do BNDES), é uma empresa privada e, portanto, as mudanças em sua diretoria dependem de decisão do conselho de administração. Essa é a visão dos acionistas da companhia.

Vale tem 133 barragens, sendo que dez delas, ainda não desativadas, são do tipo que rompeu em Brumadinho

O fato de já haver um nome interno indicado para substituir o atual presidente da mineradora, se for o caso, é "saudável" para a companhia, disse uma fonte. Existe ainda o reconhecimento, entre fontes ligadas à empresa, que a sociedade "clama" por respostas sobre a tragédia de Brumadinho, mas, ao mesmo tempo, há o entendimento de que as decisões, no conselho da empresa, seguiram os ritos legais, sempre com registro em atas e documentos. Ontem, a Vale confirmou a prisão temporária de funcionários da companhia, e afirmou que irá contribuir com as investigações para a apuração dos fatos. Uma fonte próxima da mineradora disse que a Vale dará apoio total aos empregados presos pois existe a avaliação interna, dentro da empresa, de que não houve qualquer ilegalidade.

Na governança da Vale, existem comitês de assessoramento ao conselho de administração. Um deles é o comitê de sustentabilidade e o outro, o comitê de riscos, coordenado por Ney Britto, também conselheiro da mineradora. O **Valor** apurou que o comitê de riscos havia feito, antes da tragédia de Brumadinho, um mapeamento sobre as condições das barragens da Vale, de acordo com as diferentes utilidades de cada reservatório (água, rejeitos, energia, metais). Nessa avaliação, a barragem I da mina de Córrego do Feijão, que rompeu na sexta-feira, era considerada de baixa "criticidade". Há laudos técnicos que comprovam essa avaliação.

Em outra frente, o comitê de reparação criado pela Vale, no âmbito de Brumadinho, deverá contratar especialistas em barragens, inclusive no exterior, para fazer investigações sobre as causas do rompimento da barragem, na sexta-feira. A barragem I de Feijão era monitorada, inclusive por câmeras, mas, mesmo assim, a tragédia não foi evitada.

Fontes ligadas à companhia disseram que a Vale tem, no total, cerca de 133 barragens com diferentes características (água, diques, rejeitos) e, desse total, dez são estruturas construídas pelo método de alteamento a montante que ainda não foram descomissionadas. É justamente esse tipo de barragem que rompeu, primeiro em Mariana (MG), em 2015, e agora em Brumadinho (MG). Todas as barragens por esse método construtivo foram compradas pela Vale quando a mineradora fez aquisições de concorrentes, sobretudo no começo dos anos 2000, incluindo Ferteco e MBR-Caemi, entre outras. A Vale não constrói barragens por esse método, considerado antigo e, atualmente, pouco seguro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Vale apresenta plano para barragem e corta 10% da produção

A Vale vai cortar 10% de sua produção anual de minério de ferro, anunciou ontem o presidente da mineradora, Fabio Schvartsman. O executivo disse que a mineradora vai reduzir em 40 milhões de toneladas a produção de minério de ferro, e cortará a produção de pelotas em 11 milhões de toneladas. Os volumes de redução serão atingidos no prazo de um a três anos. A previsão da Vale para 2019 era de produzir 400 milhões de toneladas de minério de ferro.

A redução na produção será motivada porque a Vale vai desativar dez barragens de rejeitos construídas pelo método a montante em Minas Gerais, o que vai exigir investimentos de R\$ 5 bilhões. A única forma de descomissionar essas unidades é parando a produção, disse Schvartsman. "A Vale está descomissionando todas as barragens a montante. A Vale, espontaneamente, tomou a decisão de paralisar todas essas operações e imediatamente se lançar no descomissionamento das mesmas", disse o executivo.

Ele apresentou ontem ao governo o plano de descomissionamento (fechamento) de barragens de rejeitos de mineração, construídas pelo método a montante, o mesmo da barragem I da mina de Córrego de Feijão, que rompeu na sexta em Brumadinho (MG). A estratégia da companhia surge como resposta

à tragédia de Brumadinho, e foi apresentada por Schvartsman **aos ministros Bento Albuquerque (Minas e Energia)** e Ricardo Salles (Meio Ambiente).

O presidente da Vale afirmou que a baixa na produção deverá ocorrer no período de um a três anos, prazo programado para o fechamento das dez barragens a montante que não recebem mais rejeitos, mas que ainda não foram desativadas. Ele informou que esse procedimento já foi realizado em nove estruturas de contenção e armazenamento de rejeitos em Minas Gerais. No total, a Vale tem cerca de 133 barragens de diferentes tipos.

De acordo com Schvartsman, a companhia investirá R\$ 5 bilhões no plano de descomissionamento das dez barragens do tipo a montante, semelhantes não só à de Brumadinho, mas também à da Samarco, que rompeu em Mariana, em 2015. Segundo ele, desde então, a companhia já tinha desfeito nove barragens, de um total de 19 estruturas existentes a montante. As dez que restaram não recebiam mais rejeitos de mineração, mas ainda não haviam sido fechadas, reforçou o executivo.

"Hoje, trouxemos a decisão da companhia de fazer de uma vez por todas o que é necessário para encerrar qualquer dúvida sobre o sistema de segurança da Vale", afirmou o executivo, após reunião com Albuquerque.

Schvartsman explicou que o plano de fechamento das barragens é tocado em paralelo à ação prioritária da mineradora de prestar atendimento ao resgate das vítimas.

De um total de 19 barragens existentes, dez que restaram não recebiam rejeitos de mineração

Desde o primeiro rompimento, em 2015, a mineradora tem buscado utilizar a operação "a seco" de rejeitos da atividade. "Devemos entregar todos os projetos para licenciamento dos dez descomissionamentos em dez dias. Em Brumadinho, vamos fazer um trabalho de recuperação que só não está em andamento porque não terminou o trabalho de remoção das vítimas", afirmou.

Questionado sobre a possibilidade de haver uma intervenção do governo na diretoria da Vale, o presidente da companhia foi taxativo ao dizer que o assunto não foi debatido nos encontros de ontem com **os ministros de Minas e Energia e Meio Ambiente**. Ele informou ainda que sequer houve pressão sobre o conselho de administração. "As reuniões trataram de assuntos meramente técnicos", assegurou.

A ida de Schvartsman a Brasília, ontem, teve o objetivo de mostrar ao governo o plano de segurança de barragens da companhia. O executivo disse que, apesar do impacto da decisão sobre a companhia, o descomissionamento das

barragens será benéfico para a Vale. "Isso representa o esforço inédito de um empresa de mineração. Será uma resposta cabal à tragédia em Brumadinho".

Segundo o presidente da Vale, o plano de descomissionamento começou a ser construído com a ajuda de especialistas internacionais, com sistemas sofisticados de auditorias, desde a tragédia de Mariana, há três anos. Ele informou que ontem mesmo seria publicado um fato relevante para comunicar a decisão do conselho ao mercado.

"Depois do primeiro desastre que aconteceu chegou-se à conclusão de que não poderíamos conviver com esse tipo de barragem", afirmou Schvartsman. Segundo ele, "tão logo tivermos com o licenciamento ambiental" será iniciado o processo de descomissionamento. Ele avalia que "não existem grandes discrepâncias entre a legislação brasileira e a de outros países".

Durante entrevista à imprensa, o principal executivo da Vale disse que não comentaria o efeito da decisão sobre preço internacional do minério, pois seguramente a cotação seria influenciada. Perguntado ainda sobre se a Vale dará apoio aos funcionários da companhia presos ontem pela polícia, Schvartsman afirmou que "a Vale sempre defenderá os seus funcionários".

O presidente da Vale também assegurou que os cinco mil trabalhadores, entre funcionários próprios e terceirizados, que prestam serviço nas barragens que deixarão de existir não serão demitidos. Segundo ele, os funcionários serão realocados em outras atividades.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Andrea Jubé e Carla Araújo | De Brasília

Título: Onyx garante que não há intenção do governo de intervir na mineradora

Depois da repercussão negativa das primeiras declarações do presidente em exercício, general Hamilton Mourão, sobre eventual ação do governo para afastar a diretoria da Vale, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, deu declarações especialmente enfáticas para afastar essa possibilidade. E ontem no início da noite, pela terceira vez - e depois do chefe da Casa Civil - Mourão retomou o assunto, com mais ênfase: "não há intervenção na Vale, não podemos intervir, não é necessário".

Desde segunda-feira, internamente, setores do governo estavam preocupados em minimizar as manifestações de Mourão, de que o governo poderia usar a

"golden share" para convocar reunião do conselho, ou assembleia de acionistas, e nesses colegiados, pressionar pelo afastamento dos atuais diretores da Vale.

Mas foi o chefe da Casa Civil o primeiro a realçar, com mais força, os limites do governo nessa seara e os interesses do setor privado, sobretudo do mercado. "Não há condição de haver qualquer grau de intervenção [do governo na Vale], até porque essa não seria uma sinalização desejável ao mercado", destacou ontem, no início da tarde, em entrevista coletiva no Palácio do Planalto. Ele esclareceu que a "golden share" do governo "não permite nenhuma interferência na gestão propriamente dita", e que o eventual afastamento da diretoria é uma decisão do conselho.

Onyx é o expoente da ala política do presidente Jair Bolsonaro que, reiteradamente, procura dar declarações para se contrapor aos petistas, que defendem um modelo de gestão mais intervencionista em relação ao setor privado.

Aos jornalistas, Onyx reforçou o respeito à independência do setor privado, e ao seu papel no crescimento da economia para gerar vagas no mercado de trabalho: "evidentemente o governo tem que ter duas coisas muito importantes: humildade para saber que não pode tudo, e prudência para saber que o que está em jogo é - além da vida e da segurança dos brasileiros - um setor econômico muito relevante para o país, para a geração de emprego e de renda".

Questionado pelos jornalistas, que pediram um esclarecimento final, Mourão disse que o momento pede cautela. "Uma coisa é agir pelos impulsos e pela situação que está ocorrendo, pela quantidade de gente que perdeu a vida. Uma vez apurada a responsabilidade, a gente vê o que pode ser feito, aí o ministério público vai agir".

Ele questionou as prisões dos engenheiros da Vale. "Não é que eu não concorde [com as prisões], não tenho elementos para dizer se elas estão corretas ou não, agora prender preventivamente dois engenheiros por 30 dias, tem que ter provas ou indícios muito fortes."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Fernando Taquari e Cristiane Agostine | De São Paulo****Título: União tem R\$ 800 milhões para ações de apoio em MG**

O governo federal estuda liberar R\$ 800 milhões para ações de apoio de emergência e desastre às vítimas atingidas pelo rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG).

O porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, afirmou ontem que o Ministério da Economia disponibilizou uma equipe para avaliar a "suplementação de ação de apoio emergencial e desastre", com dotação inicial de R\$ 800 milhões. O porta-voz, no entanto, não deu detalhes sobre o possível repasse dos recursos para os atingidos em Brumadinho.

Em pronunciamento e entrevista à imprensa, Rêgo Barros listou ações tomadas pelo governo federal para ajudar as vítimas da tragédia em Minas. Entre as medidas estão a liberação do FGTS para os trabalhadores que moram na área afetada pelo rompimento da barragem, pagamento antecipado do Bolsa Família aos residentes de Brumadinho e antecipação do cronograma dos Benefícios de Prestação Continuada aos moradores do município. O governo vai enviar também papiloscopistas e necropapiloscopista para a região para ajudar a Polícia Civil de Minas.

Segundo o porta-voz, depois de uma reunião ontem dos **ministros da Casa Civil, Meio Ambiente, Minas e Energia** e Desenvolvimento Regional ficou definido que as fiscalizações serão concentradas nas 3.300 barragens consideradas de alto risco.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Maria Luíza Filgueiras | De Brumadinho****Título: Trabalho de resgate acelera e total de mortos chega a 84**

O maior reconhecimento da área da tragédia na mina do Córrego do Feijão, da mineradora Vale, e o solo mais seco ajudaram a aumentar o ritmo de remoção de corpos na lama de rejeitos ontem, quinto dia de buscas, de acordo com o Corpo de Bombeiros.

O número de mortos aumentou de 65 para 84 pessoas. Continuam desaparecidas 276 vítimas do rompimento da barragem de rejeitos de minério.

"A precisão das buscas aumentou", disse Pedro Aihara, tenente do Corpo de Bombeiros. Foram encontrados três corpos em um ônibus soterrado, e as primeiras vítimas do refeitório começaram a ser localizadas.

"Encontramos botijões de gás que eram do refeitório e, próximo a eles, dois corpos", disse o tenente. A exploração dessa área será maior hoje. Os bombeiros acreditam que nesse local deve haver maior concentração de corpos.

Foram feitos quase 80 sobrevoos ontem, e as operações se encerraram às 20h. A previsão é que seriam retomadas às 4h da manhã de hoje.

Hoje devem chegar a Brumadinho novas tropas, quatro aeronaves e cães de busca para se revezarem com a equipe atual. Os reforços vêm de São Paulo, Goiás, Espírito Santo e Santa Catarina.

Ao longo do dia, foi possível notar o ritmo mais intenso de retirada de corpos. No local para onde os helicópteros levam os corpos ou "segmentos corpóreos", como definem os responsáveis pelo resgate, militares e voluntários transportam sacos prateados em que não é possível identificar o contorno completo de formas humanas.

Além do impacto do desastre, as vítimas sofrem a ação do tempo de permanência na lama com rejeitos minerais. Já se passaram mais de 100 horas desde o rompimento da barragem. Militares e voluntários começaram a usar máscaras de proteção contra risco de contaminações e devido ao forte odor dos cadáveres.

Pela manhã, a Defesa Civil informou que alguns bombeiros sofreram intoxicação. A corporação esclareceu pouco depois que os militares tomaram medicamentos para minimizar os efeitos do contato com a matéria orgânica no local do desastre. Esses medicamentos podem ocasionar náusea e diarreia como efeitos colaterais.

Atolados e com fraturas, três bois foram abatidos a tiros pela Polícia Rodoviária Federal. Outros 26 animais foram resgatados e encaminhados a duas fazendas. Alguns recebem água e alimentação, antes do resgate, ainda atolados. É o caso de um boi preso próximo ao ônibus soterrado. O animal permanece de pé e mugindo. "O abate só é efetuado em último caso, quando o animal está agonizando, e é feito por equipe técnica com acompanhamento de veterinário", disse Evandro Borges, da Defesa Civil. Outros animais apareceram.

Três pessoas que entraram na lama por conta própria para buscas foram atacadas por enxames de marimbondos - os bombeiros tiveram que interromper um resgate de corpo para fazer atendimento aos três. O grupo foi removido de helicóptero.

Ontem, os equipamentos israelenses finalmente foram usados. "Equipamentos que têm se revelado úteis para as buscas dizem respeito ao mapeamento de celulares e uma espécie de sonar, que emite frequência de som e partir da resposta do material de diferente densidade a gente consegue identificar onde é mais provável encontrar corpos", disse Aihara.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes, Graziella Valenti e Camila Maia | De São Paulo

Título: Venda da Braskem para LyondellBasell volta a avançar

As negociações para venda da Braskem à holandesa LyondellBasell, que foram paralisadas no fim do ano passado, esquentaram nas últimas semanas. A multinacional colocou ímpeto nas conversas diante à clareza da nova direção da Petrobras, que mantém os planos de saída desse segmento. Além disso, os entraves operacionais relevantes, que incluíam um novo contrato de fornecimento de nafta da estatal à Braskem, foram equacionados. Assim, as partes já podem se concentrar nas discussões finais sobre as condições de preço.

Na B3, o valor de mercado da Braskem voltou a superar R\$ 39 bilhões, depois de ter ido abaixo de R\$ 36,5 bilhões neste ano.

O **Valor** apurou que os movimentos recentes do novo governo brasileiro e da nova gestão da estatal foram bem recebidos por fontes próximas às tratativas entre a Odebrecht e a Lyondell. O grupo holandês havia colocado o pé no freio, à espera do novo comando do país e das empresas públicas.

Além do encontro do presidente do conselho de administração da LyondellBasell com o ministro Paulo Guedes em Davos, na semana passada, executivos do alto escalão da companhia holandesa já haviam se reunido com membros do governo Bolsonaro no Brasil para tratar sobre a compra da Braskem, apurou o **Valor**. As conversas aconteceram dias antes do evento na

Suíça, embora os primeiros contatos tenham ocorrido ainda no período de transição da Presidência, no fim de 2018.

Com a indicação do novo comando da Petrobras de que a intenção é vender suas ações na petroquímica controlada pela Odebrecht, a percepção é que as negociações vão ganhar velocidade. A própria Lyondell, que vinha conduzindo mais lentamente as conversas, tem se esforçado para acelerar a operação diante da disposição da Petrobras de vender e fornecer contrato para abastecimento, o que poderia despertar interesse de outro grupos pela Braskem.

Ainda não estava claro qual seria a estratégia da Petrobras sob o comando de Roberto Castello Branco em relação a seus ativos e se os esforços do presidente anterior da petroleira, Ivan Monteiro, nessa direção seriam mantidos.

Até o fim do ano passado, na gestão Monteiro, presidência e conselho de administração estavam alinhados quanto à decisão de vender os papéis da Braskem e sair do setor petroquímico, embora houvesse, dentro da estatal, um grupo resistente à operação. Segundo uma fonte, durante a transição na presidência da Petrobras, havia "sinais trocados" quanto ao futuro da participação na petroquímica. Nos últimos dias, porém, as incertezas se dissiparam.

Empecilhos operacionais foram vencidos e negociação sobre preço e condições começam a acontecer

Desde a semana passada, Castello Branco tem enfatizado a diferentes públicos que o foco estará na exploração e produção de óleo e gás, e na venda de ativos não considerados estratégicos. Ontem, em evento do Credit Suisse em São Paulo, o executivo afirmou que a petroleira pretende aproveitar a janela atual do mercado para avançar em desinvestimentos, com foco em ativos nos quais tem "expertise" natural, como exploração de petróleo em águas profundas e pré-sal. "O mercado de capitais vive em janelas, e temos uma boa janela agora. Vamos aproveitá-la, vamos ser rápidos e fazer vários negócios, sinalizando que a Petrobras está no caminho certo", disse.

Apesar do empenho das partes, o sucesso para venda da Braskem precisará vencer uma nova rodada de negociações. Quando tiver em mãos a proposta da Lyondell, a Odebrecht terá de acordar com cinco bancos credores - Itaú, Bradesco, BNDES, Banco do Brasil e Santander - a permissão para a venda. Essas

instituições possuem os papéis como garantia de dívidas de pouco menos de R\$ 13 bilhões do conglomerado.

Os bancos terão de concordar com os planos da Odebrecht, que pretende receber a maior parte possível em ações da Lyondell (que será combinada à Braskem). Já a Petrobras segue com a preferência de ser paga em dinheiro, em sua maioria.

Na última semana, em reunião com analistas financeiros, Castello Branco indicou que a Petrobras poderia retomar o processo de venda de sua participação de 36,1% na Braskem e analisar a possibilidade de venda do controle da BR Distribuidora, sem fornecer detalhes sobre as operações em potencial.

Em relatório, o Santander informou que, segundo o executivo, a Petrobras tem uma vantagem competitiva no pré-sal, mas não no setor petroquímico. "Então nós acreditamos que a companhia poderia eventualmente analisar desinvestimentos no setor químico".

Também sobre o assunto, a XP Investimentos informou em relatório que Castello Branco apoia o desinvestimento da participação na Braskem, embora nenhuma atualização tenha sido dada sobre as negociações em andamento entre a LyondellBasell e a Odebrecht. Braskem e BR Distribuidora não fazem parte da atual carteira de desinvestimentos da Petrobras, que prevê levantar US\$ 26,9 bilhões com venda de ativos até 2023.

Sobre a BR, que teve o capital aberto no fim de 2017, Castello Branco disse ontem que todas as opções estão sendo consideradas. "Vamos estudar a melhor e fazer os "deals" (negócios) na sequência, o critério será maximização de valor para os acionistas. Vamos fazer isso, e rapidamente", afirmou. **(Colaboraram Rodrigo Polito e André Ramalho, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras terá cerca de dez mudanças no alto escalão

Cerca de três semanas à frente da Petrobras, o presidente Roberto Castello Branco já promoveu ao menos dez mudanças no alto escalão da empresa. A expectativa é que os novos diretores da companhia assumam suas funções

nesta quinta-feira (31/01), mas com uma baixa importante de última hora. Indicado para a área de estratégia, Lauro Cotta desistiu da vaga.

Cotta surpreendeu o mercado, ao alegar motivos pessoais para a desistência. Segundo duas fontes, ele já havia passado pelo teste de integridade e estava animado com o novo desafio profissional. O executivo, inclusive, já vinha trabalhando dentro da companhia como assessor, enquanto esperava a validação de sua indicação pelo conselho de administração.

Ex-presidente da SHV Gas Brasil (controladora da Supergasbras) e ex-conselheiro da SHV Energy na Holanda, o executivo era um nome bem avaliado entre analistas e investidores. Cotta havia sido indicado para o lugar do ex-diretor Nelson Silva. Procurado pelo **Valor**, Cotta não respondeu aos questionamentos sobre a decisão.

O conselho da Petrobras se reúne hoje para deliberar sobre os novos nomes da diretoria: Carlos Alberto Pereira de Oliveira (conhecido como CAPO) para área de exploração e produção; Anelise Lara, indicada para refino e gás; e Rudimar Lorenzatto para a diretoria de desenvolvimento da produção e tecnologia - todos eles ex-gerentes-executivos da petroleira.

A desistência de Cotta é o segundo revés na montagem do novo comando da Petrobras. Indicado para uma das vagas do conselho, o geólogo John Forman, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), já havia renunciado ao convite este mês, devido ao desgaste provocado pelo fato de ter uma condenação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por uso de informação privilegiada na negociação de ações da antiga HRT (hoje PetroRio). O ex-diretor da ANP recorreu da decisão à Justiça.

Forman será substituído no conselho por Nivio Ziviani, professor emérito do departamento de ciência da computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A União, como acionista controladora, indicou ainda outros dois nomes para o colegiado: o almirante Eduardo Leal Ferreira e João Cox, ex-presidente da Claro.

Desde que assumiu a presidência da Petrobras, Castello Branco já fez ao menos dez mudanças no alto escalão da empresa, com destaque para os novos diretores CAPO, Anelise, Lorenzatto. A ascensão dos trio implica na troca de cadeiras nas três gerências-executivas de onde eles vieram. Para a vaga de Anelise na área de aquisições e desinvestimentos, por exemplo, foi indicada Ana Paula Saraiva, gerente de fusões e aquisições.

Castello Branco também trouxe para a gerência-executiva de recursos humanos Claudio Costa, ex-secretário executivo adjunto de gestão de pessoas da

Prefeitura de São Paulo durante a gestão de João Doria (PSDB). Já o diplomata Roberto Ardenghy assumirá a chefia de gabinete da presidência, enquanto o professor Luciano de Castro, principal assessor de Jair Bolsonaro na área de energia durante a campanha eleitoral, foi escolhido para assessoria especial de gás natural.

A indicação de maior polêmica foi a de Carlos Victor Nagem, para a gerência-executiva de inteligência e segurança corporativa. O funcionário foi candidato a deputado estadual pelo PSC no Paraná em 2018 e é próximo do presidente Bolsonaro, o que gerou ruídos sobre uma possível ingerência do governo na companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: PetroRio compra fatia da Chevron no campo de Frade

A PetroRio fechou um acordo para a compra da fatia de 51,74% da Chevron no campo de Frade, localizado em águas profundas da Bacia de Campos, segundo uma fonte. Com a aquisição, a petroleira brasileira assumirá a operação do ativo, que produz cerca de 20 mil barris diários de petróleo.

Já para a Chevron, a venda de Frade representa a saída de seu principal ativo de produção no país. Agora, a empresa concentra seus esforços na exploração do pré-sal. Em 2018, a multinacional americana adquiriu seis blocos nas bacias de Campos e de Santos com potencial para descobertas no pré-sal.

Em outubro do ano passado, a PetroRio já havia anunciado a compra da participação de 18,26% da japonesa Inpex no campo. Com isso, a companhia passa a deter 70% da concessão, em sociedade com a Petrobras (30%).

O **Valor** apurou que o negócio tem potencial para elevar as reservas 2P (provadas mais prováveis) da PetroRio, para cerca de 84 milhões de barris, quatro vezes mais que o último número oficial reportado pela empresa, de 21 milhões de barris em julho de 2018.

Já produção da companhia deve mais que dobrar. Atualmente, a empresa produz cerca de 10 mil barris/dia no campo de Polvo, na Bacia de Campos. Com Frade, incorporará um volume de 14 mil barris/dia.

O negócio consolida a PetroRio como a principal petroleira independente de origem brasileira e como uma das dez principais produtoras de petróleo do país. Segundo os dados mais recentes da Agência Nacional de Petróleo (ANP), de

novembro, a PetroRio, com Frade, entraria no ranking das sete maiores produtoras de óleo.

O **Valor** apurou que o campo de Frade já atingiu o seu pico de produção, mas que o declínio natural do ativo ainda não é acelerado. A expectativa é que a área ainda tenha uma vida útil para além de 2035. Junto com o campo, a negociação inclui a aquisição de uma plataforma com capacidade para armazenar cerca de 1,5 milhão de barris.

Para adquirir a fatia de Chevron no ativo, a PetroRio contava ao fim do terceiro trimestre com um caixa de R\$ 680 milhões. A empresa, no entanto, possui um endividamento baixo, com espaço para se alavancar.

Entre 2011 e 2012, as operações em Frade foram o motivo de um forte desgaste na imagem da Chevron no país. Depois de dois vazamentos de óleo de grande proporção, na área, a petroleira foi obrigada a interromper a produção local. A empresa chegou a ficar sem produzir no campo, entre abril de 2012 e julho de 2013, e hoje opera na área com níveis de produção abaixo dos 70 mil barris/dia apurados antes do acidente.

Frade é o terceiro ativo de produção da PetroRio, sendo o segundo campo voltado para a produção de petróleo. A empresa detém 100% do campo de Polvo, que produz cerca de 10 mil barris/dia de óleo, e 10% do campo de gás natural de Manati, na Bacia Camamu-Almada. Nesse último campo, a empresa tira, em média, 525 mil metros cúbicos diários de gás - volume vendido em sua íntegra para a Petrobras, operadora do ativo.

Em Polvo, a empresa pretende voltar a investir este ano em novas perfurações, em busca de descobertas que permitam alongar a economicidade do projeto - hoje, a vida útil econômica do campo é estimada até 2026.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Privada, Cesp não prevê crescer no médio prazo

Os novos acionistas controladores da companhia paulista de energia Cesp - Votorantim Energia e o fundo canadense CPPIB - não têm intenção de fazer novos investimentos no crescimento da companhia no curto e no médio prazo, disse ontem Fábio Zanfalice, presidente da empresa, no primeiro evento com investidores e analistas desde a privatização. "Qualquer real que formos

investir, vai distrair a gestão da companhia do maior problema dela, que é fazer a gestão dos passivos e dos potenciais ativos", disse Zanfelize.

O foco da nova administração é melhorar a gestão da companhia e sanear problemas, como as contingências judiciais bilionárias que afetam seu balanço a cada ano. No longo prazo, a intenção é que a Cesp cresça por meio de investimentos, mas não há previsão para quando isso vai acontecer.

"No curto e médio prazo o foco é resolver problemas da companhia como eficiência, modernização, construir um time de alta performance, transformação da gestão de pessoas e resolver questões judiciais", disse Zanfelize.

No curto prazo, a Cesp também não conta com a instalação de quatro máquinas adicionais na hidrelétrica de Porto Primavera, seu principal ativo em carteira, com 1.540 megawatts (MW) de potência e 941,8 MW médios de garantia física. Pelas regras do edital da privatização, a própria companhia precisa fazer um estudo de impacto ambiental dessa possibilidade, que permitiria o aproveitamento máximo do potencial hídrico da usina.

"O que teria de mais rápido que poderia aumentar a capacidade instalada seria elevar o reservatório de Porto Primavera, ele opera na cota 257 metros mas foi feito para operar em 259 metros, há dois metros cuja elevação poderia retomar a garantia física que foi retirada no contrato de concessão", disse Zanfelize. Segundo ele, a companhia tem a percepção de que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) seria favorável à medida, mas tudo dependeria de outro estudo de impacto ambiental. Não há limitação fundiária relevante para a elevação da cota do reservatório, pois a área do entorno da usina pertence à Cesp, mas precisaria ser feito novo licenciamento e os estudos necessários para isso.

Como parte da estratégia de melhorar as práticas da companhia, o conselho de administração da Cesp aprovou ontem que ela "compartilhe experiências" com a sua acionista Votorantim Energia a fim de aprimorar as práticas de comercialização. "Temos ótima oportunidade de agregar valor à companhia desde que ela tenha as melhores práticas de gestão e comercialização de energia" disse o executivo, lembrando que, como estatal, a Cesp tinha amarras que a impediam de uma gestão mais ativa de seu portfólio.

Ao final dos três meses de experiência compartilhada, a expectativa é que a Cesp tenha as melhores práticas do mercado para contratação e venda de

energia de forma eficaz, com gestão de risco adequada. "Essa foi a forma que encontramos para acelerar a experiência da Cesp que no que tange a experiência de comercialização", disse.

A Cesp ainda está exposta ao mercado de curto prazo de energia entre 2019 a 2021, justamente por conta das "amarras" das estatais na gestão de portfólio, segundo Zanfelize. Em dezembro, já sob a nova gestão, a companhia comprou metade da necessidade para 2019, já considerando a previsão do ano para o déficit de geração das hidrelétricas (GSF), além de uma parcela da exposição de 2020 e 2021.

Outra herança da época de estatal da Cesp está no radar dos novos controladores: a discussão sobre a indenização por ativos não amortizados da hidrelétrica de Três Irmãos, cuja concessão foi devolvida à União e relicitada em 2014. Zanfelize, explicou que a Cesp está aguardando o posicionamento do governo sobre o laudo apresentado por um perito, que calculou que a indenização seria de R\$ 7 bilhões, contra a proposta do governo, de pagar R\$ 1,7 bilhão. A Cesp, por sua vez, pleiteia R\$ 6 bilhões.

"A partir da manifestação do governo, teremos visibilidade sobre qual a real visão deles sobre o número", disse Zanfelize. Segundo ele, uma sentença do processo deve sair ainda neste ano. "Vamos procurar o governo para começar a conversar, até porque são pessoas novas", disse. A intenção da companhia é chegar em um "bom termo" com o governo. "A Cesp não vai agir passivamente, não vamos ficar esperando".

Ontem, a companhia nomeou um novo vice-presidente de finanças: Mário Bertoncini, que ocupava o mesmo cargo na Nexa Resources, outra empresa controlada do grupo Votorantim, com atuação em zinco, chumbo e prata. Para o lugar de Bertoncini, na Nexa, foi promovido Rodrigo Menck, que estava na mineradora desde 2016 na área financeira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Cemig avalia retomar oferta da Light nos próximos meses

A estatal mineira Cemig pode retomar o processo de capitalização e venda do controle da Light nos próximos meses, aproveitando a janela de mercado depois da divulgação dos resultados do quarto trimestre e do exercício de 2018, disse

Maurício Fernandes Leonardo Junior, diretor financeiro e de relações com investidores da companhia. A decisão de retomada do processo de venda depende do novo governo de Minas Gerais, sob comando de Romeu Zema (Novo). "Mas o novo controlador está falando que quer desinvestir, o ativo está pavimentado para isso", disse Leonardo, se referindo ao novo governo mineiro.

O executivo participou ontem, acompanhado de Antonio Carlos Veléz Braga, superintendente de relações com investidores da Cemig, de conversas reservadas com investidores durante o evento Latin America Investment Conference, do Credit Suisse.

"A ideia é tocar adiante Light com os números de 2018 fechados. Mas isso ainda depende do cenário econômico, e parece que o cenário é favorável, se o governo conseguir aprovar as reformas e a aversão ao risco a países emergentes continuar em queda", disse Leonardo.

O processo de venda de controle da Light, que foi suspenso ao fim do ano passado, envolvia uma capitalização e tinha como investidor âncora a GP Investments. "A operação quase foi feita, mas não revertermos os processos, as mexidas no estatuto da companhia estão prontas. Se for sair a mercado, está pronta, vai do mesmo jeito", explicou o diretor financeiro. Para Leonardo, nada impede que a GP volte para o processo, caso ele seja retomado. "Já negociamos com compradores que sabíamos que não queriam a Light, estavam esperando apenas o ativo se desvalorizar. Esse não foi o caso da GP, fizeram um trabalho descente de 'due dilligence'", disse Leonardo.

Leonardo e Veléz contaram que, nas conversas com investidores no contexto do evento, a maior parte das perguntas se referiam à possível privatização da Cemig, e também sobre as vendas de ativos, especialmente levando em conta o discurso liberal de Zema e a situação fiscal complicada do governo mineiro.

O diretor financeiro, contudo, apontou que a Cemig é uma das estatais mineiras em melhor condição de gerar caixa, e já está executando um plano de desinvestimentos para melhorar seu perfil financeiro. "Com tantos problemas que o governo tem, como salários atrasados, repasses para prefeituras que não foram efetuados, bancos com empréstimos em atraso, a Cemig não é um problema para ele agora", disse Leonardo.

Os executivos se disseram confiantes sobre o andamento das vendas de ativos da companhia, explicando que a demora na venda de alguns ativos não se deve a decisões de governo, mas à complexidade dos ativos. "Veja a Cemig Telecom, que tinha valor de livro de R\$ 300 milhões e foi vendida por R\$ 650 milhões. É porque não se vendeu um ativo, vendemos uma empresa, não foi algo

complexo", disse Leonardo, lembrando que esta era uma subsidiária 100% integral, o que favoreceu o negócio.

O próximo desinvestimento deve ser a Renova, ou o complexo eólico Alto Sertão III, dependendo da solução que for adotada pela companhia de energias renováveis para efetuar sua reestruturação.

"Você veja a Renova, é uma empresa com sócios com relacionamento complexo, ativo endividado que é Alto Sertão III, empresa endividada. Estamos trabalhando com os sócios", disse Leonardo.

Ele lembrou que a oferta da AES Tietê para adquirir o complexo eólico foi rejeitado pelo conselho da companhia, apesar de ter recebido o voto a favor da própria Cemig. "Não se trata da vontade de um governo A ou B, é a complexidade dos ativos", disse.

"Além de ter sócios, a Renova é uma empresa de capital aberto, tem que ter outro tipo de cuidado. Não é igual a Cemig Telecom, que era 100% Cemig", disse Veléz.

Veléz e Leonardo destacaram ainda que, mesmo sem os desinvestimentos, a situação financeira da companhia hoje é outra, em termos de redução de endividamento e geração de caixa, por exemplo. "Se você olhar o fim de 2017, a melhora tem sido rápida e consistente", afirmou Leonardo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Victor Aguiar | De São Paulo

Título: Vale reaquece mercado de opções na B3

A negociação das opções de venda - chamadas "put" no jargão do mercado - de ações da Vale disparou nos últimos dias, em um movimento que reflete a busca por proteção por parte de quem está exposto ao papel e também a aposta em quedas adicionais no preço da ação. Isso acontece porque, por mais que o ativo se recupere, ainda não se sabe ao certo em que faixa de preço ele vai voltar a se estabilizar.

A Vale teve ontem uma alta pequena, de 0,85%, em dia de pequena recuperação do Ibovespa - o índice subiu 0,20%, aos 95.639 pontos. Nem de longe o avanço da mineradora foi suficiente para aliviar as perdas da véspera, e o índice só conseguiu a pequena recuperação puxado pelas varejistas e pelas

estatais, de olho na retomada da economia e na agenda de privatização do governo. As opções sobre ações entram, num contexto incerto como o da Vale, como uma forma de defesa do investidor. "É algo como um seguro para o futuro", diz Fernando Barroso, diretor da CM Capital Markets.

Quem compra uma "put" garante o direito de vender o papel de uma empresa a um preço pré-estabelecido. E quem vende uma "put", portanto, tem a obrigação de comprar a ação também a esse preço.

No caso da Vale, na ponta compradora dessa negociação estão, em geral, os investidores que já detinham o papel da empresa antes do incidente em Brumadinho (MG). Um gestor explica que, normalmente, as compras de "put" são feitas por investidores da empresa, entre eles os fundos "long only" - que compram ações porque apostam na valorização delas e têm, necessariamente, 67% do patrimônio alocado em bolsa.

Já na ponta vendedora estão, em geral, formadores de mercado ou mesas proprietárias, isto é, grandes participantes da bolsa de valores que geram e dão sustentação à liquidez das operações.

O desafio envolvido com as opções de venda é encontrar um nível de preço considerado atraente para o vencimento de fevereiro, no dia 18. Na segunda-feira, no ápice da incerteza em relação à Vale, houve uma corrida pelas opções com preços na faixa de R\$ 41 a R\$ 43.

Investidores que já detinham opções de venda de Vale antes do rompimento da barragem tiveram ganhos expressivos na segunda. O derivativo VALEN418, por exemplo, que dá ao detentor da "put" o direito de vender o papel quando ele atingisse o preço de R\$ 41,89, disparou. Na quinta-feira, véspera do rompimento da barragem, o contrato dessa opção fechou o pregão valendo R\$ 0,01. Na segunda-feira, a forte demanda por opções de venda elevou o valor desse contrato para R\$ 2,09. Ou seja, quem tinha a opção de venda na mão e passou o derivativo para outro investidor obteve um ganho de mais de 20.000% em apenas uma sessão.

Nesse exemplo, o contrato de opção garante que, se o papel da Vale ficar muito abaixo de R\$ 41,89, a "put" possa ser exercida pelo detentor, o que obriga o vendedor dessa opção a recomprar o papel por aquele preço. É aqui que o detentor da "put" reduz eventuais perdas com a queda da ação no mercado à vista.

Se, de um lado, o comprador da "put" obteve o instrumento necessário para defender sua alocação na Vale, o vendedor ganhou com a oscilação do contrato

em si - boa parte das "put" teve variação percentual na casa dos milhares ontem.

Essa movimentação no mercado de opções acabou potencializando a queda das ações da Vale no mercado à vista. Para conseguir cumprir a obrigação de comprar a ação do detentor da "put", o investidor precisa fazer caixa e, por isso, vai ao mercado à vista vender o papel. A correlação das opções de venda com o papel no mercado à vista é, portanto, inversamente proporcional: se o papel cai, o preço da "put" sobe, e vice-versa.

Como é um mercado de liquidez reduzida, o investidor que decide embarcar nessa estratégia precisa estar preparado para lidar com volatilidade. "As opções refletem a expectativa dos investidores para o preço do ativo, e essa expectativa muda dia a dia", afirma um analista.

Ontem, as ações da Vale chegaram a subir mais de 2%, mas perderam força junto com o mercado como um todo ao longo do dia. Mesmo assim, ao fecharem em alta, eles se ajustaram à percepção de risco dos investidores. Com o maior nível de preço dos papéis da mineradora, as opções de venda a R\$ 41,89 caíram 28,2%, para um custo de R\$ 1,50.

Analistas e operadores ponderam que a procura elevada pelas opções da Vale não implica que o exercício de fevereiro terá um volume muito acima do normal, uma vez que não necessariamente todas as opções que estão sendo negociadas serão exercidas na data limite.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/01/2019

Seção: Finanças

Autor: Nathália Larghi e Talita Moreira | De São Paulo

Título: Só BB, Caixa e Petrobras devem escapar de privatização, diz Mattar

O objetivo do governo Bolsonaro é privatizar a maior parte das estatais e preservar apenas Petrobras, Banco do Brasil e Caixa - e mesmo assim, deixá-las mais "magrinhas", disse ontem o secretário especial de desestatização e desenvolvimento do Ministério da Economia, Salim Mattar.

Em evento promovido pelo Credit Suisse para investidores, Mattar disse que o objetivo é "vender todas as estatais e não competir com o mercado". Segundo ele, o governo pode arrecadar entre R\$ 700 bilhões e R\$ 800 bilhões com privatizações, que seriam usados para abater a dívida pública.

O secretário disse ainda que está nos planos acabar com a BNDESPar, braço de participações do BNDES, vendendo todos os ativos ao longo dos próximos quatro anos. A Petrobras, por sua vez, deve se desfazer de "praticamente todas as suas subsidiárias" até o fim do ano, pelas projeções de Mattar.

No caso do BB, o secretário defendeu a venda da BB DTVM, braço de gestão de recursos, e disse que não há motivos para a instituição ter uma área de banco de investimentos. Mattar ponderou que a decisão final cabe ao presidente da República, mas "ao que consta, ele deseja enxugar os bancos, vender seguradora, corretora".

Mais tarde, no mesmo evento, o vice-presidente de finanças do BB, Carlos Hamilton Araújo, voltou ao tema. O executivo afirmou que a instituição estuda fazer parcerias estratégicas em algumas áreas, como gestão de recursos e banco de investimentos, e acrescentou à lista a unidade de recuperação de créditos - na qual o BB atua por meio da Ativos, uma subsidiária.

"O banco vai fazer parcerias nos próximos anos com foco em melhoria de eficiência e da lucratividade", disse Hamilton.

Segundo o vice-presidente do BB, há dois caminhos para isso. Um deles é fazer um IPO (oferta inicial de ações) dessas áreas e, num passo seguinte, estabelecer parcerias estratégicas. O outro é o inverso: fazer parceria e apenas depois o IPO.

A escolha entre um e outro caminho, disse Hamilton, será definida pelo objetivo de gerar mais valor para os acionistas do banco. Porém, em condições similares, a preferência será por um modelo que comece com o IPO e depois evolua para uma parceria estratégica. "A oferta de ações tem o benefício da transparência", afirmou.

De acordo com Hamilton, melhorar a rentabilidade do banco e entregar 11% de capital principal no início de 2022 ainda são objetivos do Banco do Brasil.

O executivo disse ainda que, neste ano, a instituição financeira vai continuar estreitando a diferença em relação ao retorno sobre o patrimônio líquido apresentado pelos concorrentes privados. No crédito, o banco deve crescer em linha com o mercado em 2019, acrescentou.

Lucro e margem financeira também aumentarão, segundo Hamilton, e a receita com prestação de serviços deve crescer acima da inflação neste ano. Já as despesas administrativas devem aumentar, em termos reais, no mesmo ritmo visto em 2018.

O vice-presidente do BB disse ainda que o banco tem um estoque de R\$ 8,1 bilhões em instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD). Caso o governo estabeleça a devolução desses recursos de forma "suavizada" ao longo dos anos, afirmou Hamilton, o banco conseguirá manter suas metas de capital.

MME / ASCOM .